



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sul de Minas Gerais

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO (PEBTT)**

JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

**JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU
ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES**

De acordo com o Edital de Abertura nº 188/2026, que rege este Concurso Público, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta*, emenda ou rasura, ainda que legível.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

**CARGO(S): CDM-2 – PORTUGUÊS/ESPAÑHOL, MCH-5 – SOCIOLOGIA, MCH-6 – MATEMÁTICA,
IFS-3 – BIOLOGIA I, IFS-5 – EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, IFS-7 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

QUESTÃO: 01 – MANTIDA alternativa ‘C’.

O texto expositivo pretende apresentar um tema a partir de recursos como a conceituação, a definição, a descrição, a comparação, a informação e a enumeração. Dessa forma, o objetivo central do emissor é explicar, discutir e explicar sobre um determinado assunto.

No texto em questão, não se pode afirmar que a autora emita opiniões a respeito do tarifaço imposto pelo presidente norte-americano. Não há juízo de valor, apenas exposição de fatos.

Ainda, o texto não apresenta um narrador que apresente um enredo cuja ação seja levada a cabo por personagens numa sequência temporal definida. A palavra “tarifa” não é um personagem, mas sim o objeto sobre o qual dados e fatos são apresentados. Ainda que fatos históricos sejam narrados em passagens do texto, não se pode afirmar que ele seja predominantemente narrativo ou dissertativo, mas que apresente trechos dessas tipologias que colaboram para a exposição e a explicação que se pretende transmitir ao leitor. Os detalhes sobre a formação e a significação da palavra não se constituem como trechos descritivos, na medida que não a descrevem para que se forme sobre ela uma imagem, mas apresentam informações sobre ela. Não há que se falar em tipo injuntivo, pois o texto nada prescreve aos seus leitores.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 02 – MANTIDA alternativa ‘B’.

As justificativas para a ocorrência ou não do acento indicativo de crase são apresentadas a seguir:

- “É uma herança do Império Islâmico, que se estendeu da Ásia à Europa” (l. 04) – ocorrência da preposição “a” regida pelo termo “estendeu” e do artigo definido feminino singular determinante de “Europa”.
- “as principais fontes apontam para uma referência à ilha de Tarif” (l. 18) – ocorrência da preposição “a” regida pelo termo “referência” e do artigo definido feminino singular determinante de “ilha de Tarif”.
- “recebeu esse nome no ano 710 por ter abrigado as primeiras tropas do comandante Tarif ibn Malik” (l. 19-20) – o termo “abrigado” é transitivo direto, na forma como ocorre no trecho, portanto, não há a ocorrência de preposição que se contraia ao artigo definido “as”, determinante de tropas.

Além disso, o emprego do acento indicativo de crase faz parte das relações morfossintáticas que regem a organização do período, e, portanto, parte integrante do conteúdo que consta publicado no edital deste certame.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 03 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O processo de referenciação é o mecanismo que estabelece as relações coesivas nas quais determinadas palavras podem substituir outras, mantendo com estas uma clara relação de referência, como no caso dos pronomes relativos, cujo referente é seu antecedente. No caso das duas últimas lacunas dos trechos apresentados na questão, era necessário compreender as relações estabelecidas entre os pronomes relativos apresentados e seus antecedentes, ou seja, seus referentes, a fim de preencher adequadamente o trecho.

Já no caso da primeira lacuna, para o seu preenchimento era preciso analisar a relação de concordância verbal estabelecida pelo verbo impessoal “haver”.

Sendo assim, o enunciado era claro ao deixar explícito ao que se referia a questão e os conteúdos nela abordados estão previstos adequadamente em edital.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 04 – MANTIDA alternativa ‘E’.

As figuras de linguagem são parte essencial para que se compreenda se um texto faz uso de linguagem denotativa ou conotativa, e, portanto, parte essencial dos conhecimentos necessários para a devida compreensão e interpretação textual. Sendo assim, não há desacordo com o previsto em edital para este certame. A palavra “motores”, na frase da alternativa E, não se refere a motores em sentido denotativo, mas, sim, a algo que impulsiona um evento. Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 05 – MANTIDA alternativa ‘B’.

A primeira assertiva era: A palavra “remonta”, em “O primeiro uso documentado da palavra ‘tarifa’ na língua inglesa (*‘tariff’*) remonta a 1592”, pode ser substituída por “data” sem que sejam necessárias outras alterações no período.

A assertiva é falsa, pois “remonta” rege o uso da preposição “a” e “data”, o da preposição “de”, conforme se verifica pelo exemplo do Dicionário Aulete Digital.

4. Recuar ou reportar-se a, ter origem em ou datar de. [tr. + a : É uma crendice que remonta à Idade Média: O mau costume remonta aos tempos do Império.]

A segunda assertiva era: No trecho “No céu, dezenas de estrelas têm nomes árabes, como Betelgeuse (‘mão do gigante’) e Aldebaran (‘o seguidor’), a primeira vírgula pode ser omitida sem prejuízo à correção do período, mas a segunda, não.

A primeira vírgula demarca adjunto adverbial com menos de três palavras, sendo assim, ela é opcional. Já a segunda é obrigatória, por introduzir uma exemplificação, de acordo com Domingos Paschoal Cegalla, em “Novíssima Gramática da Língua Portuguesa”. Sendo assim, a assertiva está correta.

A terceira assertiva era: Em “acabou sendo adotado por comerciantes europeus que tiveram contato com mercadores de língua árabe no Mediterrâneo”, é possível inserir uma vírgula antes da palavra “que” a fim de introduzir uma pausa ao trecho, sem causar alterações ao seu sentido.

A inserção da vírgula transforma a oração adjetiva em explicativa, portanto, uma informação extra. Além disso, o trecho passará a se referir a todos os comerciantes europeus e não somente aos que tiveram contato com mercadores de língua árabe.

Não se aplica a este caso a consideração de que as orações restritivas sejam de certa extensão para justificar o emprego da vírgula sem alteração de sentido. Tampouco os verbos das duas orações são contíguos.

Sendo assim, a assertiva está incorreta.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 06 – MANTIDA alternativa ‘D’.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

legado1 (le.ga.do)

sm.

1. Fig. Qualquer coisa, conhecimento ou bens materiais ou culturais, que se transmite às gerações seguintes: “- Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.” (Machado de Assis, Memórias póstumas de Brás Cubas)

2. Jur. Quantia ou bem predeterminados que alguém deixa por testamento.

[F.: Do lat. *legatum*, *i*, 'donativo deixado em testamento']

legado2 (le.ga.do)

1. Dipl. Enviado de um governo ou chefe de Estado a outro país para tratar de seus interesses.

2. Ecles. Representante eclesiástico encarregado pelo papa de governar territórios pontifícios.

3. Na Roma antiga, comissário do Senado que fiscalizava a administração das províncias.

4. Diz-se de enviado de um governo ou chefe de Estado a outro país para tratar de seus interesses.

[F.: Do lat. *legatus*, *us*, 'embaixador', 'enviado']

Já o Dicionário de Sinônimos Online apresenta as seguintes possibilidades de substituição:

O que se transmite a novas gerações:

1 ensinamento, memória, tradição, valor, exemplo, influência, contribuição, marca, saber, cultura, lição, princípio, doutrina, conhecimento, orientação, história, fundamento, raiz, experiência, símbolo, identidade, modelo, inspiração, rastro, vestígio, continuidade.

Observe-se que o enunciado da questão fazia a seguinte ressalva: “Desconsidere eventuais alterações que se façam necessárias em função do gênero da palavra”.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 07 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A primeira assertiva era: Há duas orações adverbiais finais no trecho.

No trecho:

Em 1828, os estados do Norte dos EUA fizeram *lobby* (1) para que o governo aprovasse impostos elevados sobre produtos importados (2), para proteger a nascente indústria do país (3) (concentrada na região) (4).

As orações (2) e (3) são adverbiais finais.

Vale ressaltar que, ainda que Evanildo Bechara aponte para o fato de que a locução “para que” seja formada por um “transpositor”, ela é a responsável por conferir caráter adverbial à oração por ela introduzida, dando-lhe caráter de finalidade, tendo em vista que tal oração não se liga ao substantivo “*lobby*”, mas, sim a explicar com que finalidade a ação de “fazer um *lobby*” foi realizada.

Tendo em vista o caráter adverbial das orações assinaladas, a assertiva é verdadeira.

A segunda assertiva era: Não há orações reduzidas no período.

Assertiva é falsa, pois a oração (3) é reduzida de infinitivo e a (4), de particípio.

A terceira assertiva era: Uma das orações é introduzida por uma locução conjuntiva.

Ao abordar as orações adverbiais transpostas a substantivas, Evanildo Bechara, em “Moderna Gramática Portuguesa”, página 389, admite que, em determinadas circunstâncias, “para que” não forme uma unidade de sentido e, portanto, não seja verdadeiramente uma locução conjuntiva. Ocorre que, no trecho em questão, “para que” apresenta unidade de sentido, podendo ser considerada como locução conjuntiva, assim como o faz o gramático ao analisar “até que” (página 610).

Sendo assim, a assertiva é verdadeira.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 08 – ANULADA.

Para Ingedore Villaça Koch, em “A Coerência Textual”, página 40-41, “A coesão referencial é a que se estabelece entre dois ou mais componentes da superfície textual que remetem a (ou permitem recuperar) um mesmo referente (que pode, evidentemente, ser acrescido de outros traços que se lhe vão agregando textualmente). Ela é obtida por meio de dois mecanismos básicos.

a) substituição: quando um componente da superfície textual é retomado (anáfora) ou precedido (catáfora) por uma pro-forma (pronome, verbo, advérbio, quantificadores que substituem outros elementos do texto). Há também a substituição por zero (0) que é a elipse;

b) reiteração: que se faz através de sinônimos, de hiperônimos, de nomes genéricos, de expressões nominais definidas, de repetição do mesmo item lexical, de nominalizações”.

Dentre as formas de referenciação, a autora elenca a reiteração pela repetição de um mesmo vocábulo. Para a autora, a repetição funciona como mecanismo de reforço, e não como erro.

Sendo assim, tanto a alternativa A quanto a E estão corretas. Diante do exposto, anula-se a questão.

QUESTÃO: 09 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Na página 17 do Manual de Redação da Presidência da República, tem-se:

CLAREZA

A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. Não se concebe que um documento oficial ou um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência é requisito do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto oficial ou um ato normativo não seja entendido pelos cidadãos. O princípio constitucional da publicidade não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, à necessidade de que o texto seja claro. Para a obtenção de clareza, sugere-se:

- a) utilizar palavras e expressões simples, em seu sentido comum, salvo quando o texto versar sobre assunto técnico, hipótese em que se utilizará nomenclatura própria da área;
- b) usar frases curtas, bem estruturadas; apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas. Em certas ocasiões, para evitar ambiguidade, sugere-se a adoção da ordem inversa da oração;
- c) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto;
- d) não utilizar regionalismos e neologismos;
- e) pontuar adequadamente o texto;
- f) explicitar o significado da sigla na primeira referência a ela; e
- g) utilizar palavras e expressões em outro idioma apenas quando indispensáveis, em razão de serem designações ou expressões de uso já consagrado ou de não terem exata tradução. Nesse caso, grafe-as em itálico, conforme orientações do subitem 10.2 deste Manual.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 10 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Nas páginas 26-27, do Manual de Redação da Presidência da República, tem-se:

“No cabeçalho, deverão constar os seguintes elementos:

- a) brasão de Armas da República: no topo da página. Não há necessidade de ser aplicado em cores. O uso de marca da instituição deve ser evitado na correspondência oficial para não se sobrepor ao Brasão de Armas da República;
- b) nome do órgão principal;
- c) nomes dos órgãos secundários, quando necessários, da maior para a menor hierarquia; e
- d) espaçamento: entrelinhas simples (1,0).

Os dados do órgão, tais como endereço, telefone, endereço de correspondência eletrônica, sítio eletrônico oficial da instituição, podem ser informados no rodapé do documento, centralizados.”.

Em ambas as redações, o verbo “dever”, no item a, implica obrigatoriedade. Sendo assim, “deve ser evitado” ganha força de vedação. Para a expressão da recomendação há modalizadores diversos, como “recomenda-se”, “é mais adequado”, “pode-se”, etc. A expressão “para não se sobrepor ao Brasão de Armas da República” confere à alternativa B uma finalidade plenamente compatível com as regras de formatação dos documentos oficiais previstas no Manual de Redação da Presidência da República (2018). A assertiva, portanto, não apresenta incorreção quanto ao aspecto que efetivamente disciplina: a preservação da posição e do destaque conferidos ao Brasão de Armas da República.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

CARGO(S): CDM-2 – PORTUGUÊS/ESPAÑHOL, MCH-5 – SOCIOLOGIA, MCH-6 – MATEMÁTICA, IFS-3 – BIOLOGIA I, IFS-5 – EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, IFS-7 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

QUESTÃO 11 – MANTIDA alternativa 'E'.

Solicita-se a anulação da questão 11 por suposta ambiguidade na redação da alternativa B. Todavia, o pleito não merece prosperar.

O enunciado da questão solicita expressamente que o candidato assinale a alternativa INCORRETA, tomando por base exclusiva o regramento da Lei nº 8.112/1990 acerca do afastamento para mandato eletivo.

A alternativa B limita-se a reproduzir a faculdade assegurada ao servidor investido no mandato de Prefeito de optar por sua remuneração, previsão contida expressamente na parte final do inciso II do art. 94 da Lei nº 8.112/1990.

O fato de a assertiva enunciar essa garantia de forma autônoma não a torna falsa nem induz o candidato a erro, uma vez que a disposição legal invocada é integralmente verdadeira.

Por outro lado, a alternativa E traz afirmação ostensivamente contrária ao texto expresso da lei. Enquanto a alternativa E assevera que o servidor “poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato”, o art. 94, § 2º, da Lei nº 8.112/1990 estabelece vedação expressa:

“Art. 94. [...] § 2º O servidor investido em mandato eletivo não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.”.

Dessa forma, verifica-se que a alternativa E é a única opção flagrantemente contrária à legislação de regência, não havendo margem para dupla interpretação nem obscuridade na formulação do item.

Diante do exposto, indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito na alternativa E

QUESTÃO 12 – MANTIDA alternativa 'B'.

Pleiteia-se a anulação da questão 12 por suposta deficiência na avaliação pedagógica do item ao exigir a memorização do prazo legal de restituição de diárias.

O pleito não merece provimento.

O comando da questão solicita expressamente o prazo estipulado na Lei nº 8.112/1990 para a restituição de diárias pelo servidor que não se afastar da sede. O art. 59 do referido diploma legal fixa de modo claro e taxativo:

“Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias”.

A cobrança do conhecimento literal da legislação é técnica válida e usual em certames públicos, estando o conteúdo devidamente previsto no programa do Edital. O fato de a questão cobrar dado numérico expressamente disposto na norma não constitui vício de formulação nem anula a objetividade da avaliação.

Resta demonstrado que o item possui resposta única, inequívoca e escorada na legislação de regência.

Diante do exposto, indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito na alternativa B.

QUESTÃO: 13 – MANTIDA alternativa 'C'.

Requer-se a anulação da questão 13 sustentando que a alternativa C seria incompleta por não contemplar construções jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça (Tema Repetitivo 1.213/STJ) acerca da indisponibilidade de bens.

O pleito não merece provimento.

O enunciado da questão delimitou com clareza o balizamento normativo exigido do candidato: “**Considerando as previsões do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.**”

A Alternativa C consiste na reprodução literal do art. 16, § 5º, da Lei nº 8.429/1992:

“Art. 16. [...] § 5º Se houver mais de um réu na ação de improbidade administrativa, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito”.

Ademais, a análise estritamente objetiva em confronto com o dispositivo legal indicado demonstra a incorreção patente de todas as demais alternativas:

A alternativa A contraria o § 10 do art. 16, que prevê o patamar de 40 (e não 60) salários mínimos;

A alternativa B contraria o § 4º do art. 16, que autoriza a decretação liminar sem oitiva prévia quando houver risco à eficácia da medida;

A alternativa D contraria o § 9º do art. 16, que prevê o recurso de agravo de instrumento (e não recurso de revisão);

A alternativa E contraria o § 14 do art. 16, que prevê exceções à impenhorabilidade do bem de família quando este for produto do ilícito.

Portanto, por se pautar na estrita literalidade do diploma legal expressamente requerido pelo comando da questão, a alternativa C configura a única opção juridicamente correta.

Diante do exposto, indeferem-se os recursos e mantém-se o gabarito na alternativa C.

QUESTÃO: 14 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Requer-se a anulação da questão 14 sob a alegação de que a terceira assertiva combinou trechos dos incisos III e IV do art. 9º da Lei nº 9.784/1999, gerando imprecisão na avaliação.

O pleito não merece acolhimento.

O comando da questão solicita que o candidato analise as assertivas e julgue a sua veracidade (V ou F), considerando especificamente os termos da Lei nº 9.784/1999.

As duas primeiras assertivas correspondem à reprodução literal do art. 3º, V (direito de fazer-se assistir por advogado) e do art. 4º, III (dever de não agir de modo temerário), devendo ser classificadas como verdadeiras (V).

A terceira assertiva traz a seguinte redação: “São legitimadas como interessadas no processo administrativo as organizações e associações representativas no tocante a direitos ou interesses difusos”.

Todavia, a Lei nº 9.784/1999 faz diferenciação expressa nos incisos III e IV do seu art. 9º:

“Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo: [...] III – as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; IV – as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos”.

A atribuição da tutela de direitos ou interesses difusos às organizações e associações representativas contraria o regramento do art. 9º da Lei nº 9.784/1999, tornando a assertiva FALSA. Trata-se de técnica consagrada em avaliações objetivas para aferir se o candidato domina as distinções normativas do texto legal. Assim, a única sequência correta para o preenchimento das proposições é V – V – F, correspondendo com exatidão à alternativa C.

Diante do exposto, indeferem-se os recursos e mantém-se o gabarito na alternativa C.

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Solicita-se a anulação da questão 16 sob alegação de que a assertiva II estaria incompleta por apresentar a exigência formal de cláusula destacada para o consentimento escrito sem mencionar os requisitos materiais de validade estipulados em outros parágrafos do art. 8º da LGPD.

O pleito não merece provimento.

A análise objetiva de cada uma das proposições em relação ao texto da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) demonstra a plena higidez do item:

A assertiva I é VERDADEIRA, pois reproduz literalmente o art. 3º, § 1º, da LGPD, segundo o qual se consideram coletados no território nacional os dados cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

A assertiva II é VERDADEIRA, pois expressa com exatidão o comando do art. 8º, § 1º, da LGPD: “Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais”. Trata-se de proposição normativa autônoma e verdadeira. A existência de outros requisitos legais em parágrafos distintos (como a exigência de finalidade determinada) não descaracteriza a veracidade da regra contida no § 1º.

A assertiva III é FALSA, pois contraria a vedação expressa do art. 8º, § 4º, da LGPD, o qual dispõe que “as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas”, sendo incorreto afirmar que a lei as admite. Dessa forma, estando corretas apenas as assertivas I e II, a única resposta possível e unívoca é a alternativa E.

Diante do exposto, indeferem-se os recursos e mantém-se o gabarito na alternativa E.

QUESTÃO: 17 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Solicita-se a anulação ou alteração do gabarito da questão 17 sob alegação de imprecisões na nomenclatura das classes da Carreira do EBTT, na omissão do termo “efetivo exercício” e na utilização da expressão “titulação acadêmica” relativa ao RSC-II.

Os pleitos não merecem provimento.

O comando da questão solicita a valoração das assertivas à luz das disposições da Lei nº 12.772/2012, que estrutura o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal.

Quanto à assertiva I: Com as alterações introduzidas no Plano de Carreiras pela Lei nº 15.141/2025 (decorrente da Medida Provisória nº 1.286/2024), a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) teve suas classes reestruturadas e renomeadas para Classe A, Classe B, Classe C e Titular. A antiga Classe D IV passou a ser formalmente denominada Classe C. Portanto, a afirmativa de que há promoção para a Classe C na carreira EBTT mediante cumprimento de interstício de 24 meses e avaliação de desempenho encontra-se plenamente alinhada com o texto legal vigente.

Quanto à assertiva II: A proposição reflete a exata disposição do art. 18, § 13, da Lei nº 12.772/2012, no tocante ao cômputo da Retribuição por Titulação (RT) em proventos e pensões para títulos obtidos antes da inativação.

Quanto à assertiva III: A assertiva transcreve o comando do art. 18, § 4º, II, da Lei nº 12.772/2012, fazendo constar expressamente a delimitação exigida pela norma: “para fins de percepção de RT, equivalerá à titulação acadêmica de mestrado”. A presença da ressalva afasta qualquer alegação de imprecisão técnica, uma vez que a lei estabelece exatamente essa equivalência remuneratória.

Dessa forma, estando corretas as três assertivas, confirma-se a alternativa A como a única resposta válida e objetiva para o item.

Diante do exposto, indeferem-se os recursos e mantém-se o gabarito na alternativa A.

QUESTÃO: 18 – MANTIDA alternativa ‘D’.

O recurso interposto solicita a anulação da questão 18 sob o argumento de que a segunda assertiva teria descaracterizado a norma do art. 20, § 2º-A, da Lei nº 7.716/1989 ao alterar o prazo legal da proibição de frequência a locais públicos.

O pleito não merece provimento.

O comando da questão solicita que o candidato julgue como verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das assertivas apresentadas à luz da Lei nº 7.716/1989.

A assertiva I é VERDADEIRA, pois reflete expressamente o art. 1º da Lei nº 7.716/1989, que inclui a discriminação por procedência nacional entre os crimes previstos no diploma.

A assertiva II é FALSA, pois indica o prazo de 1 (um) ano para a proibição de frequência a locais de práticas culturais, quando o art. 20, § 2º-A, da Lei nº 7.716/1989 estabelece taxativamente o prazo de 3 (três) anos. A modificação do dado numérico do dispositivo legal é técnica consagrada para a valoração da assertiva como incorreta/falsa, não configurando vício de formulação.

A assertiva III é VERDADEIRA, pois reproduz literalmente o art. 20-C da Lei nº 7.716/1989, o qual determina a presença de advogado ou defensor público para a vítima de racismo em todos os atos processuais.

Assim, o julgamento das assertivas resulta de forma unívoca na sequência V – F – V, cuja correspondência direta e exclusiva é a alternativa D.

Diante do exposto, indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito na alternativa D.

QUESTÃO: 19 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Solicita-se a anulação da questão 19 sob alegação de suposta duplicidade de gabarito entre as alternativas B e D, bem como imprecisão na articulação dos dispositivos da LDB.

Os pleitos não merecem acolhimento.

O comando da questão exige que o candidato identifique a alternativa correta considerando especificamente as disposições da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e suas alterações.

A alternativa B consiste na transcrição literal do art. 4º, inciso VIII, da LDB, estando irrepreensível sob o ponto de vista jurídico-normativo:

“Art. 4º [...] VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

A alternativa D encontra-se incorreta. Embora mencione o dever de informar os pais sobre a frequência e o rendimento dos alunos, a proposição atribui equivocadamente essa incumbência aos “docentes”. O art. 12, inciso VII, da LDB estabelece de forma categórica que tal obrigação compete aos estabelecimentos de ensino (instituição), enquanto as incumbências dos docentes estão previstas no art. 13 do mesmo diploma legal. A alteração do polo passivo da obrigação legal torna a assertiva objetivamente falsa.

As demais alternativas apresentam erros legais patentes em relação à LDB:

Alternativa A erra ao classificar o direito como “objetivo” e restringir a legitimidade ao MP (contrariando o art. 5º); a alternativa C indica a idade de 5 anos em vez de 4 anos (contrariando o art. 4º, X); e a alternativa E inventa a categoria administrativa “híbrida” (contrariando o art. 19).

Dessa forma, confirma-se que a alternativa B é a única opção correta, não havendo dúvida nem duplicidade de respostas.

Diante do exposto, indeferem-se os recursos e mantém-se o gabarito na alternativa B.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): CDM-2 – PORTUGUÊS/ESPAANHOL

QUESTÃO: 23 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Gabarito mantido conforme a resolução de cada afirmação da questão:

(V) O texto afirma que *“la identificación de muchos cadáveres sigue siendo compleja”* e que *“decenas de familias continúan pendientes de recibir noticias de sus hijos, hermanos o padres desaparecidos”*. Portanto, a afirmação está de acordo com as informações apresentadas.

(V) Conforme o texto, 78 corpos foram recuperados em águas e território espanhol, enquanto 63 foram localizados na costa marroquina. Portanto, o número de vítimas localizadas em território europeu é superior ao registrado na costa africana.

(F) Há duas informações na afirmação: *“El texto afirma que la situación en Ceuta representa la mayor tragedia humanitaria ocurrida en España (informação 1) y afirma que el número de víctimas ya supera las ciento cuarenta personas (informação 2).”*

O texto informa que 141 pessoas morreram (ou seja, a informação 2 da questão 23 é verdadeira). No entanto, a informação 2, facilmente identificada no texto, se trata de um distrator da informação 1, posto que o texto **não** afirma que a tragédia em Ceuta seja a **“maior tragédia humanitária ocorrida na Espanha”** como um todo, mas afirma se tratar da maior tragédia humanitária ocorrida no **litoral** da Espanha. A informação 1 é, portanto, ampla e generaliza uma informação que é específica conforme o conteúdo do texto base, tornando **falso** o conteúdo da terceira afirmação da questão 23.

(F) A afirmação contradiz o posicionamento de Helena Maleno, no sentido de que a entrevistada não somente critica as políticas de controle de fronteiras, mas também destaca as consequências humanitárias dessas mesmas políticas e a desumanização das pessoas migrantes.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão respeita o conteúdo programático do item 8. *O Ensino de Língua Espanhola na Educação Básica, Profissional e Tecnológica* e segue a bibliografia indicada pelo Edital. Seu conteúdo pode ser encontrado em publicações indicadas pelo edital no que se refere ao ensino de aspectos contrastivos entre o português e o espanhol, conforme indicado em MORENO, C.; ERES FERNÁNDEZ, G. *Gramática contrastiva del español para brasileños*. Madrid: SGEL, 2007, bem como na organização do componente curricular de língua espanhola dos diferentes PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso) dos Institutos Federais.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Conforme bibliografia indicada em Edital (MORENO, C.; ERES FERNÁNDEZ, G. *Gramática contrastiva del español para brasileños*. Madrid: SGEL, 2007), *ha habido* é a conjugação na terceira pessoa do singular do verbo *haber* no Pretérito Perfecto Compuesto, cujo uso pode equivaler, em português, ao Pretérito Perfeito do Indicativo, posto que se refere a uma situação situada em período de tempo passado não pontual ou determinado com exatidão. No contexto apresentado, a expressão *otras ocasiones* indica ocorrências anteriores em um tempo passado não determinado, o que permite a tradução por “houve” (alternativa B). A alternativa E, por sua vez, apresenta a forma “têm havido”, que não corresponde à construção normativa com o verbo *haber* empregado em sentido existencial.

QUESTÃO: 45 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A questão não exige o conhecimento descontextualizado de uma classificação de funções da linguagem, mas solicita a identificação da função predominante a partir das características do texto e de sua **finalidade discursiva**, aspecto diretamente relacionado ao conteúdo programático “Concepção de língua e linguagem”. A bibliografia indicada no Edital fundamenta uma concepção de linguagem como prática social e atividade de interação, conforme abordam autores da bibliografia sugerida pelo certame, como Bakhtin (2016), Koch (2007) e Cavalcante (2013). Em Koch (2007), por exemplo, o texto é compreendido em sua funcionalidade comunicativa e em sua função referencial, sendo a situação comunicativa e a intenção do falante determinantes para as funções comunicativas que nele se realizam. Assim, o texto, enquanto unidade de sentido produzida na interação, deve ser interpretado considerando seus propósitos e suas condições de produção.

A finalidade discursiva do texto de Krenak explica a **predominância** da apresentação de informações e conteúdos sobre o tema tratado, motivo pelo qual a função referencial constitui a alternativa correta.

Dessa forma, não há extrapolação do conteúdo previsto no Edital, razão pela qual se mantém o gabarito da alternativa “E”.

QUESTÃO: 46 – ALTERA O GABARITO DA ALTERNATIVA ‘A’ PARA ALTERNATIVA ‘C’.

Fica alterado o gabarito da questão 45 para a alternativa C, conforme justificativas a seguir:

- a) “de resíduos” completa o sentido do substantivo abstrato “contenção”, constituindo termo argumental do núcleo nominal. “Resíduos” corresponde ao elemento que sofre a ação implícita em “contenção”, estabelecendo relação semântica de paciente. Portanto, “de resíduos” exerce função de complemento nominal.
- b) “entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas” completa e especifica o sentido do substantivo abstrato “relação”, constituindo termo argumental do núcleo nominal e indicando os participantes entre os quais se estabelece a relação. Portanto, exerce função de complemento nominal.
- c) “de ordem colonial” caracteriza e especifica o substantivo concreto “forças”, exercendo, portanto, função de **adjunto adnominal**, e **não** de complemento nominal, conforme comando da questão.
- d) “de acolher os seus habitantes originais” completa o sentido do adjetivo “incapaz”, constituindo termo argumental do núcleo adjetival. Na oração infinitiva, “os seus habitantes originais” corresponde ao paciente da ação de “acolher”. Portanto, o trecho exerce função de complemento nominal.
- e) “de um mundo que acabou” completa e especifica o sentido do substantivo abstrato “condição”, constituindo termo argumental do núcleo nominal e delimitando aquilo cuja condição é mencionada. Portanto, exerce função de complemento nominal.

Ainda, não procede a alegação de multiplicidade de respostas, sobretudo no que se refere à alternativa B. Cabe destacar que a classificação de um termo como complemento nominal não é determinada exclusivamente pela preposição que o introduz. Conforme a bibliografia indicada pelo Edital (Bechara, 2015; Neves, 2000), a seleção da preposição está relacionada à estrutura sintático-semântica do núcleo. Neves (2000) inclui expressamente a preposição “entre” entre as preposições introdutoras de argumentos, as quais funcionam no sistema de transitividade e podem introduzir complementos de substantivos, adjetivos, advérbios. Assim, em “a relação entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas”, o segmento “entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas” completa e especifica o sentido do substantivo abstrato “relação”, exercendo, assim, função de complemento nominal.

QUESTÃO 48 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Não procede a alegação de multiplicidade de respostas, visto que o enunciado não afirma que as tensões entre a cultura ocidental e a cosmovisão indígena constituam a única ou a principal temática do período, mas **uma temática central** dos textos e narrativas relacionados ao Quinhentismo.

A alternativa A) Quinhentismo atende ao critério estabelecido pelo comando da questão, uma vez que as manifestações textuais produzidas no contexto do século XVI, especialmente os relatos de informação e de viagem, registram o contato entre europeus e povos indígenas e representam seus costumes, práticas, crenças e formas de compreensão do mundo, ainda que essa representação seja mediada pela perspectiva dos autores europeus. Integram esse conjunto, entre outros, a Carta de Pero Vaz de Caminha e os relatos contundentes de convívio com povos indígenas, como os de Hans Staden e Jean de Léry. O fato de esses textos serem produzidos por autores europeus não elimina a representação dos modos de vida e das percepções de mundo dos povos indígenas; ao contrário, evidencia o contraste e as **tensões** entre diferentes perspectivas culturais e visões de mundo.

Também não procede o argumento de que o Quinhentismo não poderia ser considerado em uma questão de literatura brasileira. Na perspectiva didático-historiográfica, o Quinhentismo é tradicionalmente apresentado como marco inicial das manifestações literárias produzidas no Brasil, sendo a Carta de Caminha, inclusive,

frequentemente caracterizada como marco inicial da Literatura Brasileira. Essa abordagem também é compatível com as orientações curriculares nacionais, que preveem a análise do processo de constituição e formação da literatura brasileira e das relações intertextuais entre obras de diferentes momentos históricos, como propõe a questão. Além disso, o Quinhentismo figura explicitamente em componentes curriculares de Literatura Brasileira de diferentes PPCs de Institutos Federais.

Quanto às alternativas D) Romantismo e E) Modernismo, ambos os períodos literários também possibilitam relações intertextuais com a obra de Krenak, mas não atendem ao recorte específico estabelecido pelo comando da questão. No Romantismo, especialmente na vertente indianista, a figura indígena é mobilizada sobretudo na construção da identidade nacional e é frequentemente representada de forma idealizada, como herói fundador. No Modernismo, particularmente na perspectiva antropofágica, a questão indígena é reelaborada no projeto de construção de uma identidade cultural brasileira por meio da incorporação e ressignificação de elementos da cultura europeia. Nesses casos, embora existam inúmeras possibilidades de diálogo com Krenak, a **tensão** entre cultura ocidental e cosmovisão indígena não constitui o eixo específico que o enunciado propõe como recorte. Por outro lado, no Quinhentismo, o contato e o contraste entre diferentes formas de vida, valores, crenças e modos de compreender o mundo constituem uma dimensão fundamental das narrativas produzidas naquele contexto. Assim, a possibilidade de estabelecer intertextualidades com outros períodos não configura, por si só, multiplicidade de respostas, devendo-se associar o gabarito ao recorte proposto pelo comando da questão.

QUESTÃO: 50 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A seguinte justificativa para manutenção do gabarito está conforme Rojo e Cordeiro no capítulo de introdução e apresentação da obra *Gêneros orais e escritos na escola* (2004).

I – Correta, conforme a leitura do trecho: “O texto foi então tomado, nessas quase três décadas, primeiramente como um material ou objeto empírico que, em sala de aula, propiciava atos de leitura, de produção, de análise linguística. Um bom exemplo é o da metodologia então denominada de ensino “criativo”, que tomava o texto de leitura como um propiciador de “hábitos de leitura” e um “estímulo” para escrever, e o texto produzido como resultante de um ato criativo, estimulado pelo método. Nessa perspectiva, não havia espaço para o ensino, e o texto era tomado como objeto de uso, mas não de ensino” (p. 8).

II – Correta, conforme a leitura do trecho: “Mais tardiamente, começa-se a tomar o texto como suporte para o desenvolvimento de estratégias e habilidades de leitura e de redação. Tem lugar o ensino de procedimentos numa abordagem cognitiva e textual. A leitura do texto é ocasião que pode propiciar aprendizado de estratégias variadas a que o leitor recorre e, na produção, são agenciadas estratégias de planejamento, revisão e editoração. O texto ainda não se constitui propriamente num objeto de estudo, mas num suporte para o desenvolvimento de estratégias necessárias ao seu processamento. Nesse momento, forja-se a idéia da disciplina como uma área sobretudo procedimental e não conceitual” (p. 8).

III – Correta, conforme a leitura do trecho: “Todas essas questões levaram a uma virada discursiva ou enunciativa no que diz respeito ao enfoque dos textos e de seus usos em sala de aula. Inicialmente, essa virada se configurou nos trabalhos de pesquisadores de diversos países sobre leitura e, principalmente, sobre produção de textos. Trata-se então de enfocar, em sala de aula, o texto em seu funcionamento e em seu contexto de produção/leitura, evidenciando as significações geradas mais do que as propriedades formais que dão suporte a funcionamentos cognitivos” (p. 10-11).

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MCH-5 – SOCIOLOGIA

QUESTÃO: 21 – MANTIDA alternativa ‘D’.

No capítulo introdutório da obra, é possível identificar os principais argumentos e teses do autor, que serão desenvolvidos no restante do livro. A principal tese corresponde à assertiva III, que está, portanto, correta. A assertiva II corresponde a um exemplo de valor moral que está na base das concepções hegemônicas da disciplina, sendo igualmente correta. Por fim, a primeira assertiva é justamente uma das abordagens que o autor critica ao longo da obra, já que ele considera que essa pretensa neutralidade ou “amoralidade” oculta uma base moral que fundamenta as práticas no campo da Administração. Assim, a assertiva I está incorreta. Desse modo, a alternativa correta é D.

QUESTÃO: 23 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Max Weber é um dos autores clássicos da Sociologia e referência nos estudos de Sociologia da Administração e das Organizações. Presume-se, portanto, que seu arcabouço conceitual seja do domínio básico de um sociólogo. Ainda que diretamente não conste da bibliografia sugerida no Edital, o autor é mencionado na única obra correspondente ao conteúdo programático do ponto de Sociologia da Administração explicitamente sugerida no Edital, reforçando sua importância para essa temática.

Embora a prova apresente um erro na grafia do sobrenome do autor (uma letra “b” a mais no seu sobrenome), tal equívoco não compromete o entendimento de que se trata de Max Weber. A julgar pelo conteúdo da frase citada, não é possível encontrar guarida em qualquer hipotético sociólogo “Webber” existente que, diga-se de passagem, seria desconhecido da esmagadora maioria da comunidade de sociólogos brasileiros. Ou seja, não estando como bibliografia sugerida, seria menos plausível ainda que se solicitasse a identificação de conceitos basilares de um autor pouco conhecido no campo. Isto posto, vejamos as alternativas da questão:

A alternativa A é falsa por conta da segunda palavra mencionada, usada como referência conceitual para Durkheim e não enfatizada por Weber, além de não dar sentido explicativo para o restante da frase. A primeira palavra também não é uma explicação razoável para o restante da sentença.

A alternativa B apresenta uma primeira palavra que é contraditória com o restante da frase, já que a tradição não é fundamento da ordem racional-legal que, segundo Weber, orienta os Estados modernos e outras organizações. O segundo termo (reprodução) se aproxima mais da abordagem de outros autores contemporâneos, como Pierre Bourdieu.

A alternativa C é falsa em função da segunda palavra, que não é o fundamento da ordem racional-legal moderna.

A alternativa D, mesmo que se aproxime do referencial conceitual do autor, não confere uma explicação satisfatória ao restante da sentença.

Assim, mesmo sem a leitura prévia do texto referido, o conhecimento geral da abordagem de Max Weber permite identificar que a alternativa que melhor responde e enfatiza a importância da burocracia para o ordenamento moderno é a E.

QUESTÃO: 31 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A leitura da obra referida na bibliografia sugerida do concurso para a questão permite identificar com clareza que as assertivas II e IV estão erradas e que a assertiva III está correta.

No caso da assertiva I, destaque-se que se trata de uma definição sintética da noção de “camadas de opacidade” referente às diferentes etapas pelas quais os dados, as classificações e as decisões algorítmicas são produzidos. Ou seja, o fato de a assertiva não abranger todas as camadas, a exemplo dos custos ambientais, não torna a assertiva inválida. Mesmo que se reconheça que os recursos ambientais são a base natural para o desenvolvimento dessas tecnologias e seus impactos difusos deveriam ser levados mais seriamente em consideração. Em outras palavras, o fato da assertiva não mencionar explicitamente uma das diferentes camadas de opacidade não a torna incompatível com a argumentação trazida na referida obra, apenas mais sintética.

Considerando também que não existia nenhuma alternativa que indicasse somente a assertiva III como correta, resta claro que a alternativa correta é D.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A assertiva I é facilmente identificável como verdadeira, por simples dedução lógica, sem mesmo a necessidade da leitura da obra sugerida no edital. Já o conteúdo da assertiva II e a sua relação com a assertiva I demandam a leitura ao menos dos capítulos iniciais do livro em que o autor elenca os principais dilemas contemporâneos da ciência e da tecnologia.

O conectivo “E” apresentado entre as duas assertivas está grifado em negrito para garantir a sua identificação e avaliação da relação entre elas. Em caso de dúvida, as alternativas apresentadas na questão são inequívocas quanto ao tipo de relação que se questionou existir ou não entre as assertivas. Assim, indefere-se o recurso e mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa ‘E’.

As assertivas apresentadas no enunciado da questão, ainda que sintéticas, não estão conceitualmente equivocadas.

No caso da primeira assertiva, o uso do termo “de troca” entre parênteses não estabelece sinonímia ou equivalência conceitual entre valor e valor de troca. Caso se considerasse serem o valor e valor de troca como equivalentes, não haveria a necessidade de colocar o termo “de troca” entre parênteses.

A segunda assertiva estabelece a relação entre o trabalho abstrato, que constitui a substância do valor, e sua expressão nas relações de troca. Assim, embora não se trate de identidade entre trabalho abstrato e valor de troca, a assertiva pode ser compreendida como referência à representação do trabalho abstrato na forma de valor de troca.

A terceira assertiva é ainda mais evidentemente falsa, embora corresponda a um erro comum daqueles que não leram Marx na interpretação do termo “fetichismo da mercadoria”, logo o associando a sua acepção próxima das abordagens da psicologia, no sentido de desejo. Essa não é a concepção de Marx, para o qual o fetiche é visto como o enigma ou “o segredo das mercadorias”, considerando que as características sociais do trabalho dos produtores se manifestam fenomenicamente como propriedades naturais das coisas, fazendo com que as relações sociais entre produtores apareçam como relações entre mercadorias.

Por fim, em termos exclusivamente lógicos, considerando que não há nenhuma alternativa distratora que corresponda a todas as assertivas serem falsas, a pretensão recursal não encontra guarida. Assim, recomenda-se o seu não acolhimento.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Sobre o aspecto estritamente formal de apresentação da questão, destaque-se que a referência à assertiva IV na alternativa E configura mero erro material de redação, uma vez que não há assertiva IV no enunciado. Tal inconsistência, contudo, não prejudica a compreensão da questão, nem efetivamente impede a identificação inequívoca da alternativa correta, que é a letra A) Todas as assertivas estão corretas. Em suma, esse erro não compromete a resolução da questão.

Em relação ao conteúdo das assertivas, trata-se de uma síntese de construções teóricas complexas desenvolvidas pelo autor ao longo das 766 páginas, divididas em 3 seções e 21 capítulos, da obra sugerida. Ou seja, a verificação da validade ou não de uma assertiva deve considerar estritamente a existência de erro explícito na frase apresentada, não a sua incompletude no contexto mais amplo da obra. Em outras palavras, se tais assertivas objetivamente estão erradas ou apenas incompletas. Tampouco inferir relações causais ou de finalidade que não foram enunciadas nas formulações apresentadas.

Considerando ser a assertiva I a mais inequívoca, passemos ao exame das demais.

A assertiva II destaca estritamente que “Marx usa como instrumento heurístico a classificação de dois setores da produção social (meios de produção e meios de consumo), analisando as peculiaridades de seus tempos de curso”. Assim, a frase não entra no mérito da finalidade do instrumento heurístico adotado pelo autor, apenas complementa que ele também analisa os tempos de curso.

A terceira assertiva sintetiza a determinação dialética do capital variável para Marx. Aos olhos do capitalista, é capital, sob a ótica do trabalhador é rendimento (salário). Em outras palavras, trata-se de uma mudança na função econômica do mesmo montante de valor, a depender do agente que o detém e dispende. Por fim, destaque-se que a frase é uma reprodução literal de citação da obra (Capítulo 20, item X: “Capital e renda: capital variável e salário”, p. 541).

Desse modo, recomenda-se o não acolhimento recursal.

QUESTÃO: 45 – MANTIDA alternativa ‘D’.

As duas primeiras assertivas são corretas, considerando a argumentação desenvolvida pela autora na referida obra. A assertiva III é um distrator falso, considerando que não há essa formulação autoral na obra de Flávia Biroli, embora seja uma referência importante nos estudos de gênero desenvolvida por Nancy Fraser. A referência a uma abordagem genericamente compatível com o arcabouço de Fraser não torna a assertiva verdadeira, pois poderia abrir o precedente para inúmeras outras alusões conceituais que podem dialogar com a obra, mas não terem sido desenvolvidas por Biroli.

QUESTÃO: 46 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A alternativa A é falsa porque Bauman não caracteriza a relação fordista como harmoniosa ou cooperativa. A metáfora do “casamento” é justamente utilizada para indicar uma relação de dependência e necessidade recíprocas, e não de convergência de interesses. A alternativa B apresenta uma interpretação possível do fordismo a partir de uma perspectiva marxista ou da sociologia histórica do trabalho, mas não corresponde ao argumento desenvolvido por Bauman.

A alternativa C é um distrator interessante porque apresenta uma interpretação plausível, embora associada com o arcabouço teórico de Michel Foucault. De fato, seria possível analisar a fábrica moderna como espaço de disciplina, vigilância, normalização e produção de corpos adaptados ao trabalho industrial. Porém, esse não é o argumento mobilizado por Bauman. A alternativa C mobiliza alguns elementos presentes em Bauman, mas os formula por meio de uma relação causal (“instituições disciplinares” produzindo trabalhadores adaptados) que não corresponde ao argumento central apresentado.

A alternativa D é provavelmente a mais diretamente incompatível com o trecho e perspectivas do autor. Bauman caracteriza justamente o fordismo como expressão da “modernidade pesada”, marcada pela estabilidade, permanência e durabilidade das estruturas e relações. Assim, a alternativa correta a ser mantida é E.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MCH-6 – MATEMÁTICA

QUESTÃO: 24 – ANULADA.

Após a análise, verifica-se que procede os recursos quanto à inconsistência existente entre o ponto indicado no enunciado e a curva cuja reta tangente se pretende determinar.

A questão define a curva pela equação:

$$x^3 + y^3 + 3xy = 0$$

e solicita a reta tangente no ponto $P(-3, -3)$. Entretanto, a substituição das coordenadas do ponto na equação da curva resulta em:

$$(-3)^3 + (-3)^3 + 3(-3)(-3) = -27 - 27 + 27 = -27 \neq 0$$

Assim, o ponto $(-3, -3)$ não pertence à curva definida no enunciado.

Essa constatação é determinante, pois a reta tangente a uma curva em um ponto pressupõe que o referido ponto pertença à própria curva. Não é possível, portanto, determinar validamente a reta tangente ao fólio de Descartes, tal como apresentado, no ponto indicado.

Embora a derivação implícita da equação forneça formalmente

$$y' = -\frac{x^2 + y}{y^2 + x}$$

e a substituição do par ordenado $(-3, -3)$ resulte no valor $y' = -1$, esse procedimento não elimina a inconsistência verificada. A avaliação formal da expressão da derivada em um ponto externo à curva não transforma esse ponto em ponto pertencente à curva, nem caracteriza a reta obtida como tangente à curva nesse local.

Desse modo, a alternativa B, embora resulte do procedimento algébrico formal adotado, não constitui resposta matematicamente válida para o problema tal como redigido, uma vez que a reta indicada passa pelo ponto informado, mas esse ponto não pertence à curva.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Após a análise, verifica-se que não há ausência de informação capaz de comprometer a determinação da transformação solicitada. Em Matemática, salvo indicação expressa em sentido contrário, uma rotação de medida angular positiva é convencionalmente compreendida como uma rotação no sentido anti-horário. Assim, a expressão “rotação de 60° ” corresponde à rotação positiva de 60° em torno da origem.

A possibilidade de se considerar, em tese, uma rotação horária não caracteriza ambiguidade do enunciado, pois esse sentido corresponderia a uma rotação de ângulo -60° , e não à rotação positiva de 60° adotada pela convenção matemática usual. Além disso, a rotação horária somente seria aplicável se o enunciado indicasse expressamente esse sentido ou adotasse convenção diversa.

Em questões de Álgebra Linear e Geometria Analítica, a orientação positiva do plano é convencionalmente associada ao sentido anti-horário. Portanto, não há necessidade de explicitação adicional quando se menciona uma rotação positiva de 60° .

QUESTÃO: 31 – ANULADA.

Os recursos procedem, visto que para determinar $[w]_S$ devemos encontrar a, b tais que:

$$w = au_1 + bu_2$$

Como:

$$u_1 = (2, -4), u_2 = (3, 8), w = (1, 1)$$

temos:

$$a(2, -4) + b(3, 8) = (1, 1)$$

Assim:

$$\begin{cases} 2a + 3b = 1 \\ -4a + 8b = 1 \end{cases}$$

Da primeira equação:

$$2a = 1 - 3b$$

Substituindo na segunda:

$$-4a + 8b = 1$$

Como $a = (1 - 3b)/2$:

$$\begin{aligned} -2(1 - 3b) + 8b &= 1 \\ -2 + 6b + 8b &= 1 \\ 14b &= 3 \\ b &= \frac{3}{14} \end{aligned}$$

Então:

$$\begin{aligned} 2a + 3\left(\frac{3}{14}\right) &= 1 \\ 2a + \frac{9}{14} &= \frac{14}{14} \\ 2a &= \frac{5}{14} \\ a &= \frac{5}{28} \end{aligned}$$

$$\text{Logo } [w]_S = \left(\frac{5}{28}, \frac{3}{14}\right)$$

QUESTÃO: 32 – ANULADA.

Os recursos procedem visto erro no enunciado, consistente na substituição indevida do dado $EC = 4$ por $EC = 3$. Porém, como essa substituição altera substancialmente o resultado, que não está disponível entre as alternativas, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO: 33 – ANULADA.

Após a análise dos recursos, verifica-se a existência de inconsistência objetiva na redação da assertiva I. Em um quadrilátero ABCD, considerando a nomenclatura usual, os lados são AB, BC, CD e DA, enquanto AC e BD são as diagonais. Contudo, a assertiva I denomina AC e BD como “lados não paralelos” e, posteriormente, refere-se a esses mesmos segmentos como “diagonais”. Embora seja possível inferir que tenha ocorrido erro material na redação da assertiva, não cabe ao candidato presumir a correção pretendida nem à banca modificar o conteúdo do item após a realização da prova. A alteração de AC e BD para ADe BC modifica a hipótese da proposição e pode influenciar a análise de sua veracidade. Portanto, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa ‘B’.

A questão apresenta uma operação de substituição de títulos, devendo ser considerada, conforme a prática usual da Matemática Comercial, a equivalência dos títulos na data da operação, ou seja, na data atual.

No desconto comercial simples, o valor atual de um título é dado por

$$VA = N(1 - in)$$

onde N é o valor nominal do título, i é a taxa de desconto e n é o prazo até o vencimento.

Como os dois títulos devem ser financeiramente equivalentes na data de hoje, seus valores atuais devem ser iguais.

1. Temos que o valor atual do título original é dado por

- Valor nominal: $N = 1.650$;
- Prazo: 1 mês;
- Taxa: $i = 4\%$ a.m.

Assim,

$$VA_1 = 1650(1 - 0,04.1) = 1650 \cdot (0,96) = 1.584$$

E, o valor nominal do novo título, será dado considerando no valor nominal do novo título, com vencimento em 3 meses. Assim, seu valor atual é

$$VA_2 = N(1 - 0,04.3) = N(0,88)$$

Como a operação deve ser equivalente,

$$1.584 = 0,88N$$

Logo,

$$N = \frac{1.584}{0,88} = 1.800$$

Portanto, o valor nominal do novo título é R\$ 1.800,00, correspondente à alternativa B.

Não procede a alegação de que a questão exigiria a indicação expressa de outra data focal. A adoção da data atual decorre da própria natureza da operação descrita: um título existente será substituído, naquele momento, por outro com vencimento posterior. A equivalência é, portanto, estabelecida na data da substituição, mediante comparação dos valores atuais dos dois títulos.

A utilização da data de vencimento do título original como data focal constitui hipótese diversa da operação descrita no enunciado. Nessa data, o título original já teria vencido, não se tratando mais da substituição realizada no momento da contratação. Além disso, a questão fornece a taxa de desconto comercial e os prazos justamente para o cálculo dos valores atuais na data da operação.

Assim, a interpretação adotada no gabarito corresponde à convenção usual para operações de substituição de títulos e conduz a uma única alternativa correta, a alternativa B.

QUESTÃO: 41 – ANULADA.

O recurso merece acolhimento. A assertiva III afirma, de forma estrita, que a variância do estimador é menor que a variância da média amostral. Essa conclusão é válida quando a variância populacional é positiva. Entretanto, como o enunciado não estabelece essa condição, admite-se também o caso de variância nula, correspondente a uma população em que todas as observações são constantes. Nessa situação, ambas as variâncias são iguais a zero, de modo que a relação estrita indicada na assertiva III não se verifica. O exemplo apresentado no recurso preserva a positividade dos tempos de tramitação e demonstra que as assertivas I e II permanecem verdadeiras, enquanto as assertivas III e IV são falsas. A resposta, portanto, depende de uma condição não especificada no enunciado, o que impede a identificação de uma única alternativa correta para todos os modelos estatísticos admitidos. Diante do exposto, defere-se o recurso e anula-se a questão 41.

QUESTÃO: 43 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A notação “log”, no âmbito da inferência estatística, é convencionalmente utilizada para representar o logaritmo natural, especialmente na definição da função de log-verossimilhança. Casella e Berger, referência bibliográfica indicada para o conteúdo, também adotam a notação “log” em expressões de log-verossimilhança, o que confirma a adequação técnica da convenção utilizada. Além disso, a base adotada pode ser identificada pela própria expressão apresentada na assertiva, pois a aplicação do logaritmo natural à função de verossimilhança da distribuição exponencial conduz exatamente à forma indicada. Caso fosse utilizado o logaritmo de base 10, a expressão conteria um fator adicional de conversão. Portanto, tanto a convenção técnica da área, respaldada pela bibliografia indicada, quanto a estrutura matemática da expressão demonstram que “log” representa o logaritmo natural, não havendo ambiguidade capaz de comprometer o julgamento da assertiva como verdadeira ou falsa. Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito preliminar correspondente à alternativa C.

QUESTÃO: 45 – MANTIDA alternativa ‘C’.

O recurso não merece provimento. A utilização direta do valor aproximado fornecido no enunciado resulta em 23,79%. Contudo, a indicação de que e^{-4} é aproximadamente igual a 0,0183 evidencia que se trata de uma aproximação destinada a facilitar o cálculo, e não de um valor exato. O próprio comando solicita uma probabilidade aproximada, de modo que a diferença de 0,01 ponto percentual entre o resultado calculado e o valor de 23,80% apresentado na alternativa C decorre apenas do arredondamento adotado. Diante do exposto, indefere-se o recurso, mantendo-se o gabarito preliminar correspondente à alternativa C.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-3 – BIOLOGIA I

QUESTÃO: 25 – MANTIDA alternativa 'A'.

A questão aborda a incorporação das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) nos cursos de licenciatura, tendo como referência a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. A referida Resolução estabelece, para os cursos de licenciatura, carga horária mínima de 3.200 horas, incluindo 320 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão. Essas atividades devem integrar a formação curricular, estar vinculadas aos componentes curriculares desde o início do curso e ser devidamente previstas e discriminadas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A norma também estabelece a articulação dessas atividades com as práticas educativas e com a interação com instituições de Educação Básica.

Nesse contexto, a alternativa A é compatível com o núcleo do que é solicitado na questão, ao reconhecer que as atividades de extensão devem integrar a organização curricular do curso e estar previstas no PPC, e as demais alternativas apresentam situações totalmente em desacordo com a Resolução:

A alternativa B estabelece a possibilidade de aproveitamento de parte da carga horária do estágio curricular supervisionado para cumprimento das atividades de extensão, hipótese que não é prevista pela norma.

A alternativa C restringe indevidamente as ações de extensão a eventos institucionais de caráter técnico-científico e à apresentação de trabalhos de iniciação científica.

A alternativa D admite a realização integral da extensão na modalidade a distância, afastando a exigência de realização presencial estabelecida pela Resolução.

A alternativa E trata as atividades de extensão como facultativas e passíveis de substituição por componentes teóricos ou monitoria, o que não corresponde ao caráter curricular atribuído às AAE.

Questiona-se a redação da alternativa A, especialmente em relação à expressão: “no mínimo, 10% da carga horária total recomendada para a integralização do curso”. De fato, a Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece 320 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão, dentro da carga horária mínima de 3.200 horas para os cursos de licenciatura. A relação matemática entre esses dois valores corresponde a 10%. Contudo, a norma não formula a exigência simplesmente como “10% da carga horária total” do curso. Essa distinção merece ser observada. Se a expressão utilizada na alternativa A for interpretada literalmente como um percentual incidente sobre toda a carga horária efetivamente prevista para o curso, uma licenciatura organizada com carga horária superior às 3.200 horas mínimas poderia resultar em quantitativo de extensão superior às 320 horas estabelecidas na Resolução, entretanto, isso não é suficiente, no contexto específico da questão, para invalidar o item.

O enunciado não solicita o cálculo da carga horária de extensão para diferentes cargas horárias de cursos, mas sim a identificação da diretriz para a incorporação das atividades extensionistas no PPC. Nesse aspecto central, a alternativa A apresenta corretamente a extensão como parte da organização curricular e vinculada ao PPC. Sendo importante também considerar que, tomando-se como referência a carga horária mínima de 3.200 horas estabelecida para curso de licenciatura (como é o caso da questão, Licenciatura em Biologia), as 320 horas de atividades de extensão correspondem exatamente a 10%. Portanto, a relação percentual utilizada na alternativa não é arbitrária: ela decorre matematicamente da própria estrutura mínima estabelecida pela Resolução. A questão está inserida justamente no contexto de um curso de licenciatura submetido às diretrizes nacionais de formação inicial. Dessa forma, reconhece-se que a alternativa poderia ter uma referência direta às 320 horas de Atividades Acadêmicas de Extensão, porém, isso não compromete, no conjunto da questão, a identificação da alternativa correta, nem produz situação de dupla resposta ou ausência de alternativa válida.

Face ao exposto, mantém-se a questão e indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão foi elaborada com base na perspectiva do Ensino de Ciências por Investigação, tendo como referência a obra de Carvalho (2013). Nessa abordagem, o problema possui papel central no início da investigação, pois é a partir dele que os estudantes são convidados a mobilizar conhecimentos que já possuem, levantar hipóteses, buscar explicações e construir caminhos para compreender o fenômeno apresentado. O professor, por sua vez, organiza e conduz as situações de aprendizagem, favorecendo a participação intelectual dos estudantes e o desenvolvimento do processo investigativo, sendo essa função que está descrita na alternativa D, ao apresentar o problema como elemento propulsor da investigação, contextualizado e significativo para os alunos, capaz de mobilizar conhecimentos prévios e estimular a busca de explicações e soluções fundamentadas em evidências.

As alternativas A e B apresentam inadequações mais evidentes, enquanto as alternativas C e E contemplam alguns elementos presentes na abordagem investigativa, mas não atendem, em sua integralidade, às ideias desenvolvidas na obra de referência:

A alternativa A reduz a função do problema a um papel predominantemente motivacional e propõe que ele ceda lugar à sistematização conceitual tão logo se iniciem as atividades práticas, o que não corresponde à função desencadeadora e investigativa atribuída ao problema.

A alternativa B atribui ao problema uma finalidade relacionada ao diagnóstico do domínio da nomenclatura zoológica formal, desviando-o de sua função de desencadear a investigação, mobilizar conhecimentos prévios e favorecer a construção de explicações para o fenômeno estudado.

A alternativa C apresenta uma concepção inadequada ao atribuir predominantemente à exploração autônoma dos estudantes a obtenção das conclusões, desconsiderando a importância da mediação docente no processo investigativo.

A alternativa E, embora apresente aspectos compatíveis com o desenvolvimento de uma investigação, não responde de forma direta e completa ao que foi solicitado: a fundamentação para a abertura da aula por meio de um problema.

Assim as alternativas C e E, por sua vez, apresentam elementos que dialogam com a abordagem investigativa, mas introduzem limitações ou deslocamentos que impedem que sejam consideradas respostas integralmente adequadas ao comando da questão.

Os recursos apresentam argumentos pertinentes ao destacar que as alternativas C e E utilizam conceitos relacionados ao Ensino de Ciências por Investigação. Essa aproximação conceitual, entretanto, não é suficiente para tornar essas alternativas corretas.

Quanto à alternativa C: Alega-se, corretamente, que Carvalho valoriza a participação ativa dos estudantes, sua liberdade intelectual e a formulação de hipóteses durante a investigação. Esse aspecto, contudo, não torna correta a alternativa em sua totalidade. O ponto que diferencia C é a afirmação de que as conclusões seriam alcançadas “predominantemente pela exploração autônoma dos fenômenos investigados”. Na perspectiva de Carvalho, a participação ativa dos estudantes não significa que a construção das explicações científicas ocorra de forma predominantemente autônoma ou independente da mediação do professor. O docente possui papel importante na organização das situações de aprendizagem, na condução das discussões e no encaminhamento das reflexões produzidas pelos alunos.

Assim, é importante distinguir a autonomia intelectual de aprendizagem predominantemente autônoma. A primeira é valorizada na investigação; a segunda, tal como formulada na alternativa C, não representa adequadamente a articulação entre atividade dos estudantes e mediação docente presente na proposta;

O fato de a alternativa mencionar inicialmente que o professor organiza as situações de aprendizagem não elimina essa inadequação, pois a proposição termina atribuindo isso. A alternativa C não pode ser considerada uma resposta correta.

Quanto à alternativa E: A exploração inicial pelos estudantes e a posterior sistematização do conhecimento são elementos presentes no Ensino de Ciências por Investigação e esse aspecto é reconhecido pela banca, entretanto, a análise da alternativa deve considerar a proposição completa e o comando da questão, os quais questionam especificamente sobre a fundamentação para a abertura da aula por meio de um problema. A alternativa D responde diretamente a esse aspecto, explicando a função do problema como elemento desencadeador da investigação, enquanto que alternativa E, por sua vez, começa tratando da exploração inicial do fenômeno, mas acrescenta uma afirmação relativa à sistematização posterior dos resultados.

Essa sistematização é parte importante do processo investigativo, mas a alternativa não apresenta, de forma tão direta quanto a alternativa D, a função do problema como elemento propulsor da investigação nem explicita sua contextualização, seu significado para os estudantes e sua função de mobilizar conhecimentos prévios e a busca de explicações baseadas em evidências, e reconhecer que a sistematização posterior faz parte da abordagem de Carvalho não significa que a alternativa E responda corretamente ao que foi solicitado no comando;

Também não se considera adequado interpretar isoladamente a expressão “podendo” como se a alternativa estivesse afirmando que a sistematização seria desnecessária ou dispensável. O fundamento para afastar a alternativa E é outro: ela não apresenta, em sua integralidade, a fundamentação solicitada pela questão para a abertura da aula por meio de um problema.

Diante do exposto e após a análise dos argumentos apresentados, entende-se que não há duplicidade de alternativas corretas, permanecendo preservada a objetividade necessária à questão.

Face ao exposto, mantém-se a questão e indefere-se os recursos.

QUESTÃO: 30 – ANULADA.

A alternativa C foi indicada como gabarito por apresentar uma abordagem integrada do papel das diferentes linguagens no Ensino de Ciências por Investigação, em consonância com os pressupostos apresentados por Carvalho (2013). Nessa perspectiva, a investigação não se limita à realização de experimentos ou à obtenção de resultados. O processo envolve também a interação entre os estudantes, a discussão de ideias, a construção de explicações, a argumentação baseada em evidências e a sistematização do conhecimento construído. A alternativa C reúne esses diferentes aspectos ao relacionar as linguagens oral, escrita e visual à organização das ideias, à negociação de significados, à justificativa de hipóteses com base em evidências e à sistematização do conhecimento. A proposição também está relacionada à situação apresentada no enunciado, na qual os estudantes, após realizarem experimentações e leituras, são convidados a apresentar suas conclusões e defender suas explicações em uma assembleia científica.

Os recursos apresentados concentram-se principalmente na alegação de que a alternativa A também poderia ser considerada correta à luz de Carvalho (2013), questionando, portanto, a existência de uma única resposta possível. Alguns recursos também apontam a alternativa D correta em relação aos pressupostos do ensino por investigação.

A análise dos argumentos apresentados permite reconhecer que a alternativa C permanece correta, entretanto, a análise dos argumentos mostrou que há mais de uma resposta correta:

A alternativa A apresenta uma proposição compatível com o ensino por investigação, ao afirmar que a linguagem oral e a escrita podem exercer funções complementares durante a investigação, atribuindo à oralidade importância para a troca de ideias e à escrita para o registro e a organização das conclusões;

A alternativa B apresenta uma limitação mais clara. Embora reconheça corretamente que a argumentação contribui para a construção de explicações científicas, afirma que sua utilização deve ocorrer principalmente após a realização das atividades experimentais, quando os dados já estiverem consolidados. Essa restrição não corresponde à dinâmica do ensino por investigação, no qual a argumentação pode estar presente em diferentes momentos, desde a discussão inicial e a formulação de hipóteses até a análise das evidências e a construção das explicações. Por essa razão, a alternativa B não pode ser considerada correta em sua integralidade;

A alternativa D também apresenta elementos compatíveis com o ensino por investigação ao reconhecer que a escrita pode contribuir para a sistematização das aprendizagens e para a utilização progressiva de formas de comunicação próprias da linguagem científica, porém sua formulação está mais direcionada à produção de relatórios e à comunicação científica.

Ainda que se possa discutir a extensão de adequação da alternativa D ao enfoque específico da questão, essa discussão não é necessária para a decisão do recurso, pois a existência de A e C como alternativas defensáveis já é suficiente para comprometer a unicidade do item;

A alternativa E reconhece adequadamente a importância da linguagem oral para a socialização das ideias, mas reduz a função da escrita ao registro das conclusões e afirma que ela não interfere necessariamente na construção das explicações. Essa formulação limita uma função que, no processo investigativo, também pode envolver a organização, a elaboração e a sistematização das ideias. Por esse motivo, (E) não pode ser considerada correta em sua integralidade.

Neste sentido verifica-se que há mais de um gabarito correto e, assim, a questão deve ser anulada.

Face ao exposto, acolhem-se os recursos com a ANULAÇÃO da questão 30.

QUESTÃO: 41 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A alternativa E foi indicada como gabarito por apresentar um procedimento metodológico que articula, de maneira integrada, elementos centrais da concepção de estágio defendida por Pimenta e Lima (2012), especialmente a relação entre teoria e prática, a investigação da realidade escolar, a reflexão crítica e a reelaboração da atuação educativa. Segundo as autoras, o estágio não deve ser compreendido como simples observação da escola, reprodução de modelos ou aplicação mecânica de conhecimentos teóricos. Trata-se de um espaço de formação no qual o futuro professor é chamado a compreender a realidade educacional, problematizá-la e relacionar os conhecimentos construídos na formação com as situações concretas encontradas no campo de estágio.

Nesse sentido, a alternativa E não se limita a propor a observação ou o registro de situações. Ela apresenta uma sequência metodológica articulada: parte da investigação de situações concretas de sala de aula, busca compreender suas causas, considera a relação entre conteúdo, metodologia e contexto cultural dos alunos e utiliza a reflexão crítica e a pesquisa como instrumentos para, ao final, reelaborar a atuação educativa de forma fundamentada. Essa articulação é importante porque a questão não pergunta simplesmente se determinado procedimento pode ser utilizado durante o estágio, mas solicita a identificação do procedimento metodológico adequado a ser adotado pelos estagiários diante de situações complexas, incertas e imprevistas. Nesse contexto, a alternativa E é a que apresenta, de forma completa e coerente, o movimento de investigação, análise crítica e transformação da prática que fundamenta a concepção de estágio como atividade teórica e investigativa.

Os recursos questionam a unicidade do gabarito e sustentam, essencialmente, que as alternativas C ou D também poderiam ser consideradas corretas juntamente com E. Registra-se que as alternativas A e B, consideradas incorretas, não foram objeto de contestação nos recursos, mas foram igualmente revisadas e verificou que de fato estão incorretas.

Os argumentos apresentados demonstram conhecimento pertinente da obra de Pimenta e Lima (2012), especialmente quanto à concepção do estágio como espaço de investigação e de articulação entre teoria e prática. Entretanto, a análise deve considerar não apenas se determinada ação pode fazer parte de um estágio investigativo, mas qual procedimento é efetivamente proposto por cada alternativa e sua correspondência com o enfoque estabelecido no enunciado.

Na alternativa C, reconhece-se que a sistematização das situações observadas, sua relação com os conhecimentos estudados e a produção de análises são procedimentos compatíveis com o estágio. Entretanto, a alternativa concentra sua proposição na sistematização e compreensão da prática docente, sem explicitar o movimento de reflexão crítica orientado à reelaboração da atuação a partir da investigação realizada. Isso não torna inadequados os procedimentos descritos, mas os situa como parte do processo, sem contemplar o conjunto metodológico.

A alternativa D também contém elementos compatíveis com a perspectiva investigativa. Investigar as condições da escola, analisar práticas pedagógicas e utilizar dados do cotidiano para elaborar diagnósticos são ações que podem integrar o estágio como pesquisa. Entretanto, a alternativa direciona o resultado da investigação para diagnósticos e propostas de aperfeiçoamento da atuação docente, sem explicitar o processo de reflexão crítica e reelaboração da práxis educativa que constitui o eixo formativo destacado na questão.

Face ao exposto, mantém-se a questão e indefere-se os recursos.

QUESTÃO: 42 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão aborda uma concepção de formação em que teoria e prática são separadas, onde o professor assume uma função predominantemente executora e o estágio é reduzido à aplicação de conhecimentos e técnicas previamente estabelecidos. Essas características correspondem ao Modelo da Racionalidade Técnica. Pimenta e Lima (2012) discutem essa concepção no contexto da chamada instrumentalização técnica do estágio, contrapondo-a à compreensão do estágio como atividade teórica, investigativa e vinculada à práxis docente. A alternativa D traz justamente essa característica ao relacionar a racionalidade técnica à aplicação de técnicas e regras previamente estabelecidas e à redução da autonomia do professor no processo de produção e mobilização dos conhecimentos profissionais.

A referência a Donald Schön também é pertinente. O autor utiliza a expressão racionalidade técnica para caracterizar uma concepção de atuação profissional baseada na aplicação de conhecimentos e técnicas produzidas previamente para a solução de problemas da prática. Sua crítica a esse modelo constitui, posteriormente, a base para sua discussão sobre o profissional reflexivo.

Neste sentido, há correspondência entre o modelo descrito no enunciado e a alternativa D

Em um dos recursos apresentados, a argumentação defendeu que o gabarito seja aquele que contemple o Modelo da Racionalidade Técnica, ou seja, justamente o gabarito divulgado (D), reforçando assim que a assertiva é a correta.

Em outra argumentação, apresentou-se uma discussão sobre a atribuição teórica a Donald Schön. Foi observado que o autor trabalha a racionalidade técnica como uma concepção ou epistemologia da prática e que sua contribuição também envolve a crítica a esse modelo e a formulação da perspectiva do profissional reflexivo. Essa observação, contudo, não torna inadequada a questão:

- Schön utiliza, de fato, a expressão racionalidade técnica para caracterizar o modelo profissional baseado na aplicação de conhecimentos e técnicas previamente produzidos. Portanto, a denominação utilizada na questão não é incompatível com a obra do autor. O fato de Schön desenvolver uma crítica a esse modelo e propor uma alternativa baseada na reflexão não impede sua identificação e caracterização;
- Quanto à expressão “esvaziando o papel do professor como produtor de conhecimento”, entende-se que ela está empregada no contexto da crítica à racionalidade técnica, marcada pela separação entre a produção do conhecimento especializado e sua aplicação na prática profissional. Não se pretende afirmar que

professores sejam incapazes de produzir conhecimento, mas caracterizar a posição predominantemente executora atribuída ao profissional dentro desse modelo.

Assim, a ressalva apresentada contribui para uma distinção conceitual pertinente, mas não altera a correspondência entre o modelo descrito no enunciado e a alternativa D. A questão permite identificar de forma objetiva a racionalidade técnica e sua característica no campo do estágio.

Face ao exposto, mantém-se a questão e indefere-se os recursos.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-5 – EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

QUESTÃO: 24 – ALTERA O GABARITO DA ALTERNATIVA 'B' PARA A ALTERNATIVA 'A'.

Recurso deferido.

Após a análise do recurso, existe razão sobre a alegação do candidato quanto à sequência de associação da questão 24.

Considerando a numeração apresentada na Coluna 1:

1. Matemático profissional;
2. Educador matemático;
3. Historicidade das identidades profissionais;
4. Profissionalização da atividade matemática;

As descrições da Coluna 2 correspondem, respectivamente, aos seguintes conceitos:

- “Implica reconhecer que os critérios utilizados para caracterizar determinada atuação profissional são construídos socialmente e podem se modificar ao longo do tempo” — 3. Historicidade das identidades profissionais;
- “Em sua configuração contemporânea, tem sua identidade fortemente associada à atividade de pesquisa e à produção de resultados matemáticos” — 1. Matemático profissional;
- “Não pode ser caracterizado simplesmente pela negação da identidade do matemático profissional...” — 2. Educador matemático;
- “Teve, historicamente, entre seus elementos constitutivos, a atividade de ensinar Matemática...” — 4. Profissionalização da atividade matemática.

Dessa forma, a ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é: 3-1-2-4, o que corresponde à alternativa A.

Assim, o recurso é deferido, com a alteração do gabarito da questão 24 para a alternativa A, mantendo-se a questão válida e sendo atribuída a respectiva pontuação aos candidatos que assinalaram a alternativa correta, conforme as regras do edital.

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'C'.

Após a análise dos recursos, verifica-se que a alternativa C é a que caracteriza as relações entre tecnologias digitais, práticas docentes e ensino de Matemática discutidas por Demartini e Lara (2023). A alternativa reconhece que a incorporação das tecnologias às práticas de ensino envolveu processos de aprendizagem e adaptação dos professores, bem como a utilização de diferentes recursos de acordo com as finalidades das atividades propostas. Essa formulação contempla, de maneira articulada, as dimensões docente, pedagógica e tecnológica discutidas pelas autoras.

A alternativa D, embora apresente elementos mencionados no estudo, não é correta em sua integralidade. A afirmação de que caberia ao professor privilegiar ferramentas especificamente desenvolvidas para o ensino da Matemática restringe indevidamente a discussão apresentada. A integração pedagógica das tecnologias não depende exclusivamente da utilização de recursos criados especificamente para a disciplina, podendo envolver ferramentas digitais de diferentes naturezas, selecionadas conforme os objetivos e o contexto da atividade.

Também não procede a alegação de que a alternativa B seria correta. Ao afirmar que a apropriação das tecnologias ocorre “principalmente pelo desenvolvimento do domínio técnico das ferramentas”, a alternativa

reduz um processo mais amplo de aprendizagem e adaptação docente ao domínio operacional dos recursos. O artigo não sustenta que o domínio técnico, por si só ou principalmente, seja o elemento determinante das mudanças nas estratégias de ensino e nas formas de participação dos estudantes.

Assim, a existência de menções no artigo a dificuldades técnicas, aprendizagem tecnológica ou aumento da participação dos estudantes não torna corretas as alternativas B ou D em sua redação integral. A alternativa C é a única que apresenta formulação abrangente e adequada ao conjunto das discussões desenvolvidas pelas autoras.

Dessa forma, não se verifica duplicidade de respostas, erro material ou ausência de unicidade. Os recursos são indeferidos, mantendo-se a questão válida e o gabarito na alternativa C.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Após a análise dos recursos, verifica-se que não há erro no gabarito nem ausência de unicidade da resposta.

A questão solicita a identificação da **ação mais coerente** com a perspectiva de Resolução de Problemas de George Pólya, após a obtenção da expressão para a área lateral de um tronco de cone circular reto. Nesse contexto, a alternativa E é a que melhor corresponde à etapa de retrospecto, ou “olhar retrospectivo” (*looking back*), proposta pelo autor. Nessa etapa, Pólya orienta que o resultado obtido seja examinado, interpretado e relacionado aos elementos do problema. No exemplo do tronco de cone, a continuidade da exploração envolve justamente a análise do significado geométrico dos componentes da expressão:

$$S = \pi(R + r)\sqrt{(R - r)^2 + h^2}$$

Essa análise permite reconhecer que o termo $\sqrt{(R - r)^2 + h^2}$ corresponde à geratriz do tronco de cone e que a expressão pode ser interpretada geometricamente como:

$$S = \pi(R + r)g$$

em que g representa a geratriz.

Portanto, a alternativa E não apenas descreve uma possibilidade de revisão, mas reproduz o tipo de exploração conceitual e geométrica desenvolvido por Pólya no problema em questão.

A alternativa A propõe a substituição de diferentes valores para verificar numericamente a expressão. Embora a verificação numérica possa constituir procedimento auxiliar, ela não contempla, por si só, a interpretação do significado dos termos nem a compreensão estrutural do resultado, que são aspectos centrais da exploração proposta por Pólya.

A alternativa B também não é a mais adequada, pois direciona a atividade para a comparação da eficiência de procedimentos algébricos. A perspectiva de Pólya não reduz o retrospecto à avaliação de algoritmos ou à escolha do procedimento formalmente mais eficiente; busca, sobretudo, compreender o resultado, o caminho percorrido e as relações matemáticas envolvidas.

A alternativa C propõe que o professor apresente posteriormente a fórmula convencional para validar formalmente a expressão. Essa formulação desloca o foco da análise do resultado construído no próprio processo de resolução para uma validação externa e posterior, não correspondendo à ação de interpretação e aprofundamento conceitual destacada no enunciado.

Quanto à alternativa D, a possibilidade de utilizar um resultado ou método em outros problemas pode, em sentido amplo, relacionar-se à etapa de retrospecto. Entretanto, a alternativa não propõe a análise do significado da expressão obtida nem a retomada dos elementos do problema original. Além disso, ao afirmar que a aplicação em diferentes situações teria como finalidade “verificar sua validade”, apresenta uma atividade de transferência ou aplicação posterior, distinta da exploração imediata da solução e da interpretação geométrica realizada no exemplo de Pólya.

Assim, ainda que algumas alternativas contenham procedimentos que possam ser utilizados em momentos do trabalho matemático, somente a alternativa E articula, de forma direta e integral, a retomada do problema, a interpretação dos termos da expressão e o estabelecimento de conexões entre a representação algébrica e a configuração geométrica do tronco de cone.

A expressão mais coerente permite justamente selecionar, entre ações eventualmente relacionadas de modo geral à resolução de problemas, aquela que melhor corresponde ao desenvolvimento específico apresentado por Pólya e ao objetivo pedagógico indicado no enunciado.

Dessa forma, não se verifica a existência de duas alternativas igualmente corretas, tampouco erro material ou falta de unicidade. Os recursos são indeferidos, mantendo-se a validade da questão e o gabarito na alternativa E.

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa ‘B’.

A questão solicita expressamente a identificação da posição epistemológica específica da Etnomatemática, conforme os fundamentos teórico-metodológicos originalmente propostos por Ubiratan D'Ambrosio. Nesse sentido, a alternativa B é a única que apresenta a Etnomatemática como um programa de investigação, voltado à compreensão das formas pelas quais grupos culturalmente identificados produzem, organizam, transmitem e utilizam conhecimentos de natureza matemática.

A alternativa também reconhece a legitimidade dos saberes em suas próprias formas de expressão e sistematização, sem subordiná-los necessariamente aos critérios, à linguagem ou à estrutura da matemática acadêmica. Essa formulação corresponde à dimensão epistemológica solicitada pelo enunciado.

A alternativa A, embora mencione elemento que pode estar presente em determinadas práticas educativas relacionadas à valorização dos conhecimentos prévios e culturais dos estudantes, não expressa corretamente a posição epistemológica específica da Etnomatemática. Ao afirmar que esses conhecimentos devem ser “traduzidos” para a linguagem formal da matemática acadêmica, a alternativa os apresenta como saberes preliminares ou provisórios, cuja finalidade seria conduzir os estudantes ao conhecimento matemático formal. Essa formulação reduz a diversidade dos saberes culturais a uma etapa de transição para a matemática acadêmica e não corresponde ao reconhecimento de sua autonomia e legitimidade epistemológica.

Assim, não há sobreposição capaz de tornar A e B igualmente corretas. A alternativa B trata da definição epistemológica do Programa Etnomatemática, enquanto a alternativa A descreve, de modo parcial e inadequado, uma possível estratégia pedagógica, acrescentando ainda uma relação de subordinação dos saberes culturais à matemática acadêmica.

As demais alternativas também não correspondem ao conceito solicitado:

A alternativa C confunde a Etnomatemática com a reconstrução histórica de conceitos matemáticos universais;

A alternativa D reduz a Etnomatemática à contextualização curricular ou a um recurso didático;

A alternativa E apresenta os conhecimentos culturais como material a ser catalogado e incorporado ao acervo da matemática acadêmica, o que não traduz a autonomia epistemológica defendida pela perspectiva etnomatemática.

Portanto, a bibliografia indicada não sustenta a existência de duas respostas igualmente corretas. A alternativa B é a única que atende integralmente ao comando da questão e à dimensão epistemológica nele solicitada.

Dessa forma, o recurso é indeferido, mantendo-se a validade da questão e o gabarito na alternativa B.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Após a análise, não se verifica fundamento para a anulação da questão.

A questão solicita a caracterização da Modelagem Matemática na perspectiva de Dionísio Burak. Embora a obra do próprio autor não conste como referência bibliográfica autônoma no edital, sua concepção é apresentada e discutida na obra Modelagem em Educação Matemática, de Meyer, Caldeira e Malheiros, indicada na bibliografia do certame. Portanto, não procede a alegação de que a questão exigiria necessariamente conhecimento externo ao referencial bibliográfico disponibilizado aos candidatos.

A referência indicada apresenta a perspectiva de Burak como uma proposta em que os problemas ou situações de interesse dos estudantes assumem papel central, orientando a investigação, a formulação e a resolução de problemas e a seleção dos conteúdos matemáticos necessários ao desenvolvimento do processo. A alternativa A reúne esses elementos e acrescenta a análise dos resultados da situação estudada, contemplando aspectos matemáticos e não matemáticos. Essa formulação é compatível com uma abordagem de Modelagem Matemática voltada à investigação de situações contextualizadas e à análise das soluções produzidas.

A alegação de que determinadas expressões da alternativa A, como “análise crítica” ou “aspectos matemáticos e não matemáticos” não aparecem literalmente no trecho citado não é suficiente para invalidar a questão. A análise da alternativa deve considerar seu sentido global e sua compatibilidade conceitual com a perspectiva apresentada na bibliografia, e não exigir reprodução literal de uma passagem da obra.

Também não procede a alegação de que a alternativa D poderia ser considerada correta. Essa alternativa descreve, de maneira geral, um processo de modelagem centrado na tradução de uma situação da realidade para a linguagem matemática, na resolução de um modelo e na comparação com dados empíricos. Contudo, não evidencia os elementos que particularizam a perspectiva de Burak, especialmente a centralidade do interesse dos estudantes, a escolha dos problemas como ponto de partida e a seleção posterior dos conteúdos matemáticos necessários à sua resolução.

Assim, ainda que a alternativa D contenha elementos presentes em concepções gerais de Modelagem Matemática, ela não atende ao recorte específico solicitado pelo enunciado. A questão não perguntou qual alternativa apresenta uma descrição genérica de modelagem, mas qual caracteriza a prática segundo a perspectiva de Burak.

O fato de o edital indicar obras que apresentam e discutem concepções de diferentes autores não impede a elaboração de questão que explore uma perspectiva autoral mencionada nessas obras. A bibliografia oficial deve ser compreendida como conjunto de referências para o conteúdo previsto, não como exigência de que apenas os autores nominalmente indicados no título das obras possam ser abordados. Portanto, a alternativa A é a única que atende simultaneamente ao comando da questão e ao recorte teórico solicitado. Não se identifica erro material, cobrança de conteúdo estranho ao edital ou ausência de unicidade da resposta.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Após a análise, verifica-se que não há fundamento para a anulação da questão.

A questão solicita a identificação do conteúdo matemático que estava sendo iniciado pelos estudantes e do respectivo ano escolar, considerando a experiência pedagógica descrita por Grando (2015) com o jogo Yellowout.

A referência apresenta expressamente que a experiência foi realizada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e que esses estudantes estavam iniciando o estudo sobre funções:

“Nesse sentido, entendemos que o jogo Yellowout trouxe contribuições significativas para os alunos do 9º ano do ensino fundamental, que estavam iniciando o estudo sobre funções” (Grando, 2015, p. 415).

Dessa forma, a alternativa A reproduz precisamente as duas informações solicitadas pelo enunciado: Funções e 9º ano do Ensino Fundamental.

O recurso confunde o conteúdo matemático que estava sendo iniciado com os conceitos e relações matemáticas que foram explorados durante a atividade. Embora o texto mencione espaço ocupado pelos veículos, deslocamentos, relações de proporcionalidade e outras formas de pensamento matemático mobilizadas pelo jogo, tais elementos não alteram a informação central de que o conteúdo cujo estudo estava sendo iniciado pelos estudantes era o de funções.

A menção às relações de proporcionalidade descreve uma possibilidade de investigação e um conceito mobilizado no desenvolvimento da atividade, mas não indica que proporcionalidade fosse o conteúdo curricular que os estudantes estavam iniciando naquele momento. Portanto, não há equivalência entre “conceitos investigados durante o jogo” e “conteúdo que estava sendo iniciado”, distinção que está expressamente estabelecida no texto de referência.

Além disso, a alternativa que associa proporcionalidade ao 8º ano do Ensino Fundamental não corresponde aos dados apresentados na fonte, pois o ano escolar indicado por Grando é o 9º ano do Ensino Fundamental. Assim, ainda que se considerasse a proporcionalidade como um dos conceitos explorados, não haveria correspondência integral com a alternativa apresentada.

A questão exige a identificação conjunta do conteúdo e do ano escolar. Logo, não basta que determinado conceito seja mencionado no texto: é necessário que a alternativa reproduza corretamente ambas as informações solicitadas.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Após a análise, verifica-se que não há ambiguidade capaz de comprometer a validade da questão.

A assertiva III afirma que:

“A caracterização do LEM como espaço que centraliza atividades matemáticas possibilita compreendê-lo como ambiente de produção de subsídios que favoreçam aproximações entre a Matemática e as experiências dos estudantes”.

Essa proposição é compatível com a concepção de Laboratório de Educação Matemática apresentada por Lorenzato (2009), especialmente com a compreensão do LEM como espaço articulador da vida matemática da escola. O laboratório não se limita a armazenar materiais didáticos, mas constitui ambiente destinado ao planejamento, à experimentação, à investigação, à produção de recursos e ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino e à aprendizagem da Matemática.

Nesse contexto, a expressão “espaço que centraliza atividades matemáticas” deve ser compreendida em sentido pedagógico e articulador, e não como mera concentração física de atividades. A ideia de centralidade relaciona-se à possibilidade de o LEM promover experiências, práticas e recursos que aproximem os estudantes dos conhecimentos matemáticos e favoreçam a atribuição de significado às aprendizagens.

A assertiva III não afirma que essa seja a única função do LEM nem restringe sua caracterização a essa finalidade. Ela apenas estabelece uma consequência pedagógica compatível com a concepção ampliada do laboratório, segundo a qual o LEM pode favorecer a produção de subsídios e a articulação entre os conteúdos matemáticos e as experiências dos estudantes.

A alegação de que a assertiva não reproduz literalmente a expressão utilizada por Lorenzato não é suficiente para torná-la incorreta. Em questões conceituais, a validade da proposição deve ser examinada pelo seu

conteúdo e pela compatibilidade com a concepção teórica indicada, e não pela identidade literal entre a redação da assertiva e o texto de referência.

As assertivas I e II também estão de acordo com diferentes dimensões da concepção de LEM apresentada pelo autor: a primeira contempla a função de organização e disponibilização de materiais, enquanto a segunda considera o laboratório como espaço de planejamento, experimentação, investigação e desenvolvimento de atividades matemáticas.

Portanto, as três assertivas são compatíveis com as concepções de Laboratório de Educação Matemática discutidas por Lorenzato (2009).

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Após a análise, verifica-se que não há fundamento para a anulação da questão.

O fragmento apresentado afirma expressamente que o maior problema do currículo não se encontra no campo conceitual e teórico, mas no campo da prática. O texto também destaca que, no campo da técnica, reproduz-se uma ideologia que mascara as relações de poder no espaço escolar, resultando em uma situação em que há “muito mais” discurso sobre o currículo do que um efetivo projeto de sociedade concretizado pelas escolhas que orientam o fazer pedagógico.

A alternativa D sintetiza precisamente essa problemática ao apontar “a discrepância entre o discurso emancipatório sobre o currículo formulado no contexto escolar e as práticas cotidianas que, de fato, se efetivam na sala de aula, as quais frequentemente mascaram as relações de poder”.

Portanto, a alternativa D corresponde diretamente ao núcleo argumentativo do trecho apresentado.

Não procede a alegação de que a alternativa C também seria correta. Embora o artigo de Ghedin possa discutir, em outros trechos, a necessidade de trabalho coletivo e os efeitos da institucionalização de determinadas práticas, a alternativa C não reproduz adequadamente a problemática formulada no texto-base. A alternativa C afirma que haveria “imposição autoritária de um currículo formal pelo sistema de ensino, que impede qualquer possibilidade de diálogo e de construção coletiva entre os docentes”.

Essa formulação introduz elementos que não constam do trecho transcrito e apresenta generalizações que não podem ser extraídas dele, especialmente as expressões “imposição autoritária”, “impede qualquer possibilidade” e a atribuição direta do problema ao sistema de ensino. O texto de Ghedin não afirma, no excerto apresentado, que a principal problemática curricular consista necessariamente em um currículo formal imposto de modo autoritário, nem que essa situação elimine toda possibilidade de diálogo ou construção coletiva.

Além disso, o fragmento destaca uma dinâmica mais ampla e distinta: a distância entre o discurso produzido sobre o currículo e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar, bem como o mascaramento das relações de poder por meio da dimensão técnica da prática. Essa é a relação expressamente enfatizada pela alternativa E.

A eventual existência de discussões relacionadas ao isolamento docente, à necessidade de trabalho coletivo ou à influência das políticas educacionais em outras partes do artigo não torna correta uma alternativa que formula uma afirmação mais restritiva e absoluta do que aquela apresentada no texto-base. A questão deve ser resolvida com base no excerto indicado e no comando específico, que solicita a identificação da principal problemática nele destacada.

Assim, as alternativas não são equivalentes. A alternativa D apresenta a síntese fiel do trecho, enquanto a alternativa C desloca o foco para uma suposta imposição autoritária do currículo e acrescenta consequências que não são afirmadas de forma necessária no texto apresentado.

Dessa forma, não se verifica ambiguidade, duplicidade de respostas ou ausência de critério objetivo de distinção.

QUESTÃO: 46 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Após a análise, verifica-se que a alternativa A preenche corretamente as lacunas do trecho atribuído a Onuchic (1999):

“...reflete uma tendência de reação a caracterizações passadas como um conjunto de fatos, domínio de procedimentos algorítmicos ou um conhecimento a ser obtido por rotina ou por exercício mental”.

Assim, a sequência correta é: tendência – algorítmicos – rotina que correspondente à alternativa A.

Não procede a alegação de que o termo “tendência” seria incompatível com a compreensão da Resolução de Problemas como proposta ou concepção pedagógica. No trecho citado, a palavra é empregada para caracterizar um movimento de reação, no campo da Educação Matemática, a formas anteriores de compreender o ensino e a aprendizagem da Matemática. O uso do termo “tendência” não impede que a Resolução de Problemas seja também compreendida, em outros contextos, como uma metodologia, perspectiva ou concepção pedagógica.

Também não procede a alegação de que a expressão “procedimentos algorítmicos” seria incoerente com a perspectiva da autora. A crítica apresentada no trecho se dirige justamente à redução da atividade matemática

ao domínio de procedimentos algorítmicos, entendidos como procedimentos previamente estabelecidos e aplicados de maneira mecânica, sem a necessária compreensão ou reflexão sobre a situação-problema. Quanto ao termo “rotina”, não se verifica adulteração da citação. A palavra integra o trecho utilizado na questão e se articula sintática e semanticamente com a expressão “conhecimento a ser obtido por rotina ou por exercício mental”. Nesse contexto, “rotina” indica uma forma de obtenção do conhecimento baseada na repetição ou no cumprimento mecânico de procedimentos, em oposição à atividade intelectual e investigativa envolvida na resolução de problemas.

As demais alternativas não reproduzem adequadamente o trecho de referência:

- B: apresenta “heurísticos” e “investigação”, termos que não correspondem ao texto citado e que alterariam seu sentido, pois a investigação não é apresentada como aquilo contra o qual a Resolução de Problemas reage;
- C: utiliza “proposta”, “operatórios” e “memorização”, não correspondendo à formulação da autora;
- D: emprega “sistemáticos” e “experimentação”, termos igualmente ausentes da passagem e incompatíveis com o sentido do trecho;
- E: embora contenha “algorítmicos”, substitui “tendência” por “proposta” e “rotina” por “investigação”, não reproduzindo a citação.

Em questões de preenchimento de lacunas baseadas em trecho bibliográfico, a alternativa deve ser avaliada conforme a correspondência com a formulação e o sentido do texto indicado, não sendo suficiente que seus termos sejam genericamente relacionados à Educação Matemática ou à Resolução de Problemas.

Dessa forma, não se identifica adulteração da citação, incoerência gramatical, erro conceitual ou ausência de alternativa correta.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-7 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Pleiteia-se a alteração do gabarito ou a anulação da questão sob as alegações de que:

A assertiva I conteria imprecisão normativa quanto ao objeto da Instrução Normativa PROEN/PROGEP nº 7/2026;

A assertiva II atribuiria competências finalísticas ao NAPNE, contrariando o caráter consultivo do núcleo.

A alegação não merece prosperar.

A assertiva I enuncia expressamente que “A composição e a atuação do NAPNE devem observar o regimento institucional vigente, conforme previsto na Instrução Normativa PROEN/PROGEP/IFSULDEMINAS nº 7/2026”. A alegação de que a referida IN trataria exclusivamente da carga horária do Professor de AEE e não da regulação do NAPNE não invalida o item. As normas institucionais operam de forma integrada e sistêmica: a IN nº 7/2026, ao disciplinar a atuação do docente especialista em AEE, estabelece expressamente a obrigação de o profissional integrar a composição e articular sua atuação com o NAPNE, em estrita observância ao Regimento Institucional do Núcleo. A expressão “conforme previsto na Instrução Normativa” refere-se ao comando de dever e à exigência de observância ao regimento vigente, e não à atribuição de autoria ou edição do regimento por parte da IN. Portanto, a assertiva I é estritamente CORRETA.

A assertiva II emprega o verbo “articular-se” (“A atuação do NAPNE pode articular-se às ações de ensino, pesquisa, extensão...”). O conceito de articulação institucional expressa a transversalidade das ações de acessibilidade e a colaboração intersetorial, não se confundindo com a execução direta ou usurpação de atribuições finalísticas das Pró-Reitorias. A atuação articulada garante que os princípios da inclusão permeiem os projetos institucionais, em perfeita consonância com o papel suporte e acompanhamento do núcleo. Logo, a assertiva é estritamente CORRETA.

A assertiva III: a participação do docente de AEE no NAPNE possui caráter contínuo e obrigatório, e não “apenas de forma excepcional”, revelando-se incorreta a afirmativa.

Verificada a veracidade das assertivas I e II e a incorreção da assertiva III, ratifica-se a validade do gabarito preliminar.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Alega-se equívoco no uso de “diferentes atores” na terceira assertiva, o que descaracterizaria o contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, requerendo a alteração da valoração da referida assertiva de Verdadeira (V) para Falsa (F) e, consequentemente, a alteração do gabarito da Alternativa C para a Alternativa A.

Da perfeita consonância conceitual: A terceira assertiva (“A inclusão na perspectiva institucional relaciona-se à garantia de acesso, participação, aprendizagem e permanência, o que demanda articulação entre diferentes atores e dimensões da vida acadêmica”) reflete com exatidão as Diretrizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do CONIF e a organização institucional do IFSULDEMINAS, que preconizam uma atuação inclusiva transversal, sistêmica e colaborativa.

Da adequação terminológica: A expressão “diferentes atores” é consagrada na literatura pedagógica e nos documentos normativos das políticas públicas de educação inclusiva para designar os diversos sujeitos que integram o ambiente educacional (docentes, técnicos-administrativos, gestores, estudantes, equipe de apoio e familiares). A terminologia dialoga diretamente com o enunciado da questão, o qual cita expressamente a articulação entre o AEE, “os diferentes profissionais da instituição, os setores acadêmicos e as políticas institucionais”. Não há, portanto, qualquer contradição ou vício de linguagem que comprometa a interpretação ou a validade da assertiva.

A terceira assertiva retrata um princípio fundamental do processo inclusivo no âmbito da RFPET, sendo estritamente VERDADEIRA. Desse modo, a sequência correta de preenchimento dos parênteses permanece como V-F-V.

Assim, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 28 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Alega-se que o comando da referida questão fundamentou o julgamento das assertivas na Resolução CONSUP/IFSULDEMINAL nº 485/2025, ato normativo este que não constava no conteúdo programático nem na bibliografia oficial disposta no Edital do certame.

Em que pese o argumento recursal acerca da literalidade da menção normativa, a manutenção da questão encontra pleno amparo legal e regulamentar pelos seguintes fundamentos:

Da incidência da legislação vigente e superveniente: É premissa básica em concursos públicos para o magistério e equipes técnico-pedagógicas que o candidato deve manter-se atualizado quanto às normativas institucionais que regem a sua área de atuação no órgão promotor do certame. A Resolução nº 485/2025 dispõe sobre o Regimento do NAPNE no âmbito do próprio IFSULDEMINAS, constituindo o normativo regimental atual que rege a matéria objeto da avaliação.

Do conteúdo programático abrangente: O edital prevê expressamente em seu escopo de conhecimentos específicos a cobrança de diretrizes, organização e atribuições voltadas à Educação Especial, inclusão e atuação do NAPNE/AEE. A atualização de regimentos internos de órgãos públicos substitui normas anteriores de forma automática naquilo que conflitar ou atualizar a matéria, sendo plenamente lícito à Banca cobrar a norma vigente na data da prova para avaliar o conhecimento prático e institucional atualizado do futuro servidor.

Da inexistência de prejuízo cognitivo: O mérito cobrado nas assertivas da questão nº 28 aborda conceitos estruturais da política de inclusão, do papel institucional do NAPNE e de suas atribuições sistêmicas. Tais diretrizes refletem diretamente os princípios gerais da educação inclusiva e as diretrizes institucionais do IFSULDEMINAS, não havendo desnaturação do conteúdo programático geral estabelecido para o cargo de AEE.

Diante do exposto, demonstrada a plena pertinência temática da cobrança com as atribuições do cargo e a vigência da norma institucional que rege o objeto da avaliação no âmbito da instituição, a Banca conhece o recurso e, no mérito, nega-lhe provimento, decidindo pela manutenção integral da questão Nº 28 e de seu respectivo gabarito oficial.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Solicita-se a anulação da questão 32 sustentando, em síntese:

Suposta ambiguidade no termo “levantamento” contido na assertiva I, o qual poderia ser interpretado tanto como a etapa inicial de busca quantitativa (2.412 resultados) quanto como o *corpus* final analisado (28 artigos), comprometendo a determinação de veracidade do item;

Existência de ambiguidade quanto à diferenciação entre “concepção de inclusão escolar” e o “público-alvo/foco” dos estudos na referência bibliográfica de Gomes, Rodrigues e Giaretta (2025), o que impossibilitaria a indicação de uma única alternativa correta.

Da validade terminológica e contextual da assertiva: Inicialmente, cumpre ressaltar que o enunciado da Questão delimita de forma precisa o escopo da avaliação ao solicitar o julgamento dos itens “Considerando **os achados apresentados na revisão** realizada por Gomes, Rodrigues e Giaretta (2025)”.

Esclarece-se que, no domínio da metodologia científica e no âmbito das revisões de literatura (sejam sistemáticas ou integrativas), a expressão “levantamento” compreende o encadeamento metodológico global da pesquisa – do mapeamento bibliográfico inicial até a consolidação e síntese final dos dados.

Não procede a alegação de que o termo “levantamento” na assertiva I restringir-se-ia ao volume bruto de resultados (2.412 pesquisas). Um volume numérico inicial de busca em banco de dados não constitui um “achado” sintético da pesquisa; os achados reais referem-se estritamente às evidências extraídas do *corpus* efetivamente analisado (28 artigos).

Assim, ao constatar que 24 dos 28 artigos examinados voltavam-se ao público da Educação Especial (com deficiência e/ou transtornos) e apenas 4 abordavam a diversidade em geral, a assertiva I evidencia-se faticamente falsa ao afirmar que houve “predominância de estudos voltados à diversidade dos estudantes em geral”. Inexiste imprecisão terminológica capaz de induzir o candidato em erro ou de validar a referida proposição.

Da consistência da assertiva III e inexistência de ambiguidade: A assertiva III expressa pontualmente a conclusão central demonstrada pelos autores da referência bibliográfica: “Os resultados revelaram o predomínio de estudos que associavam a inclusão à Educação Especial, com ênfase no público com deficiência e/ou transtornos”.

A distinção argumentada entre a concepção teórica de inclusão e o foco prático das pesquisas não invalida a assertiva, pois a proposição avalia com exatidão a constatação fática do artigo: a de que as produções acadêmicas analisadas centraram suas abordagens predominantemente no público da Educação Especial.

Considerando que a formulação da questão obedece estritamente aos ditames do edital e à literatura de referência, não se verificando vícios de redação, ambiguidade semântica ou dupla interpretação válida, a Banca Examinadora ratifica a correção da questão e a higidez do gabarito.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Alega-se em síntese:

Existência de margem interpretativa e dupla gabaritação entre as alternativas A e E, sustentando que a alternativa E expressaria posição compatível com a discussão teórica apresentada no artigo de referência (Gomes, Rodrigues e Giaretta, 2025).

Suposta extrapolação teórica contida na alternativa A, ao afirmar que as pesquisas analisadas apresentavam “dificuldade em romper com formas de avaliação já instituídas”, argumentando que a ausência de um referencial teórico específico no corpus pesquisado não implica, necessariamente, a constatação empírica dessa dificuldade.

Da observância ao comando da questão (“análise mais adequada”): O enunciado da questão 33 delimita de forma estrita e precisa, o objeto de análise exigido do candidato: requereu-se a identificação da alternativa que apresente a “análise mais adequada da lacuna mencionada”, qual seja, o fato de nenhuma das produções examinadas ter assumido a concepção de avaliação associada à perspectiva de “criar novos modos de avaliar” proposta por Corazza (2002).

A alternativa A responde diretamente ao comando, relacionando a causa da lacuna (a reprodução e a permanência de formas de avaliação já instituídas/tradicionais) à necessidade de superação descrita pelos autores e pelo referencial teórico adotado (a problematização de práticas estabelecidas e a criação de respostas avaliativas singulares e contextuais).

Da improcedência da alegação de extrapolação: A inferência analítica contida na alternativa A decorre da própria conclusão epistemológica do estudo de revisão citado. Quando a revisão constata que a totalidade da produção acadêmica examinada silencia quanto à perspectiva de “criar novos modos de avaliar” (Corazza, 2002), fica evidenciada a permanência e a aderência das pesquisas a modelos e concepções de avaliação já consolidados. Assim, o enunciado e a alternativa A exigem do candidato a capacidade de análise crítica do dado científico, e não a mera localização de transcrição literal do texto.

Da inadequação da Alternativa E perante o recorte da questão: A alternativa E defende que a incorporação de práticas processuais, formativas, diagnósticas e mediadoras constitui avanço relevante a ser aperfeiçoado. Contudo:

- O estudo de Gomes, Rodrigues e Giaretta (2025) aponta justamente que, embora tais concepções sejam predominantes na literatura da Educação Inclusiva, a simples reprodução ou continuidade dessas

abordagens – sem o movimento de ruptura e invenção de novos modos de avaliar proposto por Corazza (2002) – constitui o limite que caracteriza a lacuna investigada.

- A Alternativa E descreve a manutenção do paradigma atual do campo, falhando em analisar a lacuna provocada pela ausência de “novos modos de avaliar”.
- Diante do comando que solicita expressamente a análise mais adequada, a alternativa A prevalece de forma inequívoca sobre as demais.

Demonstrado que a Alternativa A atende com rigor técnico, conceitual e objetivo ao comando do enunciado, e que as demais alternativas não contemplam a análise requerida sobre a lacuna epistemológica debatida no artigo de referência, NÃO HÁ vício de formulação, duplicidade de resposta ou margem para anulação. Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Pleiteia-se a alteração do gabarito para a alternativa E ou, subsidiariamente, a anulação da questão, alegando que a assertiva II estaria respaldada pela legislação educacional (LDB e Estatuto da Pessoa com Deficiência) e pela literatura de referência citada no enunciado.

A assertiva II demonstra a presença de inadequação conceitual incompatível com o referencial teórico e normativo adotado na questão:

Do descabimento do termo “por si só”: A assertiva afirma que a adoção de procedimentos avaliativos diferenciados caracteriza, “por si só”, uma prática inclusiva. Todavia, a mera adequação formal ou instrumental de uma avaliação não constitui garantia suficiente de inclusão. A literatura de referência (Gomes, Rodrigues e Giareta, 2025), bem como as diretrizes da educação inclusiva, preconizam que a prática inclusiva exige intencionalidade pedagógica, mediação contínua e reorganização do ensino. Instrumentos adaptados sem a devida articulação pedagógica não consolidam, isoladamente, a equidade.

Da generalização categórica (“garante que todos sejam...”): A assertiva atribui um efeito determinista e absoluto à flexibilização dos instrumentos avaliativos. Em itens de julgamento objetivo, expressões absolutizantes alteram ao valor lógico da afirmativa, haja vista que a flexibilização instrumental não atua como garantia automática do alcance dos objetivos de aprendizagem para a totalidade dos estudantes.

Da suficiência das assertivas I e III: As assertivas I e III abordam adequadamente a dimensão processual e formativa da avaliação e a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos conforme a LDB (art. 24, V. “a”), configurando o único arranjo

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Solicita-se a anulação do item ou a alteração do gabarito oficial da alternativa A. Sustenta-se, em síntese, que a alternativa reflete o trecho transcrito no enunciado e encontra correspondência com o artigo científico de referência (Mukhtarkyzy *et al.*, 2025), alegando a existência de mais de uma alternativa defensável ou ambiguidade hermenêutica.

A solicitação de anulação ou alteração do gabarito NÃO PROCEDE, conforme razões fáticas e teóricas a seguir expostas:

Escopo e comando da questão: O comando do item exige que o candidato realize uma interpretação analítico-crítica sobre a conclusão formulada por um pesquisador em relação aos resultados de uma revisão sistemática. Não se trata de mero teste de inferência textual ou de concordância direta com a citação do pesquisador.

Análise das evidências científicas vs. reducionismo causal: A citação do pesquisador defende que a aplicação das tecnologias assistivas é uma questão “predominantemente relacionada à escolha do recurso mais adequado às necessidades individuais”. Contudo, a literatura especializada e os próprios pressupostos metodológicos de revisões sistemáticas em Educação Especial demonstram que a efetividade das intervenções não decorre unicamente da escolha do dispositivo. A efetividade depende de uma rede complexa de fatores, como a mediação pedagógica, a formação docente, a infraestrutura e as barreiras institucionais.

Adequação da alternativa B: A alternativa B é a única que avalia com precisão científica a fragilidade do argumento do pesquisador. Ela julga a conclusão como parcialmente correta justamente porque reconhece os impactos positivos das tecnologias assistivas apontados na literatura, mas adverte acertadamente que o texto do pesquisador reduz a complexidade do fenômeno ao tratar a escolha/adequação como elemento “suficiente” ou “predominante” para determinar o sucesso inclusivo.

Inadequação da alternativa A: A alternativa A classifica a conclusão do pesquisador como integralmente “correta”, incorrendo no mesmo viés reducionista do enxerto citado ao ignorar que a adequação do recurso é condição necessária, porém não suficiente para a efetividade pedagógica.

Diante do exposto, demonstra-se que não há dupla margem de interpretação ou ambiguidade na questão, mas sim uma hierarquia de rigor analítico em que apenas a alternativa B atende com plenitude ao comando do enunciado.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Pleiteia-se a alteração do gabarito oficial para a alternativa C ou, subsidiariamente, a anulação da questão por suposta duplicidade de respostas e ambiguidade conceitual.

Após reavaliação criteriosa da questão pela Banca Examinadora à luz da legislação vigente e dos princípios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, a pretensão recursal não merece prosperar, pelas razões a seguir expostas:

Do escopo e contexto do enunciado: O enunciado estabelece expressamente a situação de planejamento de uma atividade acadêmica obrigatória realizada fora do campus, em que a equipe responsável identifica que uma estudante com deficiência poderá encontrar dificuldades de participação. Trata-se, portanto, de uma ação institucional, prévia e operacional de mapeamento de barreiras externas.

Da plena correção da alternativa B (gabarito oficial): A alternativa B traduz com precisão a conduta devida pelo Instituto Federal e seus setores especializados (AEE/NAPNE): analisar previamente as barreiras (arquitetônicas, atitudinais, de transporte ou comunicacionais) e organizar as condições de acessibilidade mediante a articulação dos profissionais envolvidos no processo educacional. O dever legal de diagnóstico e superação de barreiras institucionais em atividades externas é atribuição primária e indelegável do serviço educacional.

Da insuficiência técnica e limitação da alternativa C: A alternativa C propõe que a definição dos apoios a serem disponibilizados ocorra a partir da manifestação da estudante sobre as condições de que necessita. Embora a escuta do estudante seja um princípio ético relevante no Modelo Social da Deficiência, a definição da infraestrutura de acessibilidade e a eliminação de barreiras em ambientes externos não podem ficar restritas ou condicionadas unicamente à fala/percepção do educando. O estudante não possui a obrigação de conhecer previamente as especificidades técnicas, os riscos ou as adequações logísticas do local de destino externo, sendo dever precípua da instituição realizar o estudo técnico do ambiente antes da atividade.

Diante do exposto, não se verifica margem para duplicidade de gabarito ou vício de formulação. A alternativa B aborda de forma completa o procedimento de gestão e planejamento pedagógico exigido frente ao caso concreto, enquanto a alternativa C se mostra omissa quanto ao dever institucional prévio de avaliação das barreiras do local externo.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 41 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Solicitação de anulação da questão sob alegação de ambiguidade e de dupla pertinência entre os instrumentos normativos indicados na Coluna 1, entre a CF/88 e a LBI.

Da pretensa ambiguidade do 3º parêntese (Constituição Federal de 1988):

O item da Coluna 2 descreve: “Estabelece fundamentos do direito à educação e prevê a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Trata-se de reprodução *ipsis litteris* do Artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988 (“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”). A inserção do marcador textual “preferencialmente na rede regular de ensino” vincula o enunciado direta e univalememente à Carta Magna, visto ser essa a fórmula dogmática adotada pelo constituinte originário para fixar o dever do Estado na CF/88.

Da especificidade do 5º parêntese (Lei Brasileira de Inclusão – LBI nº13.146/2015):

O item descreve: “Institui um marco de proteção dos direitos da pessoa com deficiência, contemplando aspectos relacionados à educação, acessibilidade, participação e eliminação de barreiras.” O conceito de “marco de proteção” aliado à abrangência explícita de “eliminação de barreiras” remete estritamente ao escopo da LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência), norma infraconstitucional editada com a finalidade de consolidar e regulamentar os mecanismos de acessibilidade e participação social.

Da inexistência de dupla pertinência ou erro material:

A existência de convergência temática no ordenamento jurídico sobre os direitos das pessoas com deficiência não descaracteriza a objetividade da questão. A banca utilizou descritores que contêm elemento distintos e específicos das legislações indicadas na Coluna 1, garantindo a existência de apenas uma correspondência lógica e legal possível.

A correspondência entre a Coluna 1 e a Coluna 2 é inequívoca e preserva a plena objetividade e clareza do item:

(3) Resolução CNE/CEB nº4/2009 – Diretrizes operacionais para o AEE;

(5) ABNT NBR 9050:2020 – Parâmetros técnicos de acessibilidade;
(1) CF/1988 – Redação literal do Art. 208, III;
(2) LDBEN (Lei nº 9.394/1996) – Educação Especial como modalidade escolar;
(4) LBI (Lei nº 13.146/2015) – Marco de proteção e eliminação de barreiras.
Ratifica-se a sequência 3 – 5 – 1 -2 -4 (Alternativa B).
Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 42 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Alega-se que a assertiva I possui contradição de premissas por considerar que “limitar” não expressas com precisão o rompimento da colaboração; que a assertiva II confunde o núcleo conceitual do ensino colaborativo (coplanejamento/coensino) com uma consequência/benefício (formação continuada) e argumentam que o termo “dinâmica de contribuição” na assertiva II induz ao modelo tradicional de consultoria e descaracteriza a co-docência rigorosa.

Após reavaliação criteriosa da questão, com base no arcabouço teórico de Carvalho *et al.* (2024), a pretensão recursal não merece prosperar, pelas seguintes razões expostas a seguir:

Da plena validade da assertiva I: A assertiva I afirma que a proposta apresentada no enunciado “pode limitar o caráter colaborativo do trabalho quando atribui ao profissional da Educação Especial a identificação das possibilidades do estudante e ao professor de Educação Física a responsabilidade pela adaptação das atividades”. A redação expressa com precisão alerta da literatura especializada (Carvalho *et al.*, 2024), na qual a divisão rígida e fragmentada de funções, em que um profissional atua de forma consultiva/diagnóstica e o outro executa o planejamento/adaptação isoladamente, descaracteriza a essência do ensino colaborativo (co-ensino), o qual exige corresponsabilidade em todas as etapas pedagógicas. Assim, a assertiva é incontestavelmente VERDADEIRA.

Da plena validade da assertiva II: A assertiva II estabelece que a perspectiva do ensino colaborativo apresentada pelos autores “está relacionada a uma dinâmica de contribuição não apenas para a participação e aprendizagem dos estudantes, mas também para a formação continuada dos professores envolvidos”. Não procede a alegação de que a assertiva incorre em erro conceitual por relacionar a colaboração ao seu efeito formativo. A redação utiliza o encadeamento “está relacionada a...”, o que retrata com fidelidade as conclusões de Carvalho *et al.* (2024), que apontam a práxis reflexiva e o trabalho conjunto como motores indispensáveis da formação continuada em serviço dos docentes. Trata-se de aspecto indissociável da abordagem do artigo de referência, tornando a assertiva VERDADEIRA.

Da incorreção da assertiva III: A assertiva III sustenta que a mera presença do profissional especializado em sala/quadra seria suficiente para caracterizar o ensino colaborativo, ainda que o planejamento, a definição de objetivos e a avaliação permaneçam sob responsabilidade exclusiva do regente. Tal afirmação contraria frontalmente a definição de ensino colaborativo, sendo acertadamente classificada como FALSA.

As insurgências fundadas em disputas semânticas sobre os termos “contribuição” e “limitar” consubstanciam interpretações subjetivas e hiper-críticas que extrapolam a objetividade do item. O enunciado e as assertivas mantêm coerência interna, precisão conceitual perante o referencial bibliográfico do edital e unicidade de resposta.

QUESTÃO: 43 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Alegam os recorrentes de que a assertiva II estabelece uma relação de primazia/hierarquia causal entre a disposição dos profissionais e as condições institucionais de trabalho que não encontra amparo direto na obra de Carvalho *et al.* (2024). Sustentam que tal formulação induziria o candidato a erro e comprometeria a objetividade da questão.

A questão em apreço objetivou avaliar o conhecimento do candidato acerca das múltiplas dimensões do ensino colaborativo, com base na revisão de literatura realizada por Carvalho *et al.* (2024).

Para a correta resolução do item, faz-se necessária a análise individual do valor de verdade de cada uma das proposições apresentadas:

Assertiva I (CORRETA): está em consonância com a literatura citada ao reconhecer que o ensino colaborativo assume diferentes configurações organizacionais, devendo considerar o contexto educacional e as especificidades dos profissionais.

Assertiva II (INCORRETA): afirma que a efetividade do ensino colaborativo depende “sobretudo, da disposição dos profissionais”, relegando a organização institucional e as condições concretas de trabalho a um “papel secundário”.

Assertiva III (CORRETA): corresponde rigorosamente à conclusão do estudo quanto à necessidade de ampliação das pesquisas sobre o tema diante da diversidade de contextos de atuação.

A tese recursal parte do pressuposto equivocado de que a assertiva II deveria retratar uma verdade teórica. Ocorre que o item foi intencionalmente elaborado como INCORRETO. Ao atribuir um “papel secundário” às condições concretas de trabalho e à gestão escolar, a assertiva II contraria as evidências trazidas por Carvalho *et al.* (2024), que sublinham a relevância determinante desses fatores estruturais para o sucesso do trabalho colaborativo.

Portanto, por apresentar proposição falsa frente à bibliografia de referência, a assertiva II é INCORRETA.

Considerando que apenas as assertivas I e III são verdadeiras, a identificação da Alternativa D (“Apenas I e III”) decorre de julgamento objetivo, direto e sem margem para dúvida, cumprindo integralmente as exigências de unicidade de resposta e objetividade previstas no item 6.7 do Edital.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Em síntese, os pedidos de anulação são os seguintes:

Pedido de alteração de gabarito para a letra B ou anulação da questão, alegando que a assertiva II seria falsa ao mencionar a “manutenção da especificidade”, o que supostamente remeteria ao modelo médico-pedagógico e à segregação funcional criticador por Pachevitch *et al.* (2024).

Pedido de anulação da questão, apontando pretensa imprecisão conceitual e ambiguidade no termo “aproximação” na assertiva I, alegando violação ao princípio da clareza e da objetividade.

Após reavaliação criteriosa do item em face da literatura de referência indicada no Edital (Pachevitch *et al.*, 2024), manifesta-se nos seguintes termos:

Quanto à assertiva I (VERDADEIRA): O emprego do termo “aproximação” estabelece a necessária articulação entre a modalidade da Educação Especial e as diretrizes da Educação Inclusiva, não devendo ser confundido com fusão ou sinonímia conceitual. A assertiva explicita o vetor dessa articulação ao apontar a mudança de paradigma: as respostas pedagógicas deixam de focar exclusivamente nas “características individuais” (modelo médico/biológico) e passam a ser pensadas a partir das “condições oferecidas pelo contexto escolar” (modelo social). A assertiva guarda estrita coerência com a obra de referência.

Quanto à assertiva II (VERDADEIRA): A manutenção da especificidade da Educação Especial não se contrapõe à perspectiva inclusiva quando devidamente contextualizada. A redação do item traz uma condicional determinante: “quando seus recursos e conhecimentos são mobilizados em favor da participação e da aprendizagem no ensino comum”. O referencial teórico de Pachevitch *et al.* (2024) não advoga pela eliminação dos saberes específicos da área (como Libras, Braille e Tecnologia Assistiva), mas sim pela redefinição do seu papel, garantindo que tais recursos atuem de forma transversal a serviço do ensino regular. A afirmativa é, portanto, correta.

Quanto à Assertiva III (VERDADEIRA): O item reafirma a dimensão relacional do processo inclusivo, destacando que a aprendizagem decorre das interações entre o estudante e o ambiente educacional. A afirmativa harmoniza-se perfeitamente com os dois itens anteriores, consolidando a coesão do enunciado.

Diante do exposto, verifica-se que a questão foi elaborada com clareza, precisão conceitual e integral alinhamento com a bibliografia indicada no Edital, não contendo vícios de redação ou ambiguidade que justifiquem a sua anulação ou alteração de gabarito.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 46 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Alega-se ambiguidade e imprecisão conceitual na assertiva II, argumentando que a expressão “assumir organização própria em relação às atividades realizadas na classe comum” sugeriria um trabalho desarticulado ou isolado da escolarização regular, contrariando o referencial teórico de Pachevitch *et al.* (2024).

Indeferem-se os pedidos de anulação e de alteração de gabarito, pelas razões a seguir expostas:

Da especificidade pedagógica do AEE (assertiva II): A assertiva II aborda a necessidade de disponibilização de recursos, estratégias e procedimentos pedagógicos específicos no AEE. A expressão “assumir organização própria em relação às atividades realizadas na classe comum” refere-se estritamente à autonomia metodológica e funcional da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), a qual não se confunde com reforço escolar ou mera repetição das atividades da classe comum. O AEE possui objetivos, tecnologias assistivas e planejamentos específicos voltados à eliminação de barreiras.

Da coerência e inseparabilidade com o conjunto das assertivas: O texto da questão deve ser analisado de forma sistêmica. A articulação com o ensino regular e a integração à organização pedagógica da escola estão expressas e cabalmente asseguradas nas assertivas I, III e IV:

A assertiva I destaca a reorganização da oferta para contribuir para a aprendizagem no ensino comum;

A assertiva III enfatiza que os recursos desenvolvidos na SRM devem favorecer a participação do estudante nos diferentes espaços e situações educacionais;

A assertiva IV estabelece categoricamente que a efetividade da SRM está atrelada à sua integração à organização pedagógica da escola.

Da incompatibilidade com a literatura (Pachevitch *et al.*, 2024): Ao considerar o conjunto das quatro assertivas, a questão traduz com exatidão a perspectiva de Pachevitch *et al.* (2024), qual seja: o trabalho na SRM possui especificidade e organização própria de atendimento (suplementar/complementar), porém atuando em constante articulação pedagógica e integração com o ensino regular.

Portanto, não há ambiguidade ou vício de formulação na assertiva II, sendo todas as assertivas (I, II, III e IV) verdadeiras e consoantes com a literatura indicada no edital.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 47 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Alega-se obscuridade no texto e solicita a alteração do gabarito para a alternativa D.

A análise do pleito indica que as alegações do recorrente não sustentam qualquer modificação no gabarito oficial pelas razões a seguir expostas:

Adequação do gabarito (alternativa B): A alternativa considerada correta – “Sua utilização deve ser relacionada às necessidades identificadas no contexto do estudante” – expressa de maneira precisa o conceito e a finalidade da Tecnologia Assistiva (TA) no âmbito da educação inclusiva. A aplicação de recursos de TA não ocorre de forma genérica, devendo, obrigatoriamente, fundamentar-se nas especificidades, demandas e no contexto pedagógico e funcional de cada estudante, garantindo sua autonomia e acessibilidade às atividades. Não há obscuridade no termo “deve ser relacionada”, visto que estabelece o dever pedagógico e normativo de personalizar e adequar a intervenção às necessidades do discente.

Incorreção da alternativa D: A alternativa D afirma que a Tecnologia Assistiva “Permite que se prescindir de adaptação das práticas pedagógicas em atendimento especializado”. O termo “prescindir” significa “dispensar”, “abrir mão” ou “não necessitar”. A introdução de recursos de TA não elimina a necessidade de planejamento, adaptação pedagógica ou acompanhamento especializado; pelo contrário, integra-se ao processo de ensino-aprendizagem de forma complementar e articulada com as práticas pedagógicas. Portanto, considerar a alternativa D como correta conceitualmente é incorreto.

Incorreção das demais alternativas:

Alternativa A: A TA não se limita ao “conjunto de equipamentos eletrônicos para pessoas com deficiência física”; abrange uma ampla gama de recursos, estratégias, práticas e serviços para diversas especificidades.

Alternativa C: A TA não é de uso exclusivo do atendimento educacional especializado; deve estar presente e ser utilizada também na sala de aula comum para promover a inclusão.

Alternativa E: Os recursos não devem ser aplicados de maneira padronizada, pois isso contraria a própria premissa de individualização do atendimento às necessidades do estudante.

Diante do exposto, a questão apresenta o enunciado claro e uma única alternativa que atende com precisão ao arcabouço conceitual e normativo da Tecnologia Assistiva.

Mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 50 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Pleiteia-se a alteração de gabarito para a alternativa C, argumentando a respeito da interpretação gramatical e do alcance do termo “deve ser” contido na assertiva II.

Após criteriosa análise pedagógica dos itens da questão à luz da legislação e dos referenciais normativos da Educação Especial e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Banca Examinadora apresenta as seguintes considerações:

Análise da assertiva I (Incorreta): A inclusão e a acessibilidade não pressupõem a supressão ou substituição das competências profissionais e dos objetivos formativos dos cursos técnicos. A legislação garante flexibilizações pedagógicas e organizacionais, mantendo-se o perfil profissional do egresso.

Análise da assertiva II (Incorreta): O erro da assertiva II não reside apenas no verbo de comando, mas principalmente na responsabilidade pedagógica e na conduta docente expressa no trecho: “cabendo ao docente do componente técnico manter os procedimentos de ensino e avaliação conforme aplicados aos demais estudantes”.

A garantia de acessibilidade e de inclusão educacional não é a atribuição exclusiva do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo o trabalho colaborativo entre o AEE e os docentes dos componentes curriculares uma diretriz central.

Ademais, manter procedimentos idênticos e padronizados aos aplicados aos demais estudantes contraria frontalmente o conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o dever legal de prover adequações razoáveis, recursos de acessibilidade e diversificação nos processos de ensino e avaliação.

Análise da assertiva III (Correta): A assertiva sintetiza com exatidão o princípio da acessibilidade pedagógica e da flexibilização curricular na EPT. É correto afirmar que as adequações envolvem diferentes formas de apresentação, estratégias e recursos, preservando-se os objetivos e competências profissionais.

Análise da assertiva IV: (Incorreta): O uso de recursos e estratégias diferenciadas visa garantir a igualdade de condições de acesso e permanência, não caracterizando alteração do perfil profissional de conclusão.

Diante do exposto, verifica-se que a assertiva III é a única verdadeira, estando a assertiva II conceitualmente incorreta do ponto de vista normativo e pedagógico.

Não havendo vício, ambiguidade ou erro material na formulação da questão ou nas opções de resposta, mantém-se o gabarito.

NÍVEL SUPERIOR

CARGO(S): MCH-4 – SEGURANÇA DO TRABALHO

QUESTÕES: 01 a 50 – ANULADAS.

Conforme publicação do Edital Complementar ao Edital nº 188/2026/GAB-RET/IFSULDEMINAS, item 1.3, fica estabelecida a reaplicação da Prova Objetiva da área MCH-4 – Segurança do Trabalho, conforme novo cronograma disponível no ANEXO I do referido edital.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LÍNGUA PORTUGUESA

CARGO(S): MUZ-1 – ZOOTECNIA I – AVICULTURA DE CORTE E POSTURA E PISCICULTURA, IFS-1 E MUZ-2 – ZOOTECNIA II – SUINOCULTURA, NUTRIÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL, MCH-1 – ZOOTECNIA III – BIOCLIMATOLOGIA E ANIMAIS SILVESTRES, MCH-2 – ZOOTECNIA IV – FISIOLOGIA ANIMAL, CDM-1 – ADMINISTRAÇÃO, IFS-2, MCH-3 E MUZ-3 – INFORMÁTICA, IFS-4 – BIOLOGIA II, IFS-6 – ENGENHARIA AGRÍCOLA

QUESTÃO: 01 – MANTIDA alternativa 'D'.

A primeira assertiva era: Já nos primeiros assentamentos permanentes surgiram os primeiros sistemas de escrita estruturados.

No texto, nas linhas 10-13, tem-se as informações a seguir:

Os primeiros signos escritos (versões antigas de letras e palavras) ainda não apresentavam um sistema bem articulado. Eles surgiram no período Neolítico, cerca de 8 mil anos atrás, na região da Mesopotâmia. Esses registros coincidem com **os primeiros assentamentos permanentes**, que **também ainda não tinham exatamente as características de uma cidade.**

Analisando-se os trechos em negrito, conclui-se que a assertiva está incorreta.

A segunda assertiva era: É possível inferir que existe uma relação entre o nível de organização e complexidade da língua e o nível de organização e complexidade da comunidade em que ela é utilizada.

Nas linhas 03-05, assim afirma a autora: Assim como a **escrita** e os dicionários, a gramática é considerada uma ferramenta que aumenta as possibilidades de usar uma língua. Na linguística, essas três ferramentas são chamadas de **tecnologias de linguagem.**

De acordo com o Dicionário Aulete Digital, o sentido de tecnologia é:

(tec.no.lo.gí.a)

Tec.

sf.

1. Conjunto das técnicas, processos e métodos específicos de uma ciência, ofício, indústria etc; ciência que trata dos métodos e do desenvolvimento das artes industriais: *a tecnologia das telecomunicações.*

2. Explicação dos termos próprios das artes, ofícios; linguagem especial das ciências, indústrias, artes etc.

3. O estado de desenvolvimento das tecnologias como um todo: *A tecnologia é fator fundamental do desenvolvimento econômico.*

[F.: Do fr. *technologie*, deriv. do gr. *technología*. Cf.: *técnica*. Ideia de: *tecn(o)-, -tecnia, -logia*.]

Sendo assim, percebe-se que a palavra “tecnologia” refere-se a ferramentas empregadas para o desenvolvimento de algo que, segundo o mesmo dicionário:

(de.sen.vol.vi.men.to)

sm.

1. Ação ou efeito de desenvolver(-se); **EVOLUÇÃO** [Antôn.: involução.]

2. Crescimento, aumento, progresso, de entidades e seres organizados [Antôn.: declínio, retrocesso.]

Sendo assim, é uma inferência válida, a partir somente dos elementos textuais, a associação entre o desenvolvimento da escrita com um aumento do nível de organização e complexidade de uma língua, tendo em vista que ela surge como uma ferramenta demandada pela complexificação das relações no ambiente urbano.

No texto, nas linhas 19-23, tem-se o excerto: “O **surgimento da escrita está associado ____ cidade**, mas a história urbana é também uma história do Estado como forma política de organização estreitamente ligada ao mercado e ao comércio”, continua Rodríguez. Com o **aumento da concentração de pessoas nas cidades**, houve uma **especialização do trabalho e crescimento das trocas comerciais**, que **exigiam alguma forma de registro** para driblar o esquecimento de quem estava em dívida com quem”.

Como se percebe pela análise dos trechos em negrito, a complexificação das cidades levou à especialização do trabalho que exigiu uma tecnologia que lhes permitisse manter registros, no caso, a escrita. Como essa ferramenta está associada tanto à complexificação da língua quanto das relações urbanas, e uma é motivada pela outra, a assertiva está correta.

A terceira assertiva era: As sociedades com e sem escrita não são diferenciadas por sua capacidade intelectual, mas pelas estratégias necessárias, em muitos casos, para garantir a sobrevivência.

No texto, nas linhas 25-29, tem-se: “E essa é uma das características que diferenciam sociedades com e sem escrita: a necessidade de anotar a posse, o acúmulo e a troca de bens. Em lugares com invernos mais rigorosos, como é o caso de boa parte do hemisfério norte, essa forma de organização social surge como uma estratégia de sobrevivência. Já nas regiões tropicais, como na América do Sul, o clima mais constante e a alta biodiversidade tornam o estoque de alimentos dispensável”. Sendo assim, a assertiva está correta.

QUESTÃO: 02 – MANTIDA alternativa ‘A’.

As justificativas para a ocorrência ou não do acento indicativo de crase são apresentadas a seguir:

Linhas 05-06 – ocorrência da preposição “a” regida pelo termo “dar”, introduzindo seu objeto indireto, e do artigo definido feminino plural determinante de “cidades”.

Linha 20 – ocorrência da preposição “a” regida pelo termo “associado” e do artigo definido feminino singular determinante de “cidade”, aqui tomada como um conceito já mencionado anteriormente.

Linhas 31-32 – ocorrência apenas da preposição “a” regida pelo termo “responde”, mas não há a ocorrência de artigo definido que a ela se contraia, somente de artigo indefinido.

QUESTÃO: 03 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Segue análise de cada alternativa:

A primeira assertiva era: Em “a gramática é considerada uma ferramenta que aumenta as possibilidades de usar uma língua”, substituir “possibilidades” por “formas”.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

(pos.si.bi.li.da.de)

sf.

1. Qualidade do que é possível, do que pode acontecer ou existir. [+ de, para, quanto a: *Havia possibilidade de conquistar a garota.: Pegar um táxi é uma possibilidade para quem tem pressa.: Existem duas possibilidades quanto à origem do problema.*]

Já o Dicionário On-line da Língua Portuguesa assim define “forma”:

Organização de alguma coisa; método: forma de educação.

Característica de algo ou alguém; variedade: a forma de uma doença.

Uma das distintas maneiras de ser; ação ou expressão de algo próprio: algumas pessoas se expressam de diferentes formas. Assim, a substituição de “possibilidades” por “formas”, sendo a última empregada como “uma das distintas maneiras de”, não causa alteração de regência ao período.

A segunda assertiva era: Em “o desenvolvimento da escrita e de assentamentos urbanos passou por um longo processo, que durou séculos ou milênios”, substituir a forma verbal “durou” por “perdurou”.

Assim define “perdurar” o Dicionário Aulete Digital:

(per.du.rar)

v.

1. Durar muito, subsistir, permanecer. [int.: *A democracia só perdura se a sociedade a deseja.*] [ta.: *O domínio de Portugal sobre o Brasil perdurou até o século XIX.*]

2. Ser lembrado através dos séculos; permanecer na lembrança. [int.: *O nome de Ayrton Senna perdurará na lembrança dos brasileiros.*]

[F.: Do lat. *perdurare*.]

No trecho, o verbo “durar” rege complemento direto: “séculos ou milênios” funciona como objeto direto do verbo, expressando extensão temporal. É o mesmo padrão de construções como “a viagem durou três horas”, “o espetáculo durou duas horas” – em que o complemento é diretamente regido pelo verbo, sem termo preposicional. Assim, no contexto, “durou” é verbo transitivo direto, cujo objeto é “séculos ou milênios”. Diversamente de “durar”, o verbo “perdurar” não possui aceção de transitividade direta na norma-padrão, conforme Dicionário Houaiss On-line, Dicionário Aulete e Dicionário de Regência Verbal (Luft, 2010). Nas aceções e exemplos documentados, “perdurar” é classificado como intransitivo ou transitivo indireto, regendo-se com as preposições “em” ou “por”. Em nenhuma das mencionadas fontes há registro de aceção de “perdurar” como transitivo direto. Dessa forma, se, no contexto, “durou” é TD, a substituição por “perdurar” – verbo intransitivo ou TI – demandaria, na norma-padrão, a introdução do termo preposicional: “que durou séculos ou milênios” → “que perdurou por séculos ou milênios” (regência indireta, com a preposição “por”). A proposta, portanto, acarreta alteração de regência, pois a forma verbal substituta não mantém o mesmo complemento na mesma construção sintática. Ainda que se admitisse a leitura de “séculos ou milênios” como adjunto adverbial de tempo, o desfecho seria idêntico: na norma culta, “perdurar” não se constrói com complemento direto, sendo obrigatória a forma preposicionada “perdurou por séculos ou milênios”. Em qualquer das interpretações, portanto, a substituição proposta na assertiva II implicaria mudança da estrutura regencial.

A terceira assertiva era: Em “para driblar o esquecimento de quem estava em dívida com quem”, substituir “estava em dívida” por “tinha dívida”.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

([dí.vi.da](#))

sf.

1. O que se deve: *Tenho uma dívida de mil reais*

2. Obrigação moral, dever [+ (para) com : *Tinha uma dívida (para) com o colega que o ajudara.*]

Logo, não há alteração de regência com a substituição.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 04 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A primeira assertiva era: Em “a gramática não é algo intrínseco às línguas”, é possível substituir “intrínseco” por “inerente”.

De acordo com o Dicionário Aulete Digital:

([in.trín.se.co](#))

a.

1. Que se encontra no interior, no íntimo de alguém ou de algo.

2. Inerente, essencial a alguém ou alguma coisa: *A tolerância é intrínseca à democracia.*

3. Que é real e independe de convenção (valor [intrínseco](#)).

[F.: Do lat. *intrinsicus*. Ant. ger.: *extrínseco*.]

Sendo assim, a proposta de alteração não acarreta mudança ao sentido do trecho.

A segunda assertiva era: Em “Eles surgiram no período Neolítico, cerca de 8 mil anos atrás, na região da Mesopotâmia”, é possível substituir “cerca de” por “há aproximadamente”.

Ao se substituir a expressão “cerca de” por “há aproximadamente”, tem-se a inserção indevida da forma verbal “há”, que, em primeiro lugar, não apresenta relação sentido com “cerca de”. Além disso, a introdução de tal forma verbal acarreta pleonasma vicioso, tendo em vista que já há a ocorrência de “atrás” para indicar tempo transcorrido. Sendo assim, a substituição leva tanto à alteração de sentido quanto à incorreção do trecho.

A terceira assertiva era: Em “por ser o mais antigo e bem preservado até então”, é possível substituir “bem” por “melhor”.

De acordo com Celso Cunha e Lindley Cintra, em *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, na página 564, “A par dessas formas anômalas, existem os comparativos regulares *mais bem* e *mais mal*, usados, de preferência, antes de adjetivos-participios”.

Sendo assim, a substituição é inadequada.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 05 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A questão apresentava ao candidato o período a seguir: “Já nas regiões tropicais, como na América do Sul, o clima mais constante e a alta biodiversidade tornam o estoque de alimentos dispensável”.

A primeira alternativa era: Os núcleos nominais “regiões”, “clima” e “estoque” são determinados por dois adjuntos adnominais cada.

A alternativa A afirmava que os núcleos nominais “regiões”, “clima” e “estoque” são determinados por dois adjuntos adnominais cada. Analisando cada núcleo:

“regiões” → determinada por “as” (artigo) e “tropicais” (adjetivo) → 2 adjuntos adnominais

“clima” → determinado por “o” (artigo) e “mais constante” (locução adjetiva) → 2 adjuntos adnominais

“estoque” → determinado por “o” (artigo) e “de alimentos” (locução adjetiva) → 2 adjuntos adnominais

Como todos os núcleos apresentam dois termos que os determinam, a afirmativa A é correta. Como “de alimentos” especifica o substantivo concreto “estoque” e equivale a um adjetivo, ele é adjunto adnominal e não complemento.

A alternativa B era: Há a formação de predicado verbo-nominal.

A afirmação está correta, pois “o estoque de alimentos” é Objeto Direto da forma verbal “tornam” e “dispensável” é predicativo atribuído ao objeto direto, portanto, forma-se um predicado verbo-nominal.

A alternativa C era: O sujeito da forma verbal “tornam” é composto.

A afirmação está correta, pois o sujeito da forma verbal apresenta dois núcleos: “clima” e “biodiversidade”.

A alternativa D era: A dupla vírgula demarca uma expressão explicativa.

A afirmação está correta, pois “como na América do Sul” é um exemplo de região tropical, e como tal termo está intercalado, deve ser separado por dupla vírgula.

A alternativa E era: O período é composto por coordenação, com presença de conjunção aditiva.

A afirmação está incorreta, pois o período não é composto, há nele apenas a forma verbal “tornam”. A conjunção “e” coordena os núcleos do sujeito da forma verbal.
Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 06 – MANTIDA alternativa ‘B’.

O comando da questão era claro ao solicitar que o candidato assinalasse a alternativa na qual houvesse a possibilidade de transposição para a voz passiva.

A alternativa A era: “Eles surgiram no período Neolítico, cerca de 8 mil anos atrás, na região da Mesopotâmia”. A forma verbal “surgiram” é intransitiva, logo, não admite voz passiva uma vez que não apresenta complemento objeto direto.

A alternativa B era: “não apresentavam um sistema bem articulado”.

A forma verbal “apresentavam” é transitiva direta, sendo assim, sua transposição seria: um sistema bem articulado não era apresentado (pelos primeiros signos escritos).

Na situação de ocorrência, o verbo “apresentar” foi empregado com o sentido de “exibir”, “mostrar”, sendo assim, admitindo caráter passivo, pois algo pode ser mostrado ou exibido.

A alternativa C era: “Esses registros coincidem com os primeiros assentamentos permanentes”.

A forma verbal “coincidir” é transitiva indireta, apresentando complemento objeto indireto introduzido pela preposição “com”, portanto, não admite voz passiva.

A alternativa D era: “também ainda não tinham exatamente as características de uma cidade”.

Neste caso, a forma verbal “ter”, ainda que transitiva direta, não admite a voz passiva, uma vez que expressa ideia de posse, ação que não admite caráter passivo. O verbo “ter” não expressa ação praticada sobre o objeto, mas sim posse ou estado do sujeito: “as povoações ainda não tinham exatamente as características de uma cidade”. Não há ação sendo exercida sobre “as características” – elas simplesmente não eram possuídas/caracterizavam as povoações.

A alternativa E era: “Um idioma pode existir muito bem sem ela”.

A forma verbal “existir” é intransitiva, logo, não admite voz passiva uma vez que não apresenta complemento objeto direto.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 07 – MANTIDA alternativa ‘E’.

De acordo com Evanildo Bechara, em “Moderna Gramática Portuguesa”, página 546, os adjuntos adnominais são determinantes nominais, “Toda expressão nominal, qualquer que seja a função exercida pelo seu núcleo, pode ser expandida por determinantes que têm por missão acrescentar ideia accidental complementar ao significado desse substantivo nuclear. O resultado dessa expansão é um grupo unitário sintagmático nominal”. Sendo assim, um adjunto adnominal é um termo que complementa o sentido de um substantivo. Já para Celso Cunha e Lindley Cintra, em “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, na página 164, esse termo é definido como: “Adjunto adnominal é o termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste”.

Já o complemento nominal, assim o definem Celso Cunha e Lindley Cintra, na página 153, “O complemento nominal vem, como dissemos, ligado por preposição ao substantivo, ao adjetivo ou ao advérbio cujo sentido integra ou limita. A palavra que tem o seu sentido completado ou integrado encerra “uma ideia de relação e o complemento é o objeto desta relação”, e na página 187, “Convém ter presente que o nome cujo sentido o complemento nominal integra corresponde, geralmente, a um verbo transitivo de radical semelhante:” Já Bechara, na página 550, assim afirma: “Todavia, o complemento nominal está semanticamente mais coeso ao núcleo, por representar uma construção derivada mediante a nominalização, fenômeno que não ocorre no adjunto adnominal”. Ambos os gramáticos apontam o caráter passivo do complemento nominal. Sendo assim, passemos à análise dos termos presentes nos trechos destacados para a questão:

Em “o desenvolvimento da escrita e de assentamentos urbanos passou por um longo processo”, “da escrita” complementa o sentido de um substantivo oriundo da nominalização do verbo “desenvolver”, um verbo transitivo direto, cujo objeto é “a escrita”. Além disso, o termo “da escrita” tem sentido passivo, pois “a escrita é desenvolvida”. Sendo assim, tem-se complemento nominal.

Em “ainda não tinham exatamente as características de uma cidade”, o termo sublinhado equivale à locução adjetiva “urbanas”, portanto, tem-se um complemento de valor adjetivo, um adjunto adnominal.

Em “essa forma de organização social surge como uma estratégia de sobrevivência”, o termo sublinhado indica o tipo de “estratégia” e pode ser omitido sem prejuízo do sentido do trecho. Além disso, não se trata de termo com caráter passivo em relação ao substantivo, que também não é proveniente de uma nominalização, razão pelas quais o termo é um adjunto adnominal.

Em “e a centralização do poder na figura dos reis e governantes”, “do poder” complementa o sentido de um substantivo oriundo da nominalização do verbo “centralizar”, um verbo transitivo direto, cujo objeto é “o poder”.

Além disso, o termo “do poder” tem sentido passivo, pois “o poder é centralizado”. Sendo assim, tem-se complemento nominal.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 08 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Em “a gramática é considerada uma ferramenta que aumenta as possibilidades de usar uma língua”, tem-se pronome relativo cujo referente é o substantivo “ferramentas” e que introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva.

Em “Estamos tão acostumados a organizar palavras e frases de acordo com as regras do português que muitas vezes esquecemos de um detalhe”, tem-se conjunção consecutiva junto com a palavra “tão”, introduzindo uma oração subordinada adverbial consecutiva.

Em “A professora [...] explica que essas tecnologias de linguagem são formas de fixar uma língua no tempo”, tem-se conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, complemento da forma verbal “explica”.

Em “Até que houve um salto qualitativo o qual chamamos de revolução da escrita”, tem-se parte de uma locução conjuntiva adverbial temporal, “até que”.

Em “E ainda que a Mesopotâmia seja o caso mais popular, outras sociedades se urbanizaram”, tem-se parte de uma locução conjuntiva adverbial concessiva.

Todas as classificações apresentadas seguem o que consideram Evanildo Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra e Domingos Paschoal Cegalla.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

QUESTÃO: 09 – MANTIDA alternativa ‘C’.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a palavra em destaque se trata de sigla formada por mais de três letras e lida como uma palavra: “Masp”. Uma vez que o comando da questão solicitava que o candidato assinalasse a alternativa incorreta de acordo com o que preconiza o Manual de Redação da Presidência da República, tem-se que tal alternativa é a que preenche tal requisito. Não se trata aqui de analisar o uso da expressão, mas, sim, o desvio do que preconiza o Manual.

Diante do exposto, indefere-se o recurso.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

CARGO(S): MUZ-1 – ZOOTECNIA I – AVICULTURA DE CORTE E POSTURA E PISCICULTURA, IFS-1 E MUZ-2 – ZOOTECNIA II – SUINOCULTURA, NUTRIÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL, MCH-1 – ZOOTECNIA III – BIOCLIMATOLOGIA E ANIMAIS SILVESTRES, MCH-2 – ZOOTECNIA IV – FISIOLOGIA ANIMAL, CDM-1 – ADMINISTRAÇÃO, IFS-2, MCH-3 E MUZ-3 – INFORMÁTICA, IFS-4 – BIOLOGIA II, IFS-6 – ENGENHARIA AGRÍCOLA

QUESTÃO: 12 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A Banca Examinadora, após análise pormenorizada dos recursos interpostos, decide pelo seu INDEFERIMENTO, mantendo-se o gabarito oficial, com base na estrita literalidade do Decreto nº 12.374/2025, conforme a fundamentação a seguir:

Alternativa A (Correta): Guarda estrita consonância com a norma geral e regulamentar que fixa o estágio probatório em 36 meses de efetivo exercício.

Alternativa B (Correta): A produtividade integra expressamente o rol de fatores de avaliação do servidor em estágio probatório.

Alternativa C (Correta): Reproduz com exatidão o critério de desempate fixado pela norma para os casos em que o servidor permanece exatamente o mesmo tempo em unidades distintas durante o ciclo avaliativo, atribuindo a avaliação à chefia da unidade em que ele se encontra ao final do ciclo.

Alternativa D (Correta): Reflete fielmente a estrutura dos três ciclos avaliativos fixados pelo decreto aos 12, 24 e 32 meses. O emprego da preposição “após” no contexto da assertiva designa o transcurso temporal necessário de efetivo exercício para a consolidação de cada etapa, não induzindo a erro nem gerando vício temporal.

Alternativa E (Incorreta): Afirma que o servidor que não permanecer na mesma unidade durante todo o ciclo será avaliado “pelos responsáveis de ambas as unidades”. A assertiva é falsa e incorreta, visto que a regra regulamentar estabelece que a avaliação cabe à unidade em que o servidor permaneceu por maior tempo no ciclo (e, em caso de empate, pela unidade onde estiver no momento do encerramento, conforme prevê a Alternativa C).

Não há previsão legal de avaliação conjunta ou cumulativa por “ambas as unidades”.

Da Improcedência das Alegações Recursais:

Inexiste duplicidade de gabarito, pois as alternativas C e D estão corretas.

Não procede a alegação de falta de previsão normativa ou vício de referência, haja vista que o Decreto nº 12.374/2025 constitui o diploma de regência indicado no edital e aplicável à matéria.

A Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO de todos os recursos interpostos e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR (ALTERNATIVA E).

QUESTÃO: 13 – ANULADA.

Do Erro Material no Enunciado (“Lei” x “Decreto”):

A menção do vocábulo “Lei” em detrimento de “Decreto” no comando do item constitui mero erro material, perfeitamente escusável e incapaz de induzir o candidato a erro, uma vez que a ementa e a denominação do ato normativo (“Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado em 1994”) foram indicadas com exatidão. O vício não comprometeu a identificação da matéria examinada.

Análise das Assertivas:

Assertiva II (FALSA): O Capítulo II, item XXII do Decreto nº 1.171/1994 estabelece de forma expressa e taxativa que a única sanção aplicável pela Comissão de Ética é a pena de CENSURA. A atribuição de penalidade de “advertência” (sanção disciplinar afeta à Lei nº 8.112/1990) torna a assertiva incontestavelmente FALSA.

Assertiva III (VERDADEIRA): A proposição reproduz a literalidade do Capítulo I, Seção I, item X do Decreto nº 1.171/1994, confirmando que deixar o usuário à espera de solução gerando longas filas constitui grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

Assertiva I: Assiste razão aos recorrentes que sustentam a ambiguidade do item. O Capítulo II, Seção III, item XXIV do Decreto nº 1.171/1994 estabelece uma definição ampla e inclusiva de servidor para fins éticos. A redação da prova, ao empregar a estrutura definicional “entende-se por servidor público aquele que...” associada a recortes restritivos (“por contrato”, “serviço excepcional”, “ligado indiretamente a empresa pública”), excluiu hipóteses legais essenciais (vínculo por lei/ato jurídico, prestação permanente/temporária e vinculação direta aos órgãos públicos), fazendo com que a alternativa pudesse ser considerada falsa por estar incompleta, ou verdadeira, por conter parcialmente a definição. Dessa forma, não havendo elementos suficientes para indicá-la inequivocamente como verdadeira ou falsa, a Banca decide pela anulação da questão.

A Banca Examinadora decide pelo PROVIMENTO DOS RECURSOS para ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

QUESTÃO: 14 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Correção da Alternativa A:

A Alternativa A encontra amparo literal no Art. 14, § 2º, inciso I, da Lei nº 12.772/2012, que estabelece expressamente que a progressão na Carreira do Magistério EBTT observará o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível.

A assertiva limita-se a enunciar a regra legal de interstício temporal sem empregar cláusula de exclusividade (como “exclusivamente” ou “unicamente”), razão pela qual a não menção do requisito cumulativo da avaliação de desempenho não invalida a afirmativa nem a torna incorreta.

Incorreção da Alternativa B:

O Art. 14, § 3º, inciso I, da Lei nº 12.772/2012 disciplina expressamente que é critério para a promoção à Classe B o cumprimento do interstício mínimo de 36 meses no “último nível” da classe anterior.

A substituição do termo legal “último nível” por “primeiro nível” altera a literalidade do dispositivo normativo. Em prova objetiva de legislação, a fidelidade aos termos do texto legal é parâmetro obrigatório de aferição, o que torna a assertiva B formalmente incorreta.

Incorreção das Alternativas C, D e E:

Alternativa C (Incorreta): Nos termos do Art. 14, § 5º, da Lei nº 12.772/2012, a regulamentação do processo de avaliação para acesso à Classe Titular compete ao Ministro de Estado da Educação, e não ao Presidente da República.

Alternativa D (Incorreta): Conforme o Art. 14, § 3º, inciso II, da Lei nº 12.772/2012, a promoção para a Classe C exige o cumprimento do interstício mínimo de 24 meses no último nível da classe anterior, e não de 36 meses.

Alternativa E (Incorreta): O título de Doutor não é o único critério para a promoção à Classe Titular/D, exigindo-se cumulativamente o cumprimento de interstício de 24 meses no último nível da classe anterior, aprovação em avaliação de desempenho e aprovação de memorial ou defesa de tese inédita (Art. 14, § 3º, III).

Constatada a perfeita consonância da Alternativa A com o Art. 14, § 2º, I, da Lei nº 12.772/2012 e a incorreção técnica das demais opções, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO dos recursos e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 15 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Incorreção Incontrovertida da Alternativa B:

Nos termos do Art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/1990, a vacância do cargo público decorre de “posse em outro cargo inacumulável”.

Ao substituir o termo legal “inacumulável” por “acumulável”, a Alternativa B contraria frontalmente a norma estatutária, configurando a única opção objetivamente incorreta em relação ao texto da lei.

Correção da Alternativa A:

O Art. 27 da Lei nº 8.112/1990 dispõe textualmente: “Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade”.

O enunciado da questão delimitou expressamente a análise ao texto da Lei nº 8.112/1990. Sob a ótica da legalidade estrita e da literalidade normada no edital, a assertiva A reproduz fielmente o dispositivo estatutário federal, não cabendo invocar revogação tácita por lei complementar diversa para invalidar a questão de legislação seca.

Correção da Alternativa C:

O Art. 42, parágrafo único (combinado com o Art. 61), da Lei nº 8.112/1990 estabelece formalmente a exclusão de vantagens específicas (incluindo o adicional de férias e o adicional noturno) do limite de remuneração previsto na própria lei. Tendo em vista que a questão exigiu a identificação da assertiva incorreta com base estrita no texto da Lei nº 8.112/1990, a Alternativa C guarda perfeita consonância com o texto normativo.

Correção das Alternativas D e E:

A Alternativa D reflete com exatidão o Art. 68, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, que veda a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade, impondo a opção ao servidor.

A Alternativa E encontra-se em consonância com o Art. 76-A, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, que disciplina a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

Diante da manifesta e incontestável incorreção da Alternativa B e da inteira fidelidade das demais alternativas ao texto literal da Lei nº 8.112/1990, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO de todos os recursos e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 16 – MANTIDA alternativa ‘C’.

1ª Lacuna – Conceito de Controlador: O Art. 5º, inciso V, da Lei nº 13.709/2018 define expressamente controlador como a “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais”.

2ª Lacuna – Princípio da Transparência: O Art. 6º, inciso VI, da Lei nº 13.709/2018 estabelece o princípio da transparência como a “garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial”.

3ª Lacuna – Percentual da Multa Simples: O Art. 52, inciso II, da Lei nº 13.709/2018 fixa a sanção de “multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício...”.

A redação do enunciado buscou aferir o conhecimento do candidato quanto ao alíquota/percentual limite (dois por cento) estabelecido na LGPD para a sanção de multa simples.

A simplificação enunciativa não altera a exatidão do percentual legalmente exigido na lacuna nem induz o candidato a erro, mantendo-se a perfeita fidelidade técnica ao dispositivo.

Confirmada a consonância da Alternativa C com os artigos 5º (inciso V), 6º (inciso VI) e 52 (inciso II) da Lei nº 13.709/2018, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DO RECURSO e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 17 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Assertiva I (Correta): Encontra respaldo literal e exposto no Art. 38, § 2º, da LDB, o qual determina que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”.

Assertiva II (Correta): O Art. 40 da LDB disciplina as formas de desenvolvimento e articulação da educação profissional com o ensino regular e a educação continuada. A não inclusão expressa da locução “e tecnológica” na frase da assertiva não invalida a proposição nem a torna juridicamente falsa, uma vez que a expressão “educação profissional” engloba o gênero da modalidade sem introduzir qualquer elemento falso ou incompatível com a ordem jurídica.

Assertiva III (Correta): Guarda estrita consonância com o Art. 62, § 2º, da LDB, segundo o qual “a formação inicial de profissionais do magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância”.

A ausência do complemento “e tecnológica” na Assertiva II não configura aplicação de norma revogada, mas simplificação enunciativa que mantém a exatidão conceitual da articulação da educação profissional com o ensino regular.

Não há vício de ambiguidade ou dupla interpretação apto a comprometer a objetividade do julgamento, estando todas as três assertivas juridicamente corretas.

Verificada a correção de todas as proposições apresentadas, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DOS RECURSOS e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 18 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Assertiva I (FALSA): O Art. 77, inciso I, da LDB estabelece expressamente que os recursos públicos só podem ser direcionados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que “comproven finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio”. Ao afirmar que a destinação poderia ocorrer a entidades “com finalidade lucrativa”, a assertiva viola frontalmente o dispositivo legal, sendo manifestamente FALSA.

Assertiva II (FALSA): O Art. 71, inciso IV, da LDB prevê taxativamente que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) aquelas realizadas com “programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”. Como a assertiva declara o oposto, está incorreta e é FALSA.

Assertiva III (VERDADEIRA): O Art. 61, inciso III, da LDB inclui expressamente no rol de profissionais da educação básica os “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim”, desde que em efetivo exercício. A afirmativa reproduz com exatidão a hipótese legal.

A ausência da expressão “e tendo sido formados em cursos reconhecidos” na redação da Assertiva III não torna a proposição falsa. Trata-se de enunciação sintetizada do inciso III do art. 61 da LDB. O reconhecimento de curso é exigência geral intrínseca à validade de qualquer diploma no sistema educacional brasileiro, e sua não menção pontual na questão não descaracteriza a veracidade do enquadramento funcional normatizado. A observação quanto à colocação pronominal não configura vício de conteúdo jurídico apto a anular o item ou alterar o julgamento objetivo da prova.

Ratificada a sequência FALSA – FALSA – VERDADEIRA (F – F – V), a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DOS RECURSOS e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 19 – MANTIDA alternativa ‘D’.

1. Da Análise Objetiva das Assertivas com base na Lei nº 11.892/2008:

Assertiva I (Incorreta): A alínea “d” do inciso VI do Art. 7º da Lei nº 11.892/2008 estabelece que ministrar cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização constitui um **OBJETIVO** dos Institutos Federais, e não um princípio. No Direito Administrativo e na técnica legislativa, finalidades/características (Art. 6º) e objetivos (Art. 7º) possuem natureza jurídica e escopo normativo distintos. A alteração da categoria jurídica do dispositivo invalida a afirmativa perante a literalidade do texto legal.

Assertiva II (Correta): Encontra respaldo exato e literal no Art. 11, caput, da Lei nº 11.892/2008, que determina expressamente: “Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores”. A proposição reproduz na íntegra o texto do caput do dispositivo de regência, estando irrefutavelmente correta.

Assertiva III (Incorreta): O Art. 11, § 2º, da Lei nº 11.892/2008 exige dois requisitos cumulativos para que a Reitoria seja instalada em espaço distinto dos campi: Previsão no Estatuto; e Aprovação pelo Ministério da Educação (MEC). Ao afirmar que a instalação pode ocorrer “bastando que tal situação esteja expressamente prevista em seu Estatuto”, a assertiva exclui falsamente a exigência legal e vinculante de aprovação pelo MEC, tornando a proposição FALSA por restar contrária à norma. A classificação legal entre “objetivos” (art. 7º) e “finalidades/características” (art. 6º) constitui dado objetivo do texto normativo, sendo dever do candidato atentar para a exata correspondência dos conceitos. A omissão da aprovação pelo MEC na Assertiva III é um dos pontos que a torna incorreta, pois o vocábulo restritivo “bastando” torna a proposição juridicamente incorreta ao dispensar elemento essencial de validade do ato.

Portanto, apenas a assertiva II está correta.

Demonstrada a conformidade com a Lei nº 11.892/2008, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DE TODOS OS RECURSOS e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

QUESTÃO: 20 – MANTIDA alternativa ‘C’.

O recurso não procede. A 1ª parte é incorreta. Após a Lei nº 14.230/2021, o art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.429/1992 estabelece que o exercício da função sem comprovação de ato doloso com fim ilícito afasta a responsabilidade por improbidade. A 2ª parte reproduz o art. 7º da Lei. A 3ª parte corresponde literalmente ao art. 10, XII, que tipifica como ato que causa lesão ao erário “permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente”. O caput do mesmo artigo exige ação ou omissão dolosa.

O dispositivo citado pelo recorrente (art. 9º, XII) trata do uso, em proveito próprio, de bens do acervo patrimonial das entidades. O art. 9º disciplina o enriquecimento ilícito do próprio agente, não de terceiro. Portanto, não há confusão típica: a assertiva reproduz a opção expressa do legislador. Estão corretas apenas a 2ª e a 3ª partes.

Demonstrada a conformidade com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DO RECURSO e pela MANUTENÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MUZ-1 – ZOOTECNIA I – AVICULTURA DE CORTE E POSTURA E PISCICULTURA

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa ‘A’.

Os argumentos apresentados, embora tecnicamente corretos sob a ótica de literatura internacional especializada (que distingue *spray* grosso de aerossol fino quanto à granulometria e indicação etária), não invalidam a alternativa apontada como correta. Na literatura e nos manuais de avicultura amplamente adotados no ensino técnico e superior brasileiro, a expressão composta “*spray/aerossol*” é utilizada de forma consagrada para designar, em conjunto, os métodos de nebulização/atomização empregados na vacinação em massa de pintainhos no incubatório, em contraposição à vacinação individual por via intramuscular (não utilizada para vacinação em massa de pintainhos). As duas primeiras lacunas (vírus vivo atenuado – inativadas) estão corretas e não são contestadas, o que já afasta as alternativas C, D e E. Entre as alternativas A e B, apenas a via de aplicação diverge, e a via intramuscular não é compatível com vacinação em massa em incubatório. Assim, a alternativa A permanece a mais adequada dentre as opções oferecidas, sem que a distinção técnica apontada no recurso demonstre incorreção da resposta ou aponte alternativa mais correta. Decide-se pela MANUTENÇÃO do gabarito.

QUESTÃO: 39 – ANULADA.

Assiste razão aos recorrentes. A teoria clássica de índices de seleção (Hazel, 1943), amplamente consolidada na literatura de melhoramento genético animal, estabelece que os coeficientes do índice de seleção (vetor b , obtido pela relação $b = P-1Gv$) não equivalem diretamente aos pesos econômicos (v) atribuídos a cada característica, dependendo também das herdabilidades, das variâncias e covariâncias fenotípicas e genéticas e das correlações entre os caracteres. Dessa forma, é tecnicamente correto e amplamente documentado que características de crescimento – em geral de maior herdabilidade e de mensuração mais barata e acurada – podem receber maior peso relativo no índice do que características sanitárias de interesse econômico elevado, porém de baixa herdabilidade e de mensuração dispendiosa (como a resistência a enfermidades bacterianas, frequentemente avaliada apenas por testes de desafio). O emprego do verbo modal “pode” na assertiva IV reforça tratar-se de uma possibilidade tecnicamente admissível, e não de uma regra absoluta, o que está de acordo com a prática de construção de índices de seleção. Dessa forma, considerando que não há elementos suficientes para considerar a assertiva inequivocamente correta ou incorreta, decide-se pela ANULAÇÃO da questão.

QUESTÃO: 42 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A assertiva II está correta. Entre a semana 4 e a semana 5, os dois fenômenos descritos ocorrem simultaneamente e no mesmo sentido da assertiva: Temperatura da água: 32°C → 34°C (aumento); Consumo de ração: ~155 kg/dia → ~130 kg/dia (redução de ~16%). Não é uma flutuação insignificante, é a maior queda pontual da série, ocorrendo justamente no trecho de maior temperatura. A assertiva descreve exatamente este fato observável. Além disso, a assertiva marca o início da observação, não faz uma promessa de continuidade. Ao utilizar “observa-se” e não “mantém-se”, “permanece” ou “continua”, é afirmado apenas que se observa a redução a partir da semana 4, o que é factualmente verdadeiro. Para haver generalização, o enunciado teria que marcar essa posição, o que não ocorre.

Note-se que o comportamento descrito não aparece só na transição entre as semanas 4 e 5, entre as semanas 3 e 5 há um bloco contínuo de três pontos em que a temperatura sobe e o consumo cai. A semana 4 está no meio desse bloco. Portanto, “a partir da semana 4, observa-se redução do consumo mesmo com aumento de temperatura” descreve com precisão um padrão real do gráfico e não apenas um recorte isolado. Ainda, a expressão “mesmo com” tem valor concessivo: racionalmente, esperar-se-ia que mais calor levasse a mais consumo de ração, mas a assertiva destaca que, mesmo com o aumento de temperatura, o consumo reduziu. Esse contraste é exatamente o que os dados mostram, e não indica uma causalidade universal, apenas uma observação contrária à expectativa, o que é correto. Como a assertiva não orienta a análise até o fim do período, essa informação não pode ser presumida pelo candidato.

Dessa forma, considera-se correta a assertiva II e mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Aponta-se que a expressão “custo por quilograma de peso vivo produzido” não é sinônimo técnico de “custo de produção por kg de peso vivo” (que inclui pintainho, mão de obra, energia, sanidade, depreciação etc.), tratando-se, no cálculo proposto pelo gabarito (conversão alimentar × custo da dieta), apenas do custo de alimentação por kg de ganho. Essa distinção terminológica é procedente. Entretanto, o próprio enunciado esclarece que “os tratamentos diferiram apenas quanto à estratégia de alimentação, mantendo-se constantes os demais fatores de manejo”, isto é, todos os demais componentes de custo (pintainho, mão de obra, energia, sanidade etc.) são, por definição do experimento, idênticos entre os três programas comparados. Assim, para fins de comparação relativa entre os programas – que é exatamente o que a questão exige –, o indicador obtido exclusivamente a partir da conversão alimentar e do custo da dieta é suficiente e conduz a uma única alternativa numericamente consistente com os dados apresentados, não havendo alternativa correta sob qualquer leitura alternativa das demais opções. A imprecisão terminológica identificada não compromete a objetividade da questão nem impede resposta inequívoca a partir dos dados fornecidos.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-1 E MUZ-2 – ZOOTECNIA II – SUINOCULTURA, NUTRIÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL

QUESTÃO: 22 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A alegação é de que a assertiva III (“pisos inadequados ocasionando lesões locomotoras”) não constituiria um “componente” da avaliação de bem-estar, mas um achado de não conformidade. O argumento é compreensível, mas não se sustenta diante da própria estrutura técnica adotada pela WOA: o Capítulo 7.13 do *Terrestrial Animal Health Code* organiza a avaliação de bem-estar em medidas baseadas em recursos e manejo (que incluem as condições de instalação, como o piso) e medidas baseadas no animal (que incluem lesões e claudicação como indicadores diretos). Ambas as categorias são reconhecidas como **componentes integrantes do mesmo protocolo de avaliação moderna**, e não como categorias mutuamente excludentes – a assertiva III descreve, portanto, tanto uma condição de recurso/manejo inadequada quanto seu reflexo em um indicador baseado no animal (lesão locomotora), ambos enquadrados na avaliação WOA. Da mesma forma, as assertivas I (nutrição), II (manejo) e IV (indicadores multidimensionais) também são explicitamente reconhecidas pela WOA como componentes desse protocolo. A alternativa E, portanto, permanece a única tecnicamente correta.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa ‘A’

Alega-se que o verbo “demonstra” empregado na alternativa A é mais assertivo do que o cenário descrito no enunciado permitiria sustentar – uma vez que não há, no enunciado, estimativas formais de herdabilidade, covariância ou correlação genética, apenas a observação de uma tendência fenotípica concomitante (aumento de peso/conversão e discreta redução no tamanho da leitegada). Ainda que se considere procedente a observação, esse fato não altera, contudo, o gabarito: em uma questão de “assinale a alternativa correta”, a comparação deve ser feita entre as cinco opções oferecidas, e a alternativa A continua sendo a única tecnicamente defensável frente às demais, que contêm erros graves e diretos. A alternativa B generaliza indevidamente a existência de correlação positiva “na maioria dos programas de seleção”; a C superestima o efeito do uso de VGE sobre a influência ambiental; a D propõe a interrupção do programa de seleção a partir de um único resultado, extrapolação metodologicamente injustificada; e a E inverte um fato técnico consolidado, já que a inclusão de informações de *pedigree* **augmenta**, e não reduz, a precisão das avaliações genéticas. Diante disso, a alternativa A permanece a única resposta correta dentre as apresentadas.

NÍVEL SUPERIOR**MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CARGO(S): MCH-1 – ZOOTECNIA III – BIOCLIMATOLOGIA E ANIMAIS SILVESTRES****QUESTÃO 26 – MANTIDA alternativa ‘C’.**

O recurso não procede. A questão não afirma que a capacidade térmica, isoladamente, determine de forma absoluta o atraso e a atenuação das oscilações térmicas. O próprio enunciado caracteriza um abrigo submetido a grande amplitude térmica diária, construído com material de maior capacidade térmica e espessura adequada, e pergunta qual comportamento esse sistema “tende a” apresentar.

Nesse contexto, a alternativa C descreve qualitativamente o efeito associado à maior inércia térmica da envoltória: armazenamento e liberação temporalmente distribuída de energia, com atenuação das oscilações e retardo da resposta térmica das superfícies internas, favorecendo maior estabilidade do microambiente.

É correto que, em uma análise termofísica quantitativa, o atraso térmico e a atenuação dependem do conjunto das propriedades do material e da envoltória, incluindo condutividade térmica, capacidade térmica volumétrica, difusividade e espessura. Essa consideração, contudo, não contradiz a alternativa C, pois ela não atribui tais fenômenos exclusivamente à capacidade térmica, não estabelece relação matemática necessária entre uma propriedade isolada e o desempenho da parede e tampouco solicita o cálculo do atraso térmico ou do fator de decremento.

A ressalva apresentada no recurso corresponde, portanto, a um refinamento quantitativo do fenômeno, mas não torna incorreta a tendência qualitativa descrita na alternativa C nas condições estabelecidas pelo enunciado. As demais alternativas, ao contrário, atribuem ao sistema respostas incompatíveis com a finalidade da inércia térmica, como resposta mais rápida às oscilações externas, aumento da amplitude térmica interna ou aumento da transmissão de radiação solar.

Mantém-se o gabarito: alternativa C.

QUESTÃO 33 – MANTIDA alternativa ‘A’.

O recurso não procede. O tamanho efetivo populacional é definido, em genética de populações, por referência a uma população idealizada que apresente a mesma intensidade de processos genéticos relevantes observados na população real, particularmente a taxa de deriva genética ou a taxa de aumento da endogamia. A própria redação da alternativa A utiliza a conjunção “ou”, não afirmando que as diferentes definições de tamanho efetivo sejam necessariamente idênticas em todas as estruturas populacionais. A literatura distingue, entre outras formulações, o tamanho efetivo associado à variância das frequências gênicas (*variance effective size*) e aquele associado à taxa de endogamia (*inbreeding effective size*). Essa distinção, portanto, é compatível com a redação da alternativa, e não fundamento para considerá-la incorreta. As demais alternativas confundem com tamanho censitário, número mínimo viável, número de indivíduos que efetivamente produziram descendentes ou capacidade de suporte ambiental, conceitos distintos daquele solicitado.

Mantém-se o gabarito: alternativa A.

QUESTÃO 50 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O recurso não procede. A questão estabelece expressamente, como premissa do caso apresentado, que a mesma conduta lesiva à fauna, além de gerar dano ambiental comprovado, “se enquadra como infração administrativa e como crime ambiental”. Portanto, não se solicita ao candidato determinar, a partir de fatos adicionais, se estão presentes os elementos necessários à caracterização da infração administrativa ou do crime, mas identificar a estrutura das diferentes esferas de responsabilização ambiental.

A alternativa E afirma corretamente que podem coexistir sanções penais e administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano, e distingue essa consequência da responsabilidade civil ambiental objetiva.

A eventual invocação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual a responsabilidade administrativa ambiental possui natureza subjetiva não invalida a alternativa. De fato, o STJ consolidou o entendimento de que a aplicação de penalidade administrativa ambiental exige a presença do elemento subjetivo da conduta e do respectivo nexo causal. Entretanto, a alternativa E não afirma que a responsabilidade administrativa seja objetiva. A objetividade nela mencionada refere-se expressamente à responsabilidade civil ambiental do poluidor.

Assim, a natureza subjetiva da responsabilidade administrativa e a natureza objetiva da responsabilidade civil ambiental são proposições distintas e compatíveis entre si. O argumento apresentado no recurso, embora correto quanto à primeira, não contradiz o conteúdo efetivamente expresso na alternativa E.

Mantém-se o gabarito: alternativa E.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): MCH-2 – ZOOTECNIA IV – FISIOLOGIA ANIMAL

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A justificativa exigida pela alternativa A não é a explicação do “quando” da determinação fetal, mas a explicação fisiológica da asserção I como um todo – em especial de sua segunda proposição (“pouco alterado após o nascimento”). É exatamente isso que a asserção II oferece: se o crescimento pós-natal se dá por hipertrofia das fibras já formadas, com incorporação de núcleos derivados de células satélites, e não por hiperplasia (formação de novas fibras), então não há formação de novas fibras após o nascimento – razão pela qual o número total de fibras permanece praticamente inalterado. A asserção II, portanto, é justificativa correta da asserção I, pois explica o fundamento fisiológico da verdade nela contida. Entender que há inversão da lógica ontogenética confunde justificativa com antecedência causal. A segunda asserção é justificativa correta quando fornece o fundamento que explica a primeira, ainda que descreva mecanismo que opera após o fato enunciado. A hipertrofia das fibras já existentes, sem neoformação de fibras, é precisamente a razão pela qual o número de fibras pouco se altera após o nascimento.

A literatura não indica que o crescimento pós-natal ocorra por formação de novas fibras, mas que o mecanismo é a hipertrofia das fibras já existentes, com incorporação de mionúcleos de células satélites – exatamente o conteúdo da asserção II.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘B’.

Após análise das alegações apresentadas, a Banca mantém o gabarito, não se verificando imprecisão conceitual capaz de comprometer a resolução da questão ou justificar sua anulação.

O recurso sustenta que o extrato hipofisário não poderia ser relacionado à ação do hormônio luteinizante (LH), uma vez que a hipófise contém diferentes hormônios e que a regulação reprodutiva dos teleósteos envolve a integração do eixo hipotálamo–hipófise–gônadas, com participação de GnRH, FSH, LH e esteroides gonadais. Tal consideração é correta quanto à fisiologia global do eixo reprodutivo, porém não invalida o conteúdo expresso na alternativa B.

A questão refere-se especificamente à indução hormonal da maturação final dos oócitos e da ovulação. Nos protocolos que empregam extrato hipofisário, são administradas gonadotrofinas exógenas que atuam sobre o tecido gonadal, contornando etapas centrais do eixo hipotálamo-hipofisário. Embora o extrato de hipófise seja uma preparação biológica que contenha diferentes componentes, incluindo as gonadotrofinas hipofisárias, está bem estabelecido que, na fase final do processo reprodutivo, a atividade gonadotrópica relacionada ao LH apresenta papel preponderante na estimulação das células foliculares, na produção dos esteroides indutores da maturação, na maturação final do oócito e na ovulação.

A expressão utilizada na alternativa – “mimetizando a ação do hormônio luteinizante (LH) endógeno” – deve ser compreendida em seu sentido funcional e fisiológico, isto é, como referência ao efeito gonadotrópico exercido periféricamente sobre o folículo ovariano durante a maturação final. A alternativa não afirma que o extrato hipofisário seja constituído exclusivamente por LH, tampouco que FSH, GnRH ou outros componentes do eixo não participem da fisiologia reprodutiva dos teleósteos. Assim, o recurso atribui à alternativa um caráter de exclusividade que não está presente em sua redação.

As referências mencionadas pelo próprio recorrente, ao reconhecerem a existência e a participação de FSH e LH na regulação reprodutiva, bem como a maior relevância funcional do LH nas etapas finais da maturação oocitária e da ovulação, não contradizem o fundamento fisiológico da alternativa considerada correta. A descrição integrada do eixo hipotálamo-hipófise-gônadas também não impede que, em um protocolo de indução mediante administração de hormônios hipofisários, seja reconhecida a atuação direta das gonadotrofinas sobre o ovário.

Adicionalmente, as demais alternativas apresentam incorreções fisiológicas inequívocas: o extrato hipofisário não atua primariamente por estimulação hipotalâmica de GnRH nos termos descritos na alternativa A; a temperatura exerce influência importante sobre o período de latência em peixes ectotérmicos, contrariando a alternativa C; o momento da extrusão dos gametas é relevante para sua qualidade e viabilidade, contrariando a alternativa D; e a dopamina exerce, em diversas espécies utilizadas em protocolos de reprodução induzida, ação inibitória sobre a liberação de gonadotrofinas, razão pela qual são empregados antagonistas dopaminérgicos, e não agonistas, contrariando a alternativa E.

Dessa forma, embora a alternativa B apresente de maneira sintética um mecanismo fisiológico complexo – condição inerente ao formato de questão objetiva –, a simplificação não produz erro conceitual nem gera ambiguidade capaz de resultar em mais de uma resposta correta.

Alternativa B: O extrato bruto de hipófise (EHC) contém gonadotrofinas ativas (principalmente com atividade semelhante ao LH). Ao ser injetado no animal, ele atua diretamente nos receptores das células foliculares do ovário (e nas células de Leydig/Sertoli nos machos), pulando a etapa hipotalâmica-hipofisária. Esse estímulo gonadotrópico exógeno desencadeia a síntese dos hormônios de maturação oocitária (como os progestagênios derivados), que promovem a quebra da vesícula germinativa (GVBD), a hidratação folicular e a ovulação.

Alternativa A: está incorreta porque o extrato de hipófise atua diretamente nas gônadas (efeito periférico), e o hormônio gonadotrópico chave na ovulação é o LH, não a prolactina.

Alternativa C: está incorreta porque peixes são ectotérmicos e o metabolismo da indução hormonal depende diretamente da temperatura da água (calculado em horas-grau). Alterações na temperatura mudam a velocidade das reações fisiológicas.

Alternativa D: está incorreta porque, após a ovulação, os oócitos entram rapidamente em processo de supermaturação e degeneração se não forem expelidos ou retirados (fenômeno conhecido como retenção ovular), o que reduz drasticamente as taxas de fertilização e sobrevivência embrionária.

Alternativa E: está incorreta porque a dopamina exerce um tônus inibitório (e não estimulatório) sobre a liberação de LH em muitas espécies de teleósteos.

Referência Bibliográfica utilizada:

BALDISSEROTTO, Bernardo. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2025.

KUBITZA, Fernando. Reprodução, larvicultura e produção de alevinos de peixes nativos. 1ª ed. Editora Kubitza, 2017.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): CDM-1 – ADMINISTRAÇÃO

QUESTÃO: 23 – MANTIDA alternativa 'B'.

O comando pede a leitura “mais adequada” dos dados, e a alternativa B é a única compatível com eles.

Quanto à autosseleção, o enunciado descreve coleta voluntária divulgada apenas no perfil da cafeteria em rede social. Esse é um procedimento não probabilístico típico, sujeito a viés de seleção (Malhotra, 2019). A Tabela 1 fornece o parâmetro de comparação: a base de clientes cadastrados. A composição da amostra se afasta claramente dela. A faixa de 18 a 29 anos representa 46% dos respondentes e 19% da base, e a faixa de 60 anos ou mais, 6% contra 22%. A distorção de perfil é, portanto, constatada nos dados, e não presumida. A atribuição ao canal decorre do próprio desenho descrito.

Quanto à dispersão, a alternativa usa o verbo “sugere”, que expressa hipótese interpretativa e não conclusão categórica. Desvios-padrão de 1,3 e 1,4 numa escala de 1 a 5, com médias próximas do ponto central, indicam respostas distribuídas nos extremos. Isso recomenda investigar subgrupos antes de qualquer decisão sobre preço e horário.

As demais alternativas são objetivamente incorretas. A alternativa A é falsa já na premissa: a média do atributo horário (2,8) está abaixo do ponto central da escala (3). Aumentar o número de respostas pelo mesmo canal não corrige viés de seleção (C). Dispersão não indica, por si, falha do instrumento (D). O tamanho da amostra não a torna probabilística (E).

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'A'.

Na 1ª lacuna, a venda restrita a um conjunto de estabelecimentos especializados, no plural (“farmácias de manipulação e lojas especializadas”), caracteriza distribuição seletiva. Segundo Kotler e Keller (2018), a distribuição exclusiva pressupõe número muito limitado de intermediários com direitos de exclusividade no território. É o caso do “único distribuidor por estado” descrito na questão 27. Longe de gerar ambiguidade, o confronto entre as duas questões confirma a distinção.

Na 2ª lacuna, o enunciado descreve preço permanentemente superior ao da concorrência, sustentado pela percepção de qualidade e pela origem. Isso é estratégia de preço *premium*, que associa alta qualidade a preço alto. O preço de desnatamento pressupõe preço inicial elevado seguido de reduções programadas no tempo, justamente o elemento presente na questão 27 (“reduções graduais”) e ausente na 26. Além disso, nenhuma alternativa da questão contém “desnatamento”. A única opção à expressão “*premium*” é “de penetração”, que contraria frontalmente o caso.

Na 3ª lacuna, variantes do mesmo produto para diferentes tipos de pele ampliam a profundidade da linha, que corresponde ao número de versões de cada produto.

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa 'D'.

A 2ª parte é incorreta. Fleury e Fleury definem competência como um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades. A noção de competência como estoque de conhecimentos é justamente a que os autores superam.

A 3ª parte expressa a tese central da obra indicada. A organização define sua estratégia e as competências necessárias para implementá-la, sem ordem de precedência, num círculo em que uma alimenta a outra. A ideia de que as competências constituídas delimitam as opções estratégicas viáveis é a outra face dessa reciprocidade. Afirmar que o repertório atual delimita o que é viável no momento não exclui o desenvolvimento de novas competências, que a própria sentença prevê (“a estratégia orienta quais competências devem ser desenvolvidas”).

A 1ª parte é compatível com a abordagem dos autores, que vinculam a gestão de pessoas, inclusive captação e desenvolvimento, às competências requeridas pela estratégia. A existência da mesma formulação em outros autores (Brandão e Bahry, 2005) não a torna contrária a Fleury e Fleury. O comando exige julgar as partes à luz da obra, e nada na 1ª parte contradiz os autores.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A Figura 1 identifica as séries por padrões de preenchimento claramente distintos, hachurado diagonal e pontilhado, com legenda explícita. Cada barra traz o valor numérico ao lado, e a ordem das séries se mantém constante em todos os indicadores. O recurso limita-se a afirmar a possibilidade abstrata de falha de impressão, sem apontar defeito concreto em nenhum exemplar aplicado. Ademais, as instruções do caderno de provas orientavam o candidato a verificar o material ao recebê-lo e a comunicar imediatamente ao fiscal de sala qualquer irregularidade.

Na leitura correta, a marca regional supera a nacional em lembrança espontânea (78 contra 71) e reconhecimento auxiliado (91 contra 88). Ela fica muito abaixo em associações favoráveis e exclusivas (34 contra 76), disposição a pagar preço superior (28 contra 69) e intenção de recomendar (41 contra 74). Isso caracteriza bom conhecimento de marca com imagem frágil, conforme a alternativa C.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A primeira assertiva reproduz duas proposições presentes em Kotler e Keller (2018). O preço é o único elemento do composto que produz receita, enquanto os demais geram custos. Os autores também tratam das inferências preço-qualidade, reconhecendo que o preço funciona como indicador da qualidade percebida.

A assertiva afirma que o preço atua “também como sinalizador”, ou seja, descreve uma função que o preço desempenha. Ela não afirma que ele sinaliza qualidade em toda e qualquer compra. Não há generalização indevida.

A sequência correta é V – V – F – V. A terceira assertiva é falsa, pois nenhuma variável do composto corrige isoladamente as demais, conforme o próprio enunciado da questão.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A assertiva III é formulada em termos de tendência (“tende a assegurar”, “favorecendo a precisão”), e não de garantia absoluta. Ela está de acordo com Malhotra (2019): a amostragem estratificada assegura a inclusão das subpopulações relevantes e aumenta a precisão das estimativas quando os estratos são internamente homogêneos e heterogêneos entre si. Município de residência e escola de origem são variáveis pertinentes para estudo de demanda por curso técnico. A seleção aleatória dentro dos estratos integra a própria definição da técnica e não precisava ser explicitada.

A assertiva I está correta, pois a definição do problema antecede e orienta o desenho da pesquisa. A assertiva II está incorreta, pois dados secundários são fonte legítima, de menor custo, e devem ser avaliados, e não descartados.

QUESTÃO: 39 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A questão está compreendida no item 7 do conteúdo programático, “Arquitetura de Sistemas de Trabalho de Alto Desempenho”. O conceito de arquitetura organizacional, conforme Nadler, Gerstein e Shaw (1994), designa o desenho integrado dos componentes da organização. Entre eles está a estrutura formal, entendida como a forma de agrupar unidades e pessoas e de estabelecer os mecanismos de ligação entre elas. Os sistemas de trabalho de alto desempenho não são concebidos à margem desse desenho. Ao contrário, pressupõem decisões explícitas sobre como organizar as equipes, a quem elas se reportam e como a especialização das áreas se concilia com a integração exigida pelo trabalho. Não se desenha um sistema de trabalho sem definir a configuração estrutural que o sustenta. Por isso, a estrutura formal é componente da própria arquitetura do sistema, e não matéria alheia a ela.

O enunciado da questão 39 situa-se exatamente nesse ponto. Ele descreve uma unidade multiprofissional permanente, formada por servidores de diferentes áreas e campi, criada para conduzir projetos de forma integrada. Equipes multifuncionais orientadas a resultados completos são arranjo característico dos sistemas de trabalho de alto desempenho. O enunciado explicita ainda o problema central de desenho que a arquitetura busca resolver: “preservar a especialização das áreas sem prejudicar a integração exigida pelos projetos”. A estrutura matricial é a solução de desenho que responde a esse problema, pois combina o agrupamento por especialidade com a vinculação simultânea a uma coordenação integradora. Identificá-la exige compreender a lógica de agrupamento e ligação que fundamenta a arquitetura organizacional.

As questões 31 e 39 abordam dimensões complementares do mesmo tópico. A questão 31 trata da congruência entre os componentes da arquitetura na implantação de um sistema de trabalho de alto desempenho. A questão 39 trata do componente estrutural desse desenho. O fato de a questão 31 enfatizar outros elementos não restringe o tópico a eles.

O fato de as tipologias estruturais também serem estudadas em outras áreas da Administração não as exclui do item 7, porque um mesmo conceito pode integrar mais de um campo do conhecimento. Além disso, o conteúdo programático delimita temas, e não enumera exaustivamente cada conceito exigível dentro deles.

Cabe à banca cobrar os conceitos inerentes ao tema previsto, como ocorre com a estrutura no âmbito da arquitetura organizacional. Não há, portanto, extrapolação do edital, e fica atendido o item 6.7 do Edital.

A situação descrita apresenta os elementos definidores da estrutura matricial: integrantes que permanecem vinculados às unidades de origem, especializadas, e respondem simultaneamente ao coordenador da nova estrutura, orientada a projetos. As demais alternativas não correspondem ao caso:

A estrutura funcional clássica não prevê dupla vinculação.

A estrutura divisional agrupa por produto, com autoridade única.

A estrutura em rede articula organizações ou unidades autônomas por vínculos contratuais ou de parceria.

A estrutura linha-staff distingue autoridade de comando e assessoria, sem dupla subordinação.

QUESTÃO: 40 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O enunciado fornece o critério de classificação da 2ª lacuna: a trilha é “centrada na carreira de cada participante e não na atividade que ele desempenha hoje”. Essa é a distinção clássica entre treinamento, orientado ao cargo atual e ao curto prazo, e desenvolvimento, orientado à carreira e a funções futuras (Chiavenato, 2014). Educação corporativa não é uma categoria alternativa para classificar uma ação individual. Trata-se de um sistema institucional de gestão da aprendizagem, alinhado às competências organizacionais e às estratégias da organização (Eboli, 2004), dentro do qual ações de treinamento e de desenvolvimento podem ser ofertadas. Classificar a trilha individual como “educação corporativa” confundiria a ação com o sistema que eventualmente a abriga.

A 1ª lacuna (treinamento, voltado ao sistema recém-implantado) e a 3ª (nível de comportamento, correspondente à aplicação no trabalho segundo Kirkpatrick) reforçam a alternativa E.

QUESTÃO: 41 – MANTIDA alternativa ‘B’.

O comando pede a leitura “mais adequada” do cenário. A alternativa B contrapõe mídia própria, cujo ativo, conteúdo, estrutura e otimização são geridos pela instituição, a perfis em ambiente de terceiros, sujeitos a regras alheias. Essa é a distinção fundamental da tipologia de mídias própria, paga e conquistada.

A expressão “desempenho controlado” deve ser lida nesse contraste. O próprio enunciado informa que as páginas foram “otimizadas para busca”, ou seja, a instituição atuou sobre as alavancas de desempenho do canal. O caráter “acumulado ao longo do tempo” corresponde ao crescimento constante relatado. A alternativa não afirma controle absoluto sobre algoritmos de busca.

As demais alternativas são objetivamente incorretas: tomam alcance como indicador superior, atribuem a oscilação a erro de configuração, atribuem o crescimento ao acaso ou recomendam abandonar o canal próprio.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘A’.

As três características descrevem o preço de valor percebido conforme Kotler e Keller (2018).

A primeira é o preço referenciado ao desempenho superior da oferta frente à alternativa disponível. É o exemplo clássico da obra, em que o preço de um trator se compõe do preço do equivalente concorrente acrescido de prêmios por durabilidade, confiabilidade e serviço.

A segunda é a necessidade de demonstrar, de forma verificável, o valor entregue. Os autores destacam que a empresa precisa comunicar e comprovar esse valor, sobretudo em mercados organizacionais.

A terceira é a lógica em que os custos fixam o piso e a percepção de valor pelo cliente fixa o teto.

A demonstração de ganhos econômicos mensuráveis é uma forma de evidenciar o valor percebido, e não um conceito distinto dele. Nenhuma das demais alternativas se aplica ao caso.

QUESTÃO: 46 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O enunciado refere-se à tipologia “apresentada por Chiavenato (2014)”, e não criada por ele. Em *Gestão de Pessoas*, o autor apresenta os papéis da área de gestão de pessoas com base no modelo de Ulrich: administração de estratégias de RH, administração da infraestrutura da empresa, administração da contribuição dos funcionários e administração da transformação e da mudança. Para cada papel, ele indica foco, atividade e resultado esperado.

A descrição do enunciado reproduz o papel de administração da contribuição dos funcionários, com foco no cotidiano e nas pessoas e resultado de maior envolvimento e capacitação. Não há imprecisão de atribuição, pois a tipologia consta da obra indicada, com a devida referência à sua origem.

QUESTÃO: 47 – MANTIDA alternativa ‘B’.

O enunciado define de forma explícita o problema cobrado: pergunta que aborda dois temas simultaneamente e exige resposta única. Malhotra (2019) orienta que se evitem perguntas que tentam abranger duas questões

ao mesmo tempo, pois confundem o respondente e produzem respostas ambíguas, recomendando seu desdobramento em itens distintos. Em língua portuguesa, essa falha, correspondente à *double-barreled question*, recebe diferentes denominações, entre elas pergunta de duplo sentido. A variação terminológica não torna o item ambíguo, porque o conceito exigido está definido no próprio enunciado e nenhuma outra alternativa oferece denominação compatível com ele.

As alternativas concorrentes não disputam esse conceito. “Única” não designa falha de formulação, e “dicotômica” refere-se ao formato de resposta com duas opções. Os próprios recorrentes reconhecem que funil e pré-teste preenchem corretamente as demais lacunas. A alternativa B é, assim, a única integralmente compatível com o enunciado.

QUESTÃO: 48 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A asserção I tem formulação comparativa (“predominante”, “mais relevante”), e não absoluta. Ela está de acordo com Kotler e Keller (2018): profissionais de marketing organizacional tendem a investir comparativamente mais em venda pessoal, e os de mercados de consumo, mais em propaganda e promoção. Não há conversão de tendência em regra geral. A asserção II é verdadeira e explica a I. O núcleo da asserção I é que o tipo de mercado condiciona o mix promocional. A II apresenta as características das transações organizacionais que tornam a interação pessoal necessária: alto valor unitário, ciclo longo e múltiplos agentes. A maior relevância da propaganda nos mercados de consumo decorre do contraste com esses mesmos atributos, já que compras de menor valor, decisão mais simples e grande número de compradores favorecem a comunicação impessoal e massiva. A relação de justificativa não exige que a asserção II enuncie separadamente cada termo da comparação.

QUESTÃO: 50 – MANTIDA alternativa ‘D’.

O recurso não procede. A questão está compreendida no item 3 do conteúdo programático, Gestão Estratégica de Marcas. Na literatura de referência do tema, o posicionamento de marca parte da definição do mercado-alvo. Essa definição exige segmentar o mercado com base em critérios demográficos, psicográficos e comportamentais, e depois selecionar os segmentos a atender. Segmentação, mercado-alvo e posicionamento são, portanto, conceitos constitutivos da gestão estratégica de marcas, e não matéria autônoma alheia ao programa.

Kotler e Keller (2018), obra integrante da bibliografia do edital, tratam esses conceitos como fundamentos do posicionamento da marca. A alternativa a ser identificada como incorreta trata justamente de posicionamento, conceito nuclear do item 3. O tema também se articula com o item 1, pois as decisões do mix implementam o posicionamento no mercado-alvo, como cobrado nas questões 21 e 26. Articula-se ainda com o item 4, já que a segmentação da base orienta as ações de automação, como cobrado na questão 25.

A alternativa D está incorreta porque atribui ao posicionamento a definição de segmentação de mercado. Posicionamento é a ação de projetar a oferta e a imagem da empresa para ocupar lugar diferenciado na mente do público-alvo. As demais alternativas apresentam definições corretas.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-2, MCH-3 E MUZ-3 – INFORMÁTICA

QUESTÃO: 22 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O cenário 1 é a própria definição de reuso de objetos e funções. Sommerville (*Engenharia de Software*, 10. ed., Cap. 15, p. 410): “Componentes de software que implementam uma única função – como uma função matemática – ou uma classe de objeto podem ser reusados. [...] As classes e as funções nessas bibliotecas são reusadas quando vinculadas ao código da aplicação recém-desenvolvida” *sin*, *cos* e *matrix_multiply* são o próprio exemplo do autor.

No original em inglês (10th ed., p. 438), o item 4 é “Software components that implement a single function [...] may be reused” (em tradução livre: “componentes de software que implementam uma única função [...] podem ser reusados”).

Biblioteca vinculada ao código não é componente. Fig 15.3 (p. 412) lista “Bibliotecas de programas” e “Engenharia de software baseada em componentes” como técnicas distintas. Fig 15.4: “Bibliotecas de programa: bibliotecas de classes e de funções [...] disponíveis para reuso” contra “Engenharia de software baseada em componentes: sistemas [...] integrando componentes [...] que se adaptam aos padrões de modelo de componentes”. Essa adaptação exige identificador único, metadados de interface e middleware (Cap. 16, p. 441-443). Nada disso está em jogo ao vincular uma biblioteca ao código. “Os componentes e as classes não são a mesma coisa [...] os componentes podem ser implantados de maneira independente, não definem tipos, independem da linguagem de programação e se baseiam em um modelo de componentes padrão” (p. 441). Pressman: componente é “parte modular, possível de ser implantada e substituível” (p. 258). Ter API e ser distribuída como .jar, .dll ou .whl é próprio de qualquer biblioteca, não a torna componente. Delamaro, Maldonado e Jino confirmam: “Reuso em programação OO, em geral, representa reuso de bibliotecas de classes considerando uma linguagem de programação específica. Componentes de software podem ser reutilizados sem conhecimento da linguagem de programação ou ambiente no qual foram desenvolvidos” (Cap. 6, p. 165). A biblioteca do enunciado é o primeiro caso. Szyperski: “pode ser implantado de modo independente e está sujeito à composição por terceiros” (p. 438). A biblioteca vinculada ao código não cumpre essa condição.

O cenário 2 é o próprio exemplo de Sommerville para componentes (p. 410): “um sistema de reconhecimento de padrões desenvolvido como parte de um sistema de processamento de texto pode ser reusado em um sistema de gerenciamento de banco de dados.” Uma inversão exigiria que a biblioteca do cenário 1 fosse componente, o que Szyperski (acima) descarta.

Referências: SOMMERVILLE, I. *Engenharia de Software*. 10. ed. Pearson, 2019, pp. 410, 412, 435-443; *Software Engineering*, 10th ed., p. 438. PRESSMAN, R. S. *Engenharia de Software*. 7. ed., p. 258. DELAMARO, M. E.; MALDONADO, J. C.; JINO, M. *Introdução ao Teste de Software*. Campus/Elsevier, 2007. Cap. 6, p. 165.

QUESTÃO: 30 – ANULADA.

Após reexame técnico da questão, dos recursos interpostos e da documentação oficial do protocolo, verifica-se a procedência das alegações.

A especificação do Model Context Protocol passou por alteração estrutural e incompatível com as versões anteriores na revisão publicada em 28/07/2026, que transformou o protocolo de bidirecional com estado para request/response sem estado, removendo a negociação inicial (initialize/initialized), as sessões em nível de protocolo e o cabeçalho Mcp-Session-Id, e passando a transportar a versão do protocolo e as capacidades do cliente no campo _meta de cada requisição.

Dessa forma, sob as revisões anteriores à 2026-07-28, vigentes e ainda suportadas oficialmente pelos SDKs, as assertivas I e II descrevem comportamento inexistente, conduzindo à alternativa E. Sob a revisão 2026-07-28, as assertivas são verdadeiras, conduzindo à alternativa A. Constata-se, portanto, a existência de duas respostas igualmente defensáveis, ambas calcadas em documentação oficial vigente e acessível, conforme a versão considerada.

Dessa forma, reconhece-se que a questão não comporta resposta única e objetiva, sendo insanável a ambiguidade apontada.

Ante o exposto, a banca examinadora dá provimento para anulação da questão.

QUESTÃO: 32 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A alternativa A não menciona histograma perfeitamente plano, e sim um que “tenda” a ocupar toda a faixa dinâmica, “de forma mais uniforme”, nas palavras de Gonzalez e Woods (*Digital Image Processing*, 4. ed., §3.3): uma imagem cujos pixels “tend to occupy the entire range of possible intensity levels and, in addition, tend to be distributed uniformly, will have an appearance of high contrast” (em tradução livre: “tendem a ocupar toda a faixa e a ser distribuídos uniformemente, terá aparência de alto contraste”), com “the general tendency to spread the histogram [...] so that the intensity levels of the equalized image span a wider range [...]”. The net result is contrast enhancement” (em tradução livre: “a tendência geral de espalhar o histograma [...] de modo que os níveis abranjam uma faixa mais ampla [...]. O resultado é aumento de contraste”), como no enunciado (“aumentando visivelmente o contraste da imagem”). O Exemplo 3.5 trata como equalizado um resultado com “only five distinct intensity levels” e a obra prova, para essa mesma equação, que ela satisfaz “the range of output intensities is the same as the input” (em tradução livre: “a faixa de intensidades de saída é a mesma da entrada”).

A Eq. 3-15, usada por equalizeHist(), é a soma acumulada do histograma escalada para a faixa de saída. “satisfies conditions (a) and (b) stated previously in this section” (em tradução livre: “satisfaz as condições (a)

e (b) estabelecidas anteriormente nesta seção”) – a condição (b) sendo precisamente que a faixa de saída ocupe toda a faixa de entrada.

A uniformidade de que a obra trata é da distribuição *acumulada*, e não da contagem de cada um dos 256 níveis possíveis. O Exemplo 3.5 com cinco níveis distintos e lacunas entre eles é chamado de “the equalized histogram”. A entropia de Shannon de um histograma depende só das alturas das barras, não da posição delas no eixo de intensidade, de modo que reatribuir os mesmos níveis a quaisquer posições de 0 a 255 não muda a entropia em nada, ignorando se a imagem ocupa uma faixa estreita ou a faixa inteira, o que A afirma. A documentação oficial do OpenCV diz que a função “normalizes the brightness and increases the contrast of the image” (em tradução livre: “normaliza o brilho e aumenta o contraste da imagem”); a do MathWorks (histeq) descreve o histograma de saída, sem histograma de referência, como “approximately flat” (em tradução livre: “aproximadamente plano”). Nenhuma das alternativas restantes descreve esse efeito: B (GaussianBlur) suaviza, não redistribui pela faixa; C (Canny) e D (threshold) produzem imagem binária, com dois níveis; E (cvtColor) converte espaço de cor, sem tocar no histograma. Uma única alternativa correta (item 6.7). Mantém-se o gabarito.

Referências: GONZALEZ, R. C.; WOODS, R. E. *Digital Image Processing*. 4. ed., §3.3 (Eqs. 3-11 a 3-15), Exemplo 3.5. OpenCV, cv::equalizeHist. MathWorks, histeq.

QUESTÃO: 37 – MANTIDA alternativa ‘C’.

A solução de Peterson não sustenta E. Silberschatz, Galvin e Gagne (*Fundamentos de Sistemas Operacionais*, 9. ed., §5.3) afirmam que “não há garantias de que a solução de Peterson funcione corretamente” em arquiteturas modernas, e repetem, na seção seguinte, que soluções em software como essa “não dão garantia de funcionar em arquiteturas de computador modernas”. A obra nega a garantia sem nenhuma condição de modelo de memória; “garantida” é exatamente a palavra que a alternativa E usa. Peterson, além disso, “se restringe a dois processos” (§5.3), e o semáforo do enunciado tem fila sem esse limite.

A alternativa C está certa porque, mesmo eliminando a espera em ação do processo que aguarda o recurso, a atualização do valor do semáforo continua exigindo uma instrução atômica. Silberschatz descreve a implementação do enunciado em §5.6.2: semáforo com fila de espera, em que wait() bloqueia o processo e signal() o libera e, tratando dela, afirma que a seção crítica das operações wait() e signal() continua existindo e continua exigindo proteção. Para multiprocessadores, a exigência é direta: “sistemas SMP devem fornecer técnicas alternativas de uso do lock [...] para assegurar que wait() e signal() sejam executadas atomicamente.” (como em C). A alternativa E, ao contrário, afirma que qualquer solução em software basta, sem depender de instrução especial de hardware.

“Instrução atômica de hardware” tem definição precisa e convergente: Silberschatz cita test_and_set() e compare_and_swap(); Tanenbaum e Bos citam as instruções TSL e XCHG; Patterson e Hennessy definem: “hardware primitives with the ability to atomically read and modify a memory location” (em tradução livre: “primitivas de hardware capazes de ler e modificar atomicamente uma posição de memória”).

B trata semáforo de contagem e binário como idênticos, mas Silberschatz distingue os domínios de cada um (§5.6.1). D chama o mutex de variante que preserva a contagem, quando é o oposto. Tanenbaum: “uma versão simplificada [...] usada quando a capacidade do semáforo de fazer contagem não é necessária”. A desabilita interrupções em um só processador, insuficiente em multiprocessador. Silberschatz: “devem ser desabilitadas em cada processador”. Mantém-se o gabarito.

Referências: SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. *Fundamentos de Sistemas Operacionais*. 9. ed., §§5.3-5.6. TANENBAUM; BOS. *Sistemas Operacionais Modernos*. 4. ed., p. 91. PATTERSON; HENNESSY. *Computer Organization and Design*. 5. ed., p. 121.

QUESTÃO: 41 – MANTIDA alternativa ‘D’.

Silberschatz, Galvin e Gagne (Cap. 7, Fig. 7.3): ciclo $P1 \rightarrow R1 \rightarrow P3 \rightarrow R2 \rightarrow P1$, com P4 fora do ciclo, dono de uma instância de R2, sem esperar por nada. A conclusão do livro: “não há deadlock. Observe que o processo P4 pode liberar sua instância do tipo de recurso R2. Esse recurso pode então ser alocado a P3, rompendo o ciclo”, não mencionando P4 terminar. É a mesma estrutura do enunciado.

Tanenbaum e Bos descrevem o algoritmo de detecção com múltiplos recursos: marca-se qualquer processo cuja solicitação seja atendível; “o processo escolhido é então executado até ser concluído [...] Se todos os processos são, em última análise, capazes de serem executados até a sua conclusão, nenhum deles está em situação de impasse”. Aplicado aqui: P3 não pede nada e é marcado primeiro; X volta, e P2 é marcado; X e Y voltam, e P1 é marcado.

O laço infinito de P3 é hipótese externa ao grafo, que só indica posse e espera correntes (§7.2.2), não um comportamento futuro. Deadlock é “cada processo do conjunto está esperando por um evento que pode ser causado apenas por outro processo no conjunto” (§7.1), e P3 não espera por nada.

A alternativa A restringe o impasse aos processos do ciclo, e P3 não está nele. B trata “ciclo = impasse” como regra geral, mas isso só vale com uma instância por recurso. C generaliza que ter mais de uma instância já basta, refutado em 7.1-7.2. R2 também tem duas instâncias e, ainda assim, “os processos P1, P2 e P3 estão em deadlock”, porque nenhuma das duas está livre. Não basta ter mais de uma instância, é preciso ver se alguma está livre (como em D). A alternativa E recorre ao algoritmo do banqueiro, que decide sobre solicitações futuras, não sobre grafo já formado (§7.5.3.2).

Referências: SILBERSCHATZ; GALVIN; GAGNE. *Fundamentos de Sistemas Operacionais*. 9. ed., Cap. 7 (§§7.1, 7.2.2, 7.5.3.2; Figs. 7.1-7.3). TANENBAUM; BOS. *Sistemas Operacionais Modernos*. 4. ed., detecção de impasses com múltiplos recursos.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A Asserção I fala em configuração **declarativa** sobre ambiente **já provisionado**. Glossário do Ansible: “Declarative: An approach [...] that uses a description of the final state rather than a description of the sequence of steps [...]. Ansible's Resources are declarative.” O guia de módulos nomeia o caso: “Avoid action/command, they are imperative and not declarative”, e trata idempotência (“Strive for a consistent final state (aka idempotency)”) como meta dos módulos declarativos, aceitando documentar quando não for possível. command, shell, raw e script, que só evitam repetição com creates/removes, estão fora dessa categoria; não contradizem a asserção, confirmam que ela é sobre outra coisa.

No Terraform, a página “State Purpose”: “Terraform expects that each remote object is bound to only one resource instance in the configuration [...]. Terraform can guarantee a one-to-one mapping when it creates objects and records their identities in the state.” Reaplicar a mesma configuração sobre ambiente já provisionado é exatamente esse caso: objetos que ela própria criou e registrou. Um recurso preexistente que ela nunca gerenciou é outra situação, por isso o import exige mapear manualmente cada objeto a uma única instância.

A Asserção II vale para as duas ferramentas: fala em comparar “estado desejado” a “estado atual da infraestrutura”, não em arquivo de estado. Terraform compara configuração, estado registrado e objetos remotos; os módulos declarativos do Ansible verificam o recurso na execução – mecanismos diferentes, mesma lógica, e é essa lógica que justifica I: comparar e agir só na diferença é o que evita duplicar.

Morris (*Infrastructure as Code*, 2. ed., Cap. 4) dá como exemplo de script NÃO idempotente `echo >> /etc/passwd`: “If you run it ten times, you'll end up with ten identical entries for this same user”. É o mesmo comportamento atribuído a command sem creates/removes. Contra esse mesmo exemplo, a ferramenta declarativa: “No matter how many times you run the tool with this code, it will ensure that only one entry exists [...]. The tool also checks the current attributes of infrastructure against what is declared, and works out what changes to make”.

Referências: ANSIBLE. Glossary (“Declarative”); Developer Guide, “Conventions, tips, and pitfalls”. HASHICORP. Terraform, “State Purpose”. MORRIS, K. *Infrastructure as Code*. 2. ed. O'Reilly, 2020. Cap. 4.

QUESTÃO: 46 – MANTIDA alternativa ‘E’.

Três das quatro associações já são determinadas: “imread() retorna None” (1→1), “VideoCapture com caminho de arquivo lê do vídeo” (4→2), “isOpened() retorna False sem câmera” (3→4). A sequência 1–4–2–3 decorre delas por eliminação. Sobra a situação 2 (imshow() sem waitKey()) e a consequência 3 (“imagem não exibida”). As duas últimas com apoio em Howse e Minichino (*Learning OpenCV 4*, Cap. 2, pp. 36-37).

A ressalva “unless HighGUI is used within an environment that takes care of event processing” não vem da função imshow(), cuja documentação é incondicional: “Otherwise, it won't display the image and the window might lock up.” Um segundo tutorial independente confirma sem ressalva: “we need to call the cv2.waitKey function to keep the window opened until a key is pressed” (PylmageSearch), caso do cenário do enunciado com script Python padrão, sem framework de GUI externo.

Howse e Minichino (p. 38) explicam a quem “vem de outro framework de GUI” que não é convenção de código: “in OpenCV, the window is drawn (or re-drawn) only when you call another function, waitKey”, porque essa função “pumps the window's event queue.” A mesma obra fecha a lacuna: “OpenCV windows are only updated when waitKey is called” (em tradução livre: “as janelas do OpenCV só são atualizadas quando waitKey é chamada”). Sem essa chamada, a janela nunca chega a ser desenhada. Só E satisfaz as quatro associações.

Referências: HOWSE, J.; MINICHINO, J. *Learning OpenCV 4 Computer Vision with Python 3*. 3. ed. Packt, 2020, Cap. 2, pp. 35-39. OpenCV 4.x, cv::imshow e HighGUI. PYIMAGESEARCH (ROSEBROCK, A.). OpenCV Load Image (cv2.imread).

QUESTÃO: 48 – MANTIDA alternativa ‘C’.

O enunciado menciona que as regras “seguem a mesma classificação formalizada pelo padrão ISO/IEC 9899 da linguagem C” – norma C99 (aqui, na revisão TC3). Isso já afasta qualquer interpretação baseada em C++11 em diante, module linkage ou namespace anônimo: são conceitos de outra norma, que o próprio enunciado não invoca. Dito isso, a comparação com C é correta: o modelo de três categorias vem de C. Nessa norma (WG14/N1256, §6.2.2): situação 1 (fora de bloco, sem static), p. 31, “its linkage is external”; situação 2 (com static), p. 30, “internal linkage”; situação 3 (em bloco, com static), p. 31, “no linkage”. Essa norma não conhece module linkage nem namespace anônimo. Testadas contra ela, quatro das cinco alternativas se contradizem diretamente com o texto.

Considerando C++, a regra geral também cobre a situação 1. cppreference: “Any of the following names declared at namespace scope have external linkage, unless they are declared in an unnamed namespace or their declarations are attached to a named module and are not exported (since C++20).” No C++20 (N4861, §6.6, p. 51): sem estar “attached to a named module”, a regra cai em “otherwise, the name has external linkage.” Chegar à exceção do módulo exige module M;, que o enunciado não tem.

Namespace anônimo é outro construto, tratado à parte. Prata (p. 461) descreve o modelo clássico: “To create a static duration variable with external linkage, you declare it outside any block. [...] with internal linkage, [...] outside any block and use the static [...] modifier. [...] with no linkage, you declare it inside a block” – as três situações do enunciado, sem namespace nem módulo. Também chama essa tabela de “pre-namespace era” e trata o namespace anônimo como alternativa posterior; Loudon o chama de “a better way”. “Fora de qualquer bloco” continua correto: bloco é a instrução composta (N4861, §8.4, p. 147), e namespace não é bloco.

Em rascunho do WG21 anterior ao C++11 (N1905, 2005, §3.5), a lista de vinculação interna não inclui namespace anônimo, e a externa cobre “an object or reference, unless it has internal linkage” – sem essa exceção. A exceção ali é outra, para o namespace como construto: “a namespace, unless it is declared within an unnamed namespace”. Isso porque o próprio rascunho define o namespace anônimo como abreviação de um namespace nomeado único importado por using – por isso a nota 87 confirma que “entities in an unnamed namespace might have external linkage”, só que “efetivamente qualificadas” a ponto de nunca serem vistas de fora. cppreference: “even ones explicitly declared extern, have internal linkage (since C++11)”. Uma variável comum, fora de bloco, sem static, tem vinculação externa do C++98 ao C++23, sem sintaxe adicional.

Referências: ISO/IEC 9899:TC3 (WG14/N1256), §6.2.2, pp. 30-31. ISO/IEC 14882:2020 (N4861), §6.6, p. 51, e §8.4, p. 147. WG21 N1905 (2005), §3.5, pp. 48-49, e §7.3.1.1, p. 132. cppreference.com, “Storage duration”. PRATA, S. *C++ Primer Plus*. 6. ed., pp. 461 e 491-492. LOUDON, K. *C++ Pocket Reference*. O'Reilly, pp. 55-56 e 68.

QUESTÃO: 49 – MANTIDA alternativa ‘E’.

O item 1 (CoAP) é concedido. O item 2 é exclusivo do MQTT: “exige” transporte confiável e ordenado “para funcionar corretamente”: dependência formal. O Abstract do MQTT 5.0 (OASIS): “The protocol runs over TCP/IP, or over other network protocols that provide ordered, lossless, bi-directional connections.” O HTTP só *costuma* usar TCP: Tanenbaum e Wetherall (p. 430) dizem que a conexão TCP é o modo habitual “embora esse procedimento não seja exigido formalmente”, tratando isso como conveniência; o HTTP/3, aliás, roda sobre UDP (p. 426).

O item 3 já é exclusivo do HTTP pela sua primeira cláusula, “amplamente usado na web tradicional”, e não só pelo overhead. MQTT e CoAP são protocolos especializados em IoT (RFC 7252: “a specialized web transfer protocol for use with constrained nodes”). Fechados os itens 1 e 2, o 3 só pode ser o HTTP.

Referências: OASIS. *MQTT Version 5.0*. IETF. RFC 7252 (CoAP). TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. *Redes de Computadores*. 6. ed., pp. 426 e 430.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-4 – BIOLOGIA II

QUESTÃO: 21 – MANTIDA alternativa 'D'.

Livro: CARVALHO, Ismar de Souza (Org.) **Paleontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. (Vol. 1 e 2).

GABARITO: D

O conjunto das características apresentadas no enunciado permitem interpretar que os restos sofreram processos de movimentação e retrabalhamento antes do soterramento final. A presença de elementos desarticulados e fragmentados, com marcas de desgaste mecânico e orientação preferencial de alguns ossos, em associação com depósitos arenosos **é compatível com essa interpretação**. Cabe destacar que a alternativa do gabarito (**D**) não afirma que o transporte ou a contribuição alóctone estejam comprovados de forma absoluta. As expressões “sugere” e “possível contribuição alóctone” indicam justamente uma interpretação baseada no conjunto das evidências, conforme a abordagem apresentada em Carvalho (2010).

A alegação de que características como desarticulação, fragmentação, desgaste mecânico e orientação dos ossos, consideradas isoladamente, não permitem afirmar de maneira definitiva que houve transporte dos restos não torna a alternativa D incorreta, uma vez que a questão apresenta essas características em conjunto, e é justamente **essa associação que deve ser considerada na interpretação tafonômica**. A presença de orientação preferencial de alguns ossos, juntamente com fragmentação e desgaste mecânico, em um depósito arenoso, permite **sugerir** a atuação de processos de movimentação e retrabalhamento antes do soterramento. Também não há outra alternativa que possa substituir a D. A alternativa C, por exemplo, atribui a fragmentação e a orientação preferencial à diagênese e afirma que essas características impediriam a interpretação de processos anteriores ao soterramento, o que não corresponde à análise tafonômica. As demais alternativas apresentam igualmente afirmações incompatíveis com os dados e conceitos envolvidos. Dessa forma, o recurso traz uma ressalva importante sobre os limites das interpretações tafonômicas, mas **essa ressalva já é contemplada pela própria redação da alternativa D**, que utiliza uma linguagem de possibilidade e não de certeza.

Face ao exposto, mantém-se a questão.

QUESTÃO: 24 – MANTIDA alternativa 'E'.

LIVRO: EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. Raven | **Biologia Vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GABARITO: E

A alternativa **E** foi indicada como gabarito porque apresenta corretamente a tendência geral observada na evolução dos ciclos de vida das embriófitas. Nas briófitas, o gametófito é a fase dominante e o esporófito permanece dependente dele. Nas plantas vasculares, o esporófito passa a ser a fase dominante, acompanhando uma O recurso apresentado foi analisado à luz do conteúdo da questão e da referência bibliográfica indicada. Embora a argumentação apresentada traga uma observação pertinente sobre a relação de dependência entre gametófito e esporófito, ela não demonstra erro científico na alternativa E que justifique a anulação da questão.

A alternativa E afirma que, nas briófitas, o gametófito é a geração dominante e o esporófito é dependente. Afirma também que, nas pteridófitas, gimnospermas e angiospermas, o esporófito é a geração dominante, acompanhada de redução do gametófito. Essas afirmações estão de acordo com as características gerais dos ciclos de vida desses grupos.

O recurso chama atenção para uma particularidade importante das pteridófitas: o gametófito pode ser de vida livre e fotossintetizante e, após a fecundação, o esporófito jovem pode inicialmente receber nutrientes do gametófito antes de adquirir independência. Essa observação está correta, mas não contradiz a alternativa E. A alternativa não afirma que o gametófito das pteridófitas seja dependente do esporófito, nem que o esporófito seja independente desde o início de seu desenvolvimento. Ela apenas estabelece corretamente que, nesse

grupo, o esporófito constitui a geração dominante e que o gametófito apresenta redução em relação às formas em que essa geração é dominante.

É importante, nesse contexto, distinguir dominância de uma geração, grau de redução do gametófito e dependência nutricional durante determinadas fases do desenvolvimento. Esses aspectos estão relacionados, mas não são conceitos equivalentes. Portanto, o fato de existir uma dependência nutricional transitória do esporófito jovem em relação ao gametófito nas pteridófitas não torna incorreta a afirmação apresentada na alternativa E.

Nas gimnospermas e angiospermas, a redução do gametófito é ainda mais acentuada, com gametófitos altamente especializados e associados ao esporófito. Dessa forma, a alternativa E sintetiza adequadamente a tendência geral de redução e especialização do gametófito observada na evolução das plantas vasculares, sem afirmar que o mesmo padrão de dependência ocorra de maneira idêntica em todos os grupos.

Também não se identifica problema no emprego dos termos “briófitas” e “pteridófitas” na questão. O próprio enunciado os apresenta como “tradicionais grupos de plantas”, deixando clara a abordagem didática utilizada, sem pretender estabelecer esses termos como categorias filogenéticas formais.

Por fim, as demais alternativas apresentam erros conceituais que impedem sua adoção como resposta. A alternativa A atribui dominância ao gametófito nas pteridófitas e considera os gametófitos das gimnospermas e angiospermas de vida livre; a B afirma que o esporófito é dominante em todos os grupos; a C inverte as relações de dominância; e a D atribui incorretamente a meiose à produção de gametas e a mitose à produção de esporos haploides.

Assim, não fica demonstrado erro científico na alternativa E, nem a existência de mais de uma alternativa correta. A alternativa E permanece como a única opção compatível com os conceitos abordados na questão. Face ao exposto, mantém-se a questão.

QUESTÃO: 34 – MANTIDA alternativa ‘B’.

LIVRO: JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. **Histologia Básica:** texto e atlas. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023

GABARITO: B

A situação apresentada aborda três etapas importantes do processo de contração: 1-a propagação do potencial de ação pela membrana, 2-a liberação de Ca^{2+} pelo retículo sarcoplasmático e 3-a disponibilidade intracelular de ATP. Apesar disso, não ocorre encurtamento dos sarcômeros nem desenvolvimento de força.

A assertiva II afirma que esses resultados são **compatíveis com a inibição da formação das pontes cruzadas entre actina e miosina**, impedindo o deslizamento dos filamentos e, conseqüentemente, o encurtamento dos sarcômeros. A frase afirma que os resultados são “**compatíveis com**” esse mecanismo, e não que o experimento tenha demonstrado, de forma exclusiva, que esse seja o único ponto de bloqueio possível. A ausência de contração, diante da preservação das etapas anteriores descritas no enunciado, é compatível com uma alteração no mecanismo intracelular de interação entre os miofilamentos.

A assertiva I está incorreta porque atribui o problema à transmissão da força para o tecido conjuntivo adjacente, embora o próprio enunciado informe que não ocorreu encurtamento dos sarcômeros nem desenvolvimento de força contrátil. O comprometimento descrito está relacionado ao mecanismo contrátil intracelular, e não à transmissão da força para estruturas adjacentes.

A assertiva III também está incorreta. A síntese de proteínas contráteis não constitui uma etapa necessária para cada ciclo individual de contração. Os miofilamentos de actina e miosina já presentes na fibra participam repetidamente dos ciclos de interação durante a contração. Portanto, a afirmação de que a síntese proteica seria necessária para a “reposição imediata dos miofilamentos necessários para cada ciclo de contração” não corresponde ao mecanismo fisiológico da contração muscular.

Alega-se haver uma limitação do experimento: os dados fornecidos não permitem determinar, com precisão, *qual etapa específica do ciclo das pontes cruzadas estaria eventualmente comprometida*. De fato, a manutenção da liberação de Ca^{2+} e da concentração de ATP não permite, isoladamente, distinguir entre diferentes alterações possíveis dentro do processo de interação actina-miosina. Essa observação, entretanto, não altera o gabarito.

A assertiva II não afirma que a inibição da formação das pontes cruzadas **seja a única explicação possível** para os resultados. Ela **afirma que os resultados são compatíveis** com esse mecanismo. Assim, não se exige do enunciado que o experimento identifique de maneira exclusiva o ponto molecular da alteração.

Também foi argumentado que a ausência da informação sobre o tempo de exposição poderia permitir, em um cenário crônico, alterações na síntese, montagem ou manutenção dos miofilamentos. Essa possibilidade teórica não torna correta a assertiva III, pois ela não afirma simplesmente que uma exposição prolongada poderia comprometer a estrutura contrátil. O que a assertiva efetivamente estabelece é que o comprometimento da **síntese de proteínas contráteis impediria a reposição imediata dos miofilamentos**

necessários para cada ciclo de contração. Essa relação causal e temporal não corresponde ao mecanismo normal pelo qual ocorre a contração muscular.

A hipótese de uma exposição crônica capaz de provocar alterações estruturais nos miofilamentos constituiria, portanto, um mecanismo adicional hipotético, que dependeria de informações não fornecidas no enunciado e que não está descrito nos termos da assertiva III. Não é possível transformar essa hipótese em uma alternativa correta apenas pela ausência do tempo de exposição.

Da mesma forma, a manutenção da concentração de ATP não significa que todas as etapas de utilização do ATP estejam necessariamente preservadas. Contudo, essa ressalva também não invalida a assertiva II, justamente porque ela apresenta uma hipótese **compatível** com o conjunto de resultados, e não uma identificação experimental definitiva do ponto de bloqueio.

Dessa forma, os recursos identificam uma limitação interpretativa quanto à localização exata do defeito no mecanismo contrátil, mas essa limitação não produz ambiguidade para tornar a assertiva III correta ou para impedir a identificação da alternativa B como a única que contém uma assertiva fisiologicamente adequada.

Face ao exposto, mantém-se a questão.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘E’.

LIVRO: TAIZ, Lincoln *et al.* Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

GABARITO: E

Os resultados apresentados para a linhagem X correspondem ao comportamento clássico de uma planta de dia curto (PDC), considerando que, nesse grupo, a duração da noite é um componente fundamental para a indução floral. No experimento, a linhagem X floresce quando submetida a 9 horas de luz e 15 horas de escuro contínuo. Quando o período de escuro é interrompido por um pulso de vermelho (V), a floração é impedida. Quando o tratamento é realizado com a sequência V → vermelho-distante (VD), a floração volta a ocorrer. Esse último resultado evidencia a fotorreversibilidade do sistema de fitocromos. O vermelho e o vermelho-distante produzem efeitos fotoquímicos opostos sobre o estado do fitocromo, de modo que a aplicação de VD após V pode reverter o efeito produzido pelo primeiro pulso. Assim, **no contexto específico da sequência experimental apresentada**, o último tratamento luminoso é determinante para o estado do sistema de fitocromo e para a resposta observada, e assim a alternativa **E** sintetiza a relação entre período de escuro, interrupção da noite e reversibilidade V/VD e as demais alternativas apresentam problemas conceituais:

A está incorreta porque classifica X como planta de dia longo, enquanto o padrão experimental apresentado é característico de uma resposta em que a duração da noite é determinante, como ocorre nas PDCs.

B está incorreta porque descreve uma conversão permanente do fitocromo e atribui ao processo um acúmulo citoplasmático incompatível com a própria fotorreversibilidade demonstrada pelo tratamento V → VD.

C está incorreta porque atribui diretamente ao vermelho-distante a inativação de vias transcricionais associadas à proteína CONSTANS (CO), mecanismo molecular específico que não é demonstrado pelos dados apresentados. O experimento evidencia a reversibilidade da resposta mediada pelo sistema de fitocromos, não a identificação de uma alteração específica na via de CO.

D não pode ser considerada correta. Embora o resultado de Y – ausência de floração no escuro contínuo e floração após interrupção da noite com vermelho – represente uma resposta distinta da observada em X, os dados fornecidos não são suficientes para estabelecer, por si só, toda a classificação fotoperiódica da linhagem Y. Além disso, a explicação proposta na alternativa, baseada na exigência de “altos níveis da forma estável do fitocromo (Fr)” durante a noite, não corresponde ao mecanismo apresentado para justificar a resposta.

O recurso questiona a questão principalmente em dois aspectos: 1-a interpretação da expressão “a última exposição de luz” utilizada na alternativa E ; e 2- a quantidade de informações fornecidas sobre a linhagem Y. O primeiro ponto merece uma consideração: de fato, a indução floral por fotoperiodismo envolve a integração entre a percepção da luz pelos fotorreceptores, a duração dos períodos de luz e de escuro e mecanismos associados ao relógio biológico. Portanto, a resposta floral não deve ser entendida, de maneira geral, como consequência exclusiva do comprimento de onda do último pulso luminoso, entretanto, não é essa a situação que a alternativa E está descrevendo. O enunciado apresenta um experimento específico de interrupção do período escuro e mostra, para a linhagem X, a sequência: escuro contínuo, floração; pulso de vermelho, ausência de floração; e sequência vermelho → vermelho-distante, retorno da floração. Esse padrão é característico da **fotorreversibilidade do sistema de fitocromos**, conteúdo abordado por Taiz et al. (2017). Na sequência V → VD, o segundo pulso pode reverter o efeito produzido pelo primeiro, de modo que o último tratamento da sequência determina o estado fotoquímico resultante do sistema de fitocromo. **É nesse sentido, e dentro das condições experimentais apresentadas**, que deve ser compreendida a expressão de que a última exposição luminosa “dita” a resposta. A alternativa não pretende afirmar que o último comprimento de onda seja, em qualquer situação fisiológica, o único fator responsável pela indução floral. Assim, a observação

apresentada no recurso sobre a participação do relógio circadiano e de outros mecanismos fisiológicos é válida, mas não contradiz o fenômeno específico demonstrado no experimento.

Quanto à **linhagem Y**, também é pertinente a observação de que os dois tratamentos apresentados não seriam suficientes para fazer uma caracterização completa de seu comportamento fotoperiódico. No entanto, essa limitação não compromete a alternativa E, pois ela trata especificamente da **linhagem X** (e não trata da linhagem Y) e para avaliar a afirmativa E, o candidato dispõe de dados suficientes sobre X (floração no escuro contínuo, inibição após vermelho e reversão após vermelho-distante). A linhagem Y é relevante para a análise das demais alternativas, especialmente da alternativa D, mas não é necessário estabelecer experimentalmente todas as características fotoperiódicas de Y para identificar a alternativa E como correta. O recurso também utiliza estudos específicos sobre *PPD1* e *FT1* em trigo para discutir a influência do momento dos pulsos luminosos. Essas informações podem contribuir para uma compreensão mais ampla do fotoperiodismo, mas não são necessárias para resolver a questão proposta. A interpretação do experimento pode ser realizada com base no conteúdo de fitocromos, fotoperiodismo e fotorreversibilidade contemplado em Taiz *et al.* (2017), obra indicada na bibliografia do certame. Dessa forma, embora o recurso apresente uma consideração válida ao destacar que o controle da floração é fisiologicamente mais complexo do que uma simples relação entre o último pulso luminoso e a floração, essa consideração não caracteriza erro na alternativa E nem impede a identificação de uma única resposta correta. Face ao exposto, mantém-se a questão.

QUESTÃO: 45 – ANULADA.

LIVRO: TAIZ, Lincoln *et al.* Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

GABARITO: A

A questão avalia o impacto da inibição química das bombas de prótons (H^+ -ATPase) na membrana plasmática do complexo elemento de tubo crivado-célula companheira (ETC-CC) durante o carregamento apoplástico do floema, solicitando o desfecho celular correto com base na Teoria do Fluxo de Pressão de Münch.

O **gabarito (A)**, se baseia em duas premissas: 1-Premissa de Compartimentação: "O acúmulo de açúcares radioativos irá se restringir às células do mesófilo"; e 2-Premissa Biofísica (Münch): "...ocorrendo a interrupção da queda do potencial osmótico (Ψ_s) nos elementos de tubo crivado da folha, o que cessará o influxo de água do xilema e impedirá a geração da alta pressão hidrostática necessária para impulsionar a seiva elaborada em direção aos órgãos drenos."

Em relação aos aspectos biofísicos e conforme modelo de Münch, a segunda parte da Alternativa A está correta, uma vez que, se a sacarose não é carregada para o interior do complexo ETC-CC:

O potencial osmótico (Ψ_s) do floema não decresce (não fica mais negativo).

O gradiente de potencial hídrico (Ψ_w) entre xilema e floema deixa de existir, cessando o influxo osmótico de água.

Sem água entrando em um compartimento celular rígido, a pressão hidrostática ou de turgor (Ψ_p) não é gerada, colapsando o fluxo em massa.

Entretanto, **a primeira parte da Alternativa A possui inconsistência** ao afirmar de forma categórica de que o acúmulo de açúcares "irá se restringir às células do mesófilo", sendo este erro indicado nos recursos, e as demais alternativas possuem erros que as tornam inválidas.

A análise dos argumentos, com base em Taiz *et al.* (2017), mostra que os apontamentos são pertinentes. A inibição da H^+ -ATPase realmente compromete o gradiente eletroquímico de prótons necessário ao transporte de sacarose para o complexo formado pelas células companheiras e elementos de tubo crivado e como consequência, há redução do carregamento de solutos no floema, com diminuição do gradiente osmótico, da entrada de água e da pressão hidrostática associada ao fluxo de massa descrito pela hipótese de Münch. Nesse aspecto, a alternativa A apresenta uma relação fisiológica adequada, entretanto, a afirmação de que os açúcares radioativos "**irão se restringir às células do mesófilo**" é excessivamente categórica, uma vez que: no carregamento apoplástico, a sacarose produzida no mesófilo pode alcançar o apoplasto e, a partir daí, ser transportada para o complexo floemático por transportadores associados ao gradiente de H^+ . Assim, a inibição da H^+ -ATPase reduz ou compromete o carregamento da sacarose no floema, mas não permite concluir que o marcador ficará necessariamente e exclusivamente retido nas células do mesófilo, e portanto, a alternativa A não pode ser considerada integralmente correta e as demais alternativas possuem erros:

A alternativa B atribui à inibição da H^+ -ATPase um aumento do transporte de sacarose, contrariando o papel do gradiente de prótons no carregamento apoplástico.

A alternativa C desconsidera a importância do carregamento de solutos e do gradiente de pressão no modelo de Münch.

A alternativa D propõe uma inversão imediata da relação fonte-dreno que não decorre da inibição descrita.

A alternativa E associa o bloqueio do carregamento a uma lise celular imediata por turgor excessivo, consequência que também não é sustentada pelo mecanismo fisiológico apresentado.

Nesse sentido, embora o mecanismo geral descrito na alternativa A contenha elementos corretos parcialmente, não há, entre as opções apresentadas, uma alternativa integralmente adequada ao fenômeno proposto.

Face ao exposto, indica-se a anulação da questão.

QUESTÃO: 47 – MANTIDA alternativa ‘B’.

LIVRO: TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em Ecologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

GABARITO: B

A alternativa **B** é a correta porque a curva de sobrevivência do **Tipo I** caracteriza populações nas quais a mortalidade é relativamente baixa durante as fases iniciais e intermediárias da vida, concentrando-se principalmente nos estágios mais avançados. Esse padrão está associado, no modelo tradicional de estratégias de história de vida *r/K* abordado na questão, a organismos que apresentam características relacionadas à estratégia **K**, como maior sobrevivência dos indivíduos jovens e adultos e maior investimento na manutenção e sobrevivência da prole.

A Figura apresentada na questão representa justamente esse padrão: na curva Tipo I, o número de sobreviventes permanece elevado durante grande parte da vida e sofre redução mais acentuada nas idades avançadas. A alternativa B, portanto, relaciona corretamente o comportamento representado no gráfico às características de história de vida solicitadas no enunciado.

As demais alternativas apresentam associações incompatíveis com os modelos apresentados por Townsend, Begon e Harper (2010).

A alternativa **A** associa a curva Tipo I às estratégias *r* e ainda atribui a esses organismos ausência completa de investimento parental;

A alternativa **C** descreve incorretamente a mortalidade da curva Tipo II;

A alternativa **D** relaciona à Tipo II características de elevada produção de descendentes e baixa proteção parental, mais compatíveis com o padrão Tipo III; e

A alternativa **E** associa a curva Tipo III às estratégias *K*, invertendo a relação tradicional apresentada no modelo.

O recurso observa que as curvas de sobrevivência e as estratégias *r/K* não devem ser interpretadas como categorias rígidas ou como uma correspondência universal e obrigatória para todas as espécies. De fato, os padrões de sobrevivência podem variar conforme as condições ambientais e populacionais, e o próprio Townsend, Begon e Harper (2010) apresenta situações que evidenciam essa variabilidade. Essa ressalva, entretanto, não torna incorreta a alternativa B, uma vez que a questão não afirma que toda espécie que apresente uma curva Tipo I seja necessariamente uma estrategista *K*, nem solicita uma classificação absoluta das espécies. O comando pede a **correlação** entre os modelos de sobrevivência e as estratégias *r/K* dentro do modelo de história de vida apresentado na bibliografia.

O exemplo de *Erophila verna*, citado no recurso, demonstra que uma mesma espécie pode apresentar diferentes padrões de sobrevivência em diferentes condições. Esse aspecto limita uma interpretação rígida das curvas, mas não elimina a associação teórica entre o padrão Tipo I e as características tradicionalmente relacionadas à estratégia *K*. Assim, o argumento apresentado constitui uma ressalva válida sobre os limites do modelo, mas não demonstra erro na alternativa B no contexto específico da questão, e além disso, as demais alternativas não oferecem uma segunda interpretação possível para o conjunto de dados apresentado na figura. Dessa forma, a ressalva apresentada no recurso não é suficiente para justificar a anulação da questão.

Face ao exposto, mantém-se a questão.

QUESTÃO: 49 – MANTIDA alternativa ‘B’.

LIVRO: TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em Ecologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

GABARITO: B

O gabarito (**B**) descreve os dois extremos previstos pela Hipótese do Distúrbio Moderado (também chamada de Hipótese do Distúrbio Intermediário ou ainda modelo de Connell). De acordo com a literatura de referência (Townsend, Begon e Harper, 2010), o modelo estabelece que a riqueza de espécies diminui nos extremos do regime de perturbação devido a um compromisso ecológico (*trade-off*) fundamental: **sob baixas taxas de perturbação**, a estabilidade prolongada gera a redução da diversidade por exclusão competitiva exercida por competidores dominantes; já **sob altos níveis de perturbação**, o estresse físico severo e recorrente atua como um filtro ambiental estrito, eliminando os competidores tardios e limitando a comunidade biótica às

espécies pioneiras (estrategistas *r*), que possuem a alta capacidade de dispersão indispensável para recolonizar manchas constantemente perturbadas.

A questão avalia a aplicação de um **modelo teórico clássico**, o qual opera necessariamente como uma simplificação didática da realidade para explicar padrões ecológicos macro. Na lógica formal e nos eixos conceituais desse modelo específico, as únicas espécies capazes de persistir ou reocupar áreas sob perturbação extrema recorrente são, **por definição conceitual e funcional**, classificadas como pioneiras. Nesse sentido, o uso do termo reflete as premissas teóricas da hipótese adotada pela obra de referência, ao passo que as demais alternativas (A, C, D e E) possuem erros conceituais biológicos que as invalidam completamente.

Face ao exposto, mantém-se a questão.

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO(S): IFS-6 – ENGENHARIA AGRÍCOLA

QUESTÃO: 21 – MANTIDA alternativa 'D'.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Quanto maior a rotação de trabalho de qualquer motor de combustão interna, maior a admissão de ar no sistema. A presença de filtro de ar aumenta a restrição à entrada do fluido no interior do motor, fazendo com que parte da energia gerada pela queima do combustível seja aplicada para vencer essa resistência. Assim, a entrega de potência nos órgãos de acoplamento é menor. O fluido de arrefecimento tem como objetivos melhorar a eficiência de troca de calor de motores, reduzindo a corrosão e ampliando a faixa de temperatura dos pontos de ebulição e congelamento da água, melhorando a performance de motores ainda que em condições adversas. Um motor quatro tempos, com quatro cilindros e oito válvulas, quanto um êmbolo estiver descendo e suas válvulas estiverem fechadas, está ocorrendo a expansão, ou seja, o trabalho motor, com a conversão da energia química do combustível em mecânica/movimento. Em um motor dois tempos, quanto o êmbolo estiver subindo dentro da câmara de combustão, está ocorrendo os tempos de compressão e admissão, uma vez que seu princípio de funcionamento é mais simples.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa D como correta.

QUESTÃO: 23 – MANTIDA alternativa 'E'.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. A projeção de jato cônico cheio ou vazio é dependente do tipo de difusor utilizado, ou seja, se o difusor tiver um orifício central, o cone formado será “cheio”, ao passo que se não houver esse orifício, o cone será vazio. Pontas que possuem um pré-orifício permitem a formação de gotas maiores reduzindo a formação de gotas menores de 200 µm em comparação àquelas convencionais, de mesma vazão e operadas à mesma pressão. O uso de assistência de ar junto às barras de pulverização associadas ao posicionamento de pontas de jato plano, pode constituir excelente alternativa para melhorar a cobertura dos alvos. A substituição de pontas deve ocorrer sempre que a vazão dela ultrapassar em até 15% da sua vazão nominal, mantida a mesma pressão. O uso de valores de 10% embora aceito, é margem muito restritiva frente ao fato de que pontas novas podem apresentar variação de vazão nominal de 5 a 6% entre pontas.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa E como correta.

QUESTÃO: 26 – MANTIDA alternativa 'B'.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Embora existam registros de trabalhos com AP desde o início do século XX e mapas de produtividade nos anos 1980, o fator que deu o passo determinante para a sua real implementação prática foi o surgimento do GPS, por volta do ano 1990. A abordagem baseada apenas na amostragem georreferenciada de solo é descrita como “bastante simples e rápida”, levando por vezes menos de 15 dias entre o planejamento e a geração dos mapas. Por outro lado, a estratégia que considera as plantas e exige mapas de produtividade é apontada como “mais ampla e mais elaborada”, demandando mais equipamentos, maior domínio técnico e mais tempo para construir um conjunto consistente de dados. Os dispositivos de “barra de luz” realmente exigem um receptor de GPS

com boa especificação para garantir precisão com erros menores que 0,3 metros entre passadas. Contudo, o texto destaca explicitamente que esse receptor de GPS da barra de luz, normalmente, não é compatível com aqueles mais simples que equipam os controladores de taxa variável. A utilização de adubos formulados misturados em um único reservatório na operação de semeadura impede a variação individualizada de cada elemento. A técnica é classificada como totalmente incompatível com a aplicação plena em taxa variável, uma vez que os preceitos de precisão exigem a geração de mapas digitais individuais para a dose de cada componente específico do solo.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa B como correta.

QUESTÃO: 27 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Embora fotografias aéreas, imagens de satélite e videografia tenham potencial e sejam testadas para identificar manchas no talhão, o mapa de produtividade materializa a resposta da cultura com a melhor exatidão possível, considerando as tecnologias existentes para a sua mensuração. A engenharia do mapa de grãos exige dois parâmetros integrados: é utilizado um sensor de fluxo no elevador de grãos limpos para quantificar a massa colhida e, para que o mapa represente o padrão comercial de grão seco, é necessário medir a umidade com que está sendo colhido e para isso é utilizado um sensor específico, primeira parte da afirmativa está correta, mas o erro técnico reside na dispensa de recalibração. A calibração é um ajuste entre o sensor e o peso real medido na balança, porém adverte expressamente o operador: lembrando que é importante repetir a calibração sempre que se mudar de cultura ou de talhão para a mesma cultura. Os programas de visualização oferecem duas formas clássicas de exibição dos dados espaciais: o mapa da esquerda é resultado da interpolação entre pontos e representa a superfície de produtividade em formato *raster* (*pixels*); o mapa da direita é a representação da mesma superfície pelas isolinhas de produtividade (*vetorial*).

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa D como correta.

QUESTÃO: 29 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Sensores ópticos com luz própria para uso terrestre, próximo das plantas, têm sido usados para leitura, interpretação e recomendação em tempo real. O caminho tecnológico focado na atenção direta às plantas assume que a vegetação expressa suas deficiências por meio de indicadores ópticos. Neste sentido, um indicador com mais potencial tem sido a refletância da luz incidente, especialmente na região do visível e do infravermelho próximo. O sensoriamento remoto (SR) tradicional por satélite ou avião enfrenta os desafios de que a iluminação natural nem sempre está disponível, além da presença de nuvens. Como os sensores terrestres operam próximos ao alvo e possuem “luz própria”, eles contornam essas limitações ambientais para a leitura em tempo real. Com relação a sensores de solo, observa-se que os avanços, a quantidade de pesquisa e a diversidade de abordagens são ainda maiores que de plantas.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa E como correta.

QUESTÃO: 30 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Os pneus diagonais possuem uma estrutura de lonas cruzadas que torna suas laterais (flancos) mais rígidas. Os radiais, por terem lonas perpendiculares, flexionam-se mais, gerando uma pegada maior e menor compactação. A verificação do nível de óleo do motor, o nível do líquido de arrefecimento e a drenagem do sedimentador de água do combustível são operações obrigatórias da rotina diária (10 horas). A primeira parte define corretamente a embreagem. No entanto, a conduta descrita em descidas é um grave erro de segurança. O sistema de engate de três pontos funciona exatamente assim: os dois braços inferiores erguem e dão o prumo lateral (através da manivela de regulagem do braço direito), enquanto o terceiro ponto regula o comprimento e garante o paralelismo longitudinal em relação ao solo. A trava de junção dos pedais de freio é um item de segurança vital. Se o operador acionar apenas um dos pedais em alta velocidade durante um transporte, o trator dará um “cavalo de pau” e capotará. A trava garante a frenagem simultânea de ambas as rodas.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa A como correta.

QUESTÃO: 33 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Em arados de disco o peso de arado tem uma significativa influencia na capacidade de penetração no solo. Associado ao ângulo de ataque dos discos, o conjunto confere um revolvimento uniforme de uma camada de solo. O rastro em arado de aivecas tem a mesma função da roda guia no arado de discos, ou seja, atenuar as forças laterais oriundas do processo de cisalhamento do solo durante a operação de aração do solo. Uma aiveca desgastada

reduz a capacidade de tombamento da leiva em arado de aivecas, ao passo que um uma relha desgastada reduz a capacidade de penetração dele no solo. Isso não tem absolutamente nada a ver com arado de discos, onde os princípios de ação em solo são outros. Em arados de aivecas o peso dos implementos não tem influência significativa no processo de sucção para dentro do solo. Isso está relacionado aos órgãos ativos do implemento.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa A como correta.

QUESTÃO: 36 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. A profundidade máxima de atuação de uma haste de um escarificador, a partir da qual o solo é mobilizado até a superfície, é uma função do tipo de ponteira e não de haste, bem como condição de umidade do solo que governa o estado de consistência. Assim há uma relação matemática em que a profundidade efetiva de atuação do escarificador é de 5 a 7 vezes a largura da ponteira que equipa a haste. Concomitantemente a isso, o espaçamento entre hastes é de 1,3 a 1,5 x a profundidade efetiva de trabalho. Esses preceitos são aplicados para qualquer solo, na condição de umidade do solo que determina o estado de consistência friável. Assim, o correto ajuste do espaçamento entre hastes de um escarificador se dá com base na profundidade máxima de trabalho que operará, estando correlacionado com a largura da ponteira que equipa a haste. A centralização, o nivelamento transversal e longitudinal de escarificadores é procedimento operacional é obrigatório quando se opera com o equipamento acoplado no sistema hidráulico de três pontos. Por fim, a demanda de tração de escarificadores para tratores tem por base a quantidade de força, em Newtons para um dado área de solo mobiliado.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa D como correta.

QUESTÃO: 38 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. O uso de surfactantes é posicionado especificamente em folhas de difícil molhamento foliar, maior superfície a ser coberta e necessidade de emulsificação de produtos. Para produtos que necessitam de proteção para redução da taxa de degradação dos ativos, o uso de protetores conhecidos como “estenderes” é fundamental. Produtos adesivos e penetrantes tem por recomendação de uso em campo quando há a necessidade de acelerar ou incrementar a penetração, absorção e adesão do produto em folhas. O uso de umectantes deve ser realizado quando se deseja uma redução da taxa de evaporação das gotas posicionadas.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa A como correta.

QUESTÃO: 41 – MANTIDA alternativa ‘C’.

Da análise e posicionamento da banca: a questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. Os algoritmos de dose variável em tempo real funcionam integrados a sensores ópticos ativos de dossel instalados no maquinário (como o *Crop Circle* ou *GreenSeeker*). Esses sensores emitem feixes próprios de luz e medem a reflectância da cultura, calculando índices como o NDVI para correlacioná-los à biomassa e ao teor de clorofila (que tem relação direta com a nutrição nitrogenada da planta) em pleno deslocamento. O nitrogênio é um dos elementos mais dinâmicos e instáveis no sistema solo-planta, sujeito a severas perdas por lixiviação, volatilização e desnitrificação. O monitoramento em tempo real busca justamente sincronizar a aplicação com o momento de maior demanda biológica do milho, maximizando a eficiência de uso do fertilizante e reduzindo custos e impactos ambientais. Ele não se destina a mapear compactação física do solo. Para que o algoritmo converta a leitura óptica (NDVI) em uma recomendação exata de quilos de N por hectare, ele precisa de uma base comparativa. Essa calibração utiliza uma faixa de referência rica em N na lavoura (onde o nutriente não seja limitante), calculando um índice de suficiência. Se a leitura da área normal estiver abaixo da referência, o algoritmo calcula o déficit e comanda o aplicador para compensar a dose proporcionalmente em tempo real. A principal característica dos sensores utilizados nesses sistemas é o fato de serem ativos. Isso significa que eles possuem sua própria fonte emissora de luz modulada. Por não dependerem da radiação solar global (ao contrário de imagens de satélite passivas), as leituras não sofrem interferência de nuvens, sombras ou variações de horário, permitindo o funcionamento perfeitamente estável inclusive durante a noite.

Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa C como correta.

QUESTÃO: 42 – MANTIDA alternativa ‘A’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. O uso de pontas de pulverização em que a quantidade depositada nas laterais é semelhante ao depositado no centro, permite classificar ela como uma ponta de padrão uniforme ou do tipo faixa. As pontas do tipo jato plano

angulado, também conhecidas como 3-D, devem ser distribuídas no barramento de forma assimétrica, com jatos uma para um lado e outro para outro, ou seja, do tipo “para frente e para traz”. A vazão de líquido em uma ponta depende da pressão de trabalho, formato e dimensões dos orifícios delas. O espectro de gotas gerado depende do tipo de dispositivo de geração de gotas, se atomizador ou pulverizador terrestre. Em dispositivos terrestres o espectro de gotas se comporta de forma inversamente proporcional à pressão de trabalho, ao passo que em atomizadores, a pressão tem pouco efeito no espectro de gotas. Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa A como correta.

QUESTÃO: 44 – MANTIDA alternativa ‘D’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. A classificação quanto ao tipo de grade é dada pela massa (peso) por disco, sendo que até 50 kg/disco a classificação é para grades do tipo niveladora, 51 a 70 kg/disco há entendimento de classificação para grades do tipo média/intermediária, e maior do que 70 kg/disco é classificada como aradoras. Dentro do grupo aradoras, há uma subdivisão para pesadas e superpesadas. O aumento do ângulo de abertura das seções provoca o efeito inverso: os discos atacam o solo de forma mais agressiva, o que aumenta a profundidade de penetração e, conseqüentemente, eleva consideravelmente a resistência ao avanço e a demanda de potência e combustível do trator. O deslocamento lateral serve para centralizar a linha de resistência do implemento com a linha de tração do trator. Essa regulação evita que o trator sofra forças laterais indesejadas (esforço lateral na barra de tração) e garante que toda a largura útil da grade cubra a faixa de solo desejada, respeitando os limites e passadas anteriores. O processo de corte, elevação e inversão completa da leiva do solo em profundidades de até 45 cm é uma característica exclusiva da operação de aração realizada por arados de discos ou aivecas. A grade niveladora/destorroadora atua em profundidades superficiais e tem a função estrita de quebrar os torrões e nivelar o microrrelevo deixado pelo arado, sem inverter o perfil do solo. Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa D como correta.

QUESTÃO: 48 – MANTIDA alternativa ‘E’.

A questão é clara quanto ao assunto e às assertivas apresentadas para análise dos candidatos. O déficit de pressão de vapor – DPV é uma importante ferramenta quando se trata de aplicação de gotas em nível de campo. Isso porque ele agrupa as variáveis de temperatura e umidade relativa do ar em uma única informação, que é a capacidade que o ambiente possui de evaporar uma gota de água. O pH da água utilizada no preparo de caldas tem efeito direto na eficiência dos produtos posicionados nos diferentes alvos biológicos. O conceito de alto e baixo volume de calda está relacionado com a capacidade que um determinado alvo tem em reter gotas sobre sua superfície, sem escorrer (alto volume) e com a menor quantidade de gotas que devem ser posicionadas sobre um alvo para que seja controlado, e não tem nada a ver com a quantidade de água utilizada para aplicar um determinado produto, em uma determinada área. O fenômeno da inversão térmica ocorre quando uma camada de ar frio está abaixo de uma camada de ar quente, e não o contrário, como sugere o texto. Assim a banca INDEFERE a solicitação e MANTÉM a alternativa E como correta.